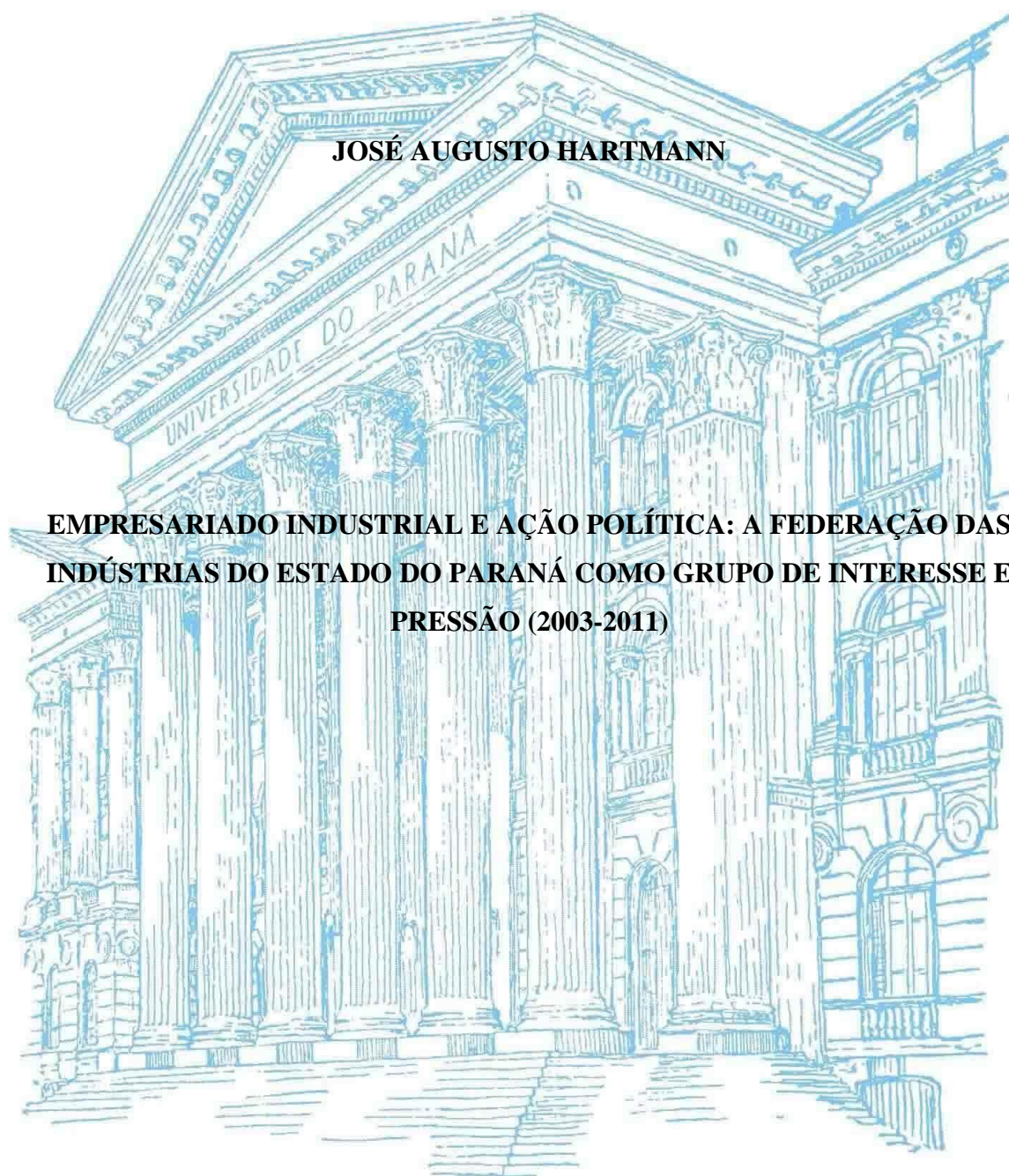


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**JOSÉ AUGUSTO HARTMANN**

**EMPRESARIADO INDUSTRIAL E AÇÃO POLÍTICA: A FEDERAÇÃO DAS  
INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ COMO GRUPO DE INTERESSE E  
PRESSÃO (2003-2011)**



**CURITIBA**

**2015**

**JOSÉ AUGUSTO HARTMANN**

**EMPRESARIADO INDUSTRIAL E AÇÃO POLÍTICA: A FEDERAÇÃO DAS  
INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ COMO GRUPO DE INTERESSE E  
PRESSÃO (2003-2011)**

Dissertação apresentada como parte das exigências ao título de mestre em Ciência Política, do Programa de PósGraduação em Ciência Política, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profº Drº Paulo Roberto Neves Costa

**CURITIBA**

**2015**

Catálogo na publicação  
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Hartmann, José Augusto  
Empresariado industrial e ação política: a Federação das indústrias do Estado do Paraná como grupo de interesse e pressão (2003 - 2011) / José Augusto Hartmann. – Curitiba, 2015.  
120 f.

Orientador: Profº.Drº. Paulo Roberto Neves Costa  
Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
Universidade Federal do Paraná.

1. Empresas – indústrias – Curitiba (PR).
  2. Federação das Indústrias do Estado do Paraná – Rede de Participação Política – Paraná.
  3. Política – grupos de interesse – processo decisório.
- I. Título.

CDD 338.09816205



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA  
Rua General Carneiro, 460 – 9º Andar Sala 908 Fone: 3360-5233.

**PARECER**

A banca examinadora instituída pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o mestrando **JOSÉ AUGUSTO HARTMANN**, em relação ao seu trabalho de dissertação, intitulada "*EMPRESARIADO INDUSTRIAL E AÇÃO POLÍTICA: A FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ COMO GRUPO DE INTERESSE E PRESSÃO (2003-2011)*", decidiu favorável à "*APROVAÇÃO*" do acadêmico, habilitando-o ao título de *Mestre* em Ciência Política.



Curitiba, 31 de Março de 2015.

Prof. Dr. Sérgio Soares Braga

Prof. Dr. Wagner Pralon Mancuso

Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa  
(orientador e presidente)

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná pelo comprometimento com o campo e pela contribuição à minha formação, em especial ao professor Paulo Roberto Neves Costa pela orientação, leitura, críticas, contribuições e sugestões, fundamentais à produção deste trabalho.

Aos professores Sérgio Braga e Emerson Cervi, pelas sugestões apresentadas na banca de qualificação. À disponibilidade e participação dos professores Sérgio Braga e Wagner Pralon Mancuso na banca de defesa desta dissertação.

À Kelly Heloise Ivanoski, pelos momentos compartilhados, pelas conversas profundas, por dividir um pouco das delícias, espantos e dores de viver, além das preciosas contribuições e sugestões para este trabalho. Imenso amor.

Aos colegas e amigos da turma de 2013 do Mestrado em Ciência Política, não apenas pelo companheirismo e pelos bons e saudosos momentos passados, mas, também, pelas conversas que contribuíram e inspiraram este trabalho.

Aos colegas do grupo de pesquisa Ação Política e Empresariado do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da Universidade Federal do Paraná (NUSP-UFPR), pelo compartilhamento de experiências de pesquisa, sobretudo ao Juliano Griebeler por dividir um pouco de seu vasto conhecimento sobre a FIEP e Ação Política empresarial.

Aos companheiros de trabalho em sala de aula, à diretora Olinda Godoi pela compreensão, sensibilidade e apoio à esta pesquisa e ao trabalho diário. Aos professores do estado do Paraná. Também aos companheiros da APP-Sindicato e aos grevistas de 2015 – resistência e educação.

Ao corpo editorial da Revista Eletrônica de Ciência Política, sobretudo ao Márcio Cunha Carlomagno, bom amigo, pelo aprendizado e pela participação e empenho na realização de um trabalho inspirador.

Aos estudantes de Ciência Política com quem tive o privilégio de conversar e aprender.

Aos funcionários da Universidade Federal Do Paraná, da FIEP e da ACP, que me receberam gentilmente em distintos momentos desta pesquisa.

Por fim, a todos os amigos desta jornada que não leva a lugar nenhum – uns mais íntimos outros menos, que transformam a vida numa experiência mais bela.

"O Estado é considerado a única fonte do 'direito' de usar violência. Daí 'política', para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado."

Max Weber, Política como Vocação

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar os padrões de ação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) em relação ao processo decisório e também à sociedade. Faz-se isso à luz do debate acerca da “tese da debilidade política da indústria no Brasil”, tendo-se, contudo, um contexto pós-neoliberal. Examinou-se, portanto, não a capacidade de promover ação política da FIEP, o que a tese da debilidade negava mas tomou-se aqui como questão ultrapassada, porém, sua qualidade, seu modo de atuação. Também verificou-se o equilíbrio da relação entre o Legislativo e o Executivo estadual. Partiu-se da hipótese de que existe uma agenda própria das Assembleias Legislativas em relação aos Executivos, e negociada entre esses Poderes. A pesquisa justifica-se pela complexidade e atuação inusitada que a FIEP apresentou no período de presidência de Rodrigo Costa da Rocha Loures (2003-2011), em que se estabeleceu uma série de ações integradas e proativas em relação à política e formação política de quadros, extrapolando, contudo, o *lobby* em relação ao processo decisório em um movimento em direção à sociedade. Para isso, teve-se em vista as ações da Rede de Participação Política, desenvolvida pela entidade sindical patronal no período analisado, além do trabalho desenvolvido pelo Departamento de Assuntos Legislativos da entidade. Assim, a metodologia sustentou-se em análise das formas de ação política e do sucesso/insucesso dos interesses manifestos da FIEP no Legislativo estadual, comparando-se, para isso, a posição da entidade publicada no anuário Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná com a definição dos projetos na Assembleia Legislativa. Em relação à pressão sobre o processo decisório, destacou-se, ainda, o estabelecimento e correções do Piso do Salário Mínimo Regional. Partiu-se da hipótese, que acabou por ser confirmada, de que a entidade consegue atingir seus objetivos, dada a qualidade de sua organização e a participação consolidada do empresariado como ator político. Por este caminho, apresentou-se a entidade como grupo de interesse que, ao atuar para interferir na agenda e criar um ambiente favorável às suas preferências, torna-se grupo de pressão e de *lobby*. Além disso, estabelecendo uma relação inusitada com a sociedade, efetuou-se um padrão de ação integrado a um projeto político, sem apresentar apenas preocupação com interesses imediatos e/ou particularistas de setores do empresariado industrial.

**Palavras-chave:** Empresariado; Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Empresariado Industrial, Grupos de Interesse Grupos de Pressão e Lobby.



## ABSTRACT

The objective of this work is to present the action patterns of the Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) in its relation with to the decision-making process and the society. This is done taking into consideration the debate about the "theory of political weakness of the industry in Brazil", having, however, a post-neoliberal context. Not is examined, therefore, the ability to promote political action by FIEP, which denies the thesis of weakness, but, the quality of this action. Also, want to check the balance of the relationship between the Legislative and the Executive. Was observed the hypothesis that there is a proper agenda of the Legislative Assemblies in relation to the Executive, and negotiated between these Powers. This research is justified by the complexity and even unusual activity that FIEP presented in the presidency period of Rodrigo Costa da Rocha Loures (2003-2011), which established a series of integrated and proactive actions in relation to policy and training policy, extrapolating, however, the lobby in relation to decision-making in a movement toward society. For this, considered up the actions of the Rede de Participação Política, developed by the entity during the period analyzed, in addition to the work of the organization's Departamento de Assuntos Legislativos. Thus, the methodology was willing to analyzed the forms of political action and the success/failure of the expressed interests of FIEP in the state legislature. For analysis of success/failure, compares the position published in the yearbook of the Agenda Legislativa da Indústria do Paraná with the definition of the projects in the Legislative Assembly. In relation to the pressure on the decisionmaking process, it was highlighted also the establishment and corrections of the Regional Minimum Wage. Part from the assumption, which as confirmed, that the entity achieves its objectives, given the quality of their organization and capacity of centralization of interests around itself. Thus, that's research seek to present the entity as interest group that seek to interfere with the agenda and create a climate favorable to their preferences, this way becomes pressure group and lobby. Moreover, establishing a unusual relationship with society, with a pattern of integrated action to a political project without giving only concern with immediate particularistic interests of the industrial business sectors.

**Keywords:** Political Action, FIEP, Industrial Entrepreneurship, Interest, Pressure and Lobbing Group.

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1: AÇÃO POLÍTICA DA CNI .....	27
TABELA 2 – AÇÃO POLÍTICA DA FIEP .....	33
TABELA 3: IMPACTO DOS CASOS DE <u>SUCESSO</u> SOBRE O <i>CUSTO BRASIL</i> .....	38
TABELA 4: IMPACTO DOS CASOS DE <u>INSUCESSO</u> SOBRE O <i>CUSTO BRASIL</i> .....	39
TABELA 5: IMPACTO DOS CASOS DE SUCESSO E INSUCESSO SOBRE O <i>CUSTO BRASIL</i> ..	39
TABELA 6: POSIÇÃO DA FIEP .....	42
TABELA 7: SITUAÇÃO DOS PLS NA ALEP .....	42
TABELA 8: RESULTADO ALIEP X ALEP .....	43
TABELA 9: SITUAÇÃO DO PL NA ALEP – 2005 .....	46
TABELA 10: POSIÇÃO DA FIEP – 2009 .....	49
TABELA 11: POSIÇÃO DA FIEP – 2011 .....	49
TABELA 12: SITUAÇÃO DO PL NA ALEP – 2011 .....	50
TABELA 13: RESULTADO ALIEP X ALEP, SOMENTE CONSIDERANDO SUCESSOS/ INSUCESSOS .....	50
TABELA 14: RESULTADO ALIEP X ALEP POR POSIÇÃO DA FIEP (CONSIDERANDO SOMENTE SUCESSOS/ INSUCESSOS) .....	51
TABELA 15: POSIÇÃO DA FIEP (QUI-QUADRADO) .....	51
TABELA 16: RESULTADO ALIEP X ALEP (QUI-QUADRADO) .....	52
TABELA 17: RESULTADO ALIEP X ALEP POR SITUAÇÃO DO PL NA ALEP .....	53
TABELA 18: NOVAS NORMAS JURÍDICAS PARA “INDÚSTRIA E COMÉRCIO” .....	55
TABELA 19: NOVAS NORMAS JURÍDICAS PARA “AGRICULTURA” .....	55
TABELA 20: NOVAS NORMAS JURÍDICAS PARA “BANCOS” .....	56
TABELA 21: NOVAS NORMAS JURÍDICAS PARA “CULTURA” .....	56
TABELA 22: NOVAS NORMAS JURÍDICAS PARA “DIREITOS HUMANOS” .....	57
TABELA 23: NOVAS NORMAS JURÍDICAS PARA “EDUCAÇÃO” .....	57
TABELA 24: ORIGEM DO PL .....	60
TABELA 25: TIPO DO PL .....	61
TABELA 26: TIPO DO PL X ORIGEM DO PL .....	62
TABELA 27: ORIGEM DO PL X RESULTADO DO PL NA ALEP .....	64
TABELA 28: ORIGEM DO PL X TIPO DO PL POR RESULTADO NA ALEP (%).....	65
TABELA 29: SITUAÇÃO DO PL NA ALEP (SMR) .....	71
 GRÁFICO 1: RESULTADO ALIEP X ALEP POR POSIÇÃO DA FIEP .....	 45
GRÁFICO 2: RESULTADO ALIEP X RESULTADO ALEP – 2005 .....	47
GRÁFICO 3: RESULTADO ALIEP X RESULTADO ALEP – 2006 .....	48
GRÁFICO 4: TIPO DO PL X ORIGEM DO PL .....	62
GRÁFICO 5: SITUAÇÃO DO PL NA ALEP X POSIÇÃO DA FIEP (SMR) .....	72

## LISTA DE SIGLAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial  
AEN – Agência Estadual de Notícias  
AL – Assembleia Legislativa  
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
ALEP – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro  
ALIEP – Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná  
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça  
CD – Câmara dos Deputados  
CEB – Coalizão Empresarial Brasileira  
CEDP – Conselho Estadual de Desenvolvimento Produtivo  
CFG – Coalizão Fisiológica de Governo  
CNI – Confederação Nacional da Indústria  
CPG – Coalizão Programática de Governo  
DEM – Democratas (Partido)  
FACIAP – Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná  
FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
FecomércioSP – Federação do Comércio do Estado de São Paulo  
FGV-EAESP – Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas  
FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná  
GVces – Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV-EAESP  
IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial  
PDP – Política de Desenvolvimento Produtivo do Paraná  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PL – Projeto de Lei  
PMDB – Partido da Mobilização Democrática Brasileira  
PNBE – Pensamento Nacional das Bases Empresariais  
PP – Partido Progressista  
PPS – Partido Popular Socialista  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSMR – Piso do Salário Mínimo Regional  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SINCABIMA – Sindicato das Indústrias de Cacao e Balas, Massas Alimentícias e Biscoitos, de Doces e Conservas Alimentícias do Estado do Paraná  
Sindimetal – Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico  
TLC – Tratado de Livre-Comércio  
UFPR – Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. A FIEP COMO GRUPO DE INTERESSE E GRUPO DE PRESSÃO: A REDE DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E OUTRAS FORMAS DE AÇÃO .....</b>	<b>19</b>
1.2 ATUAÇÃO COMO GRUPO DE INTERESSE E PRESSÃO .....	23
<b>3. A FIEP E O PROCESSO DECISÓRIO: RELAÇÃO COM LEGISLATIVO E</b>	
3.1 A CNI, O “CUSTO BRASIL” E O PROCESSO DECISÓRIO NO ÂMBITO FEDERAL.....	37
3.2 FIEP: OS SUCESSOS E INSUCESSOS DA INDÚSTRIA E O PROCESSO DECISÓRIO EM ÂMBITO SUBNACIONAL .....	40
3.3 OS LEGISLADORES ESTADUAIS E OS GRUPOS DE INTERESSE, PRESSÃO E LOBBY .....	58
<b>4. O PISO DO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL E A AGENDA DO EXECUTIVO.....</b>	<b>67</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>
OUTRAS FONTES:.....	87
ANEXOS.....	91

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho propôs-se a examinar o conjunto de ações desenvolvidas pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) que visaram interferir no processo decisório mas, também, aquelas dirigidas para a sociedade. Tal exame acabou por verificar sua organização como a de um grupo de interesse, grupo de pressão e *lobby*. Examinou-se o padrão dessas ações, afim de fazer prevalecer suas preferências manifestas. Desse modo, teve-se em vista sua força ou debilidade, concluindo-se por sua força, dada, além de sua capacidade organizativa, sua capacidade de coordenação de interesses coletivos e o sucesso de significativa parte de suas posições manifestas.

Para isso, a metodologia empregada confrontou os “sucessos” e “insucessos” (MANCUSO, 2007) dessas posições manifestas em relação ao Legislativo estadual. Teve-se em vista as críticas à “tese da debilidade política da indústria no Brasil” que indicam a força das entidades sindicais de representação patronal e do empresariado como importantes atores, influenciando o processo decisório. Essas críticas, que defendem a força e capacidade organizativa e de coordenação do empresariado (ou instituições representativas dele), sustentadas por parte da literatura, foram aqui reafirmadas, tendo-se em vista os sucessos/insucessos da FIEP em relação ao processo decisório no estado.

Destacou-se aqui a relação de uma entidade sindical patronal subnacional, a FIEP, com o Legislativo estadual (Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP), devendo-se tal escolha ao esforço dirigido por essa entidade sindical para a pesquisa da produção legislativa estadual. Disso, inicialmente se infere a possibilidade de um conjunto de ações mas também, certamente, de posicionamento político. Esse posicionamento é manifesto num anuário produzido pelo Departamento de Assuntos Legislativos da Federação, chamado Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná, que em diante será tratado como ALIEP. Deste modo, esteve-se a considerar o problema do processo decisório em âmbito subnacional, recorrendo-se, para isso, à literatura que trata da relação entre os poderes, sobretudo o Executivo e o Legislativo, nesse âmbito. Abordou-se, portanto, também, ações promovidas em relação ao Executivo estadual.

Não obstante, se partindo-se de literatura que confirma a forte presença do empresariado industrial enquanto ator político, a atividade de *lobbying* pode ser esperada, este trabalho, por outro lado, identificou um padrão de ação inusitado. Tal padrão caracterizou-se por um movimento em direção à sociedade, sem que se estivesse buscando alcançar objetivos

particularistas ou, mesmo imediatos para o empresariado. Tratou-se de ações que objetivavam defender e propor um modelo de política. A singularidade desse padrão ainda é encontrada por se tratar de um tipo de ação anti-olsoniana, uma vez que foi orientada ao interesse difuso, sem que os membros da entidade sindical pudessem ser beneficiados seletivamente. Nesse conjunto de ações, a FIEP assumiu os custos para defender o que acreditava – em sua concepção – ser uma nova maneira de fazer política, que acabasse por beneficiar toda a sociedade. Essa questão foi levantada já na inauguração dos capítulos desta dissertação, referindo-se à relação estabelecida entre a FIEP e a sociedade. Destacou-se, para isso, entre outras iniciativas como o Movimento À Sombra do Imposto, a revista Observatório da Indústria e o Programa Lideranças Empresariais na Política, a Rede de Participação Política, iniciativa da FIEP para promover um projeto de desenvolvimento econômico e político, dirigido diretamente à sociedade, sem que se constituísse como uma forma tradicional de pressão sobre o Estado. Buscou-se apresentar, então, como o sindicato patronal atuou extrapolando uma esperada ação de *lobby*, apresentando um padrão excepcional.

Para além das relações com a sociedade e o Legislativo, um terceiro ponto tratou da relação com o Executivo, sem que a ALEP fosse descartada enquanto *locus* de ação. Tratou-se de um tema sensível à vida política e econômica dos estados e da União no período examinado, o Piso do Salário Mínimo Regional (PSMR). Teve-se, portanto, a intenção de se verificar como a entidade representativa do empresariado industrial paranaense estabeleceu-se como ator interessado em influenciar as decisões políticas, buscando uma mais abrangente participação no exercício do poder.

Examinando a ação política da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no final dos anos de 1990 e início de 2000, Wagner Pralon Mancuso (2007) verificou a capacidade dessa entidade em assumir os custos dessa ação, que se dizia, mas também se fazia, representante do empresariado industrial nacional, unificado em torno do tema do “custo Brasil” e sob sua (da CNI) liderança. Mancuso apontava para um resultado diverso daquele estabelecido a partir da relação da proposta de Mancur Olson com a ação coletiva da indústria no Brasil. Recorde-se que Olson percebeu que, salvo em grupos pequenos onde o custo da ação necessita ser tomado por todos os integrantes do grupo, nos grupos grandes e diversificados a ação depende de “[...] coerção ou alguma indução externa que leve os membros do grande grupo a agirem em prol de seus interesses comuns” (OLSON, 2011, p.57). Deste modo, a representação industrial no Brasil, seguindo essa tese da incapacidade de organização de ação coletiva em grandes grupos, seria frágil e inconsistente. Essa concepção foi encontrada em momentos da produção de autores

como Eli Diniz e Renato Boschi (BOSCHI, 1979; DINIZ, 1997), ainda que afirmando ser o empresariado um ator significativo, e Álvaro Bianchi, que, também, afirma a existência de uma representação empresarial fragmentada e, portanto, frágil (BIANCHI, 2001, p. 129).

A proposta de Olson prevalecia nos exames acerca da ação política dos empresários industriais no Brasil, sustentando, de acordo com a definição de Wagner Mancuso, a “tese da debilidade política da indústria” (MANCUSO, 2007), de que o empresariado seria fraco para organizar-se em torno de uma pauta comum, o que o tornaria dependente do Estado. Mancuso, afirma, conjuntamente a Amâncio Oliveira, que a proposição de Olson realmente reflete a principal dificuldade para uma ação coletiva do empresariado, a “*carona*”. Explicam os autores que esse termo “[...] designa a atitude de atores que, mesmo considerando desejável a obtenção de um benefício coletivo, não se dispõem a colaborar para ela, pois esperam que outros atores o façam” (MANCUSO; OLIVEIRA, 2006, pp. 157-158). Porém, ao examinar os sucessos/insucessos da Confederação Nacional da Indústria, Mancuso (2007) verifica a capacidade da entidade nacional de assumir os custos de uma ação coletiva e, além disso, verifica que sua ação é exitosa, obtendo um percentual significativamente maior de sucessos que de fracassos.

Dirigindo o foco para entidades subnacionais, Bresser-Pereira e Eli Diniz, expuseram, também afirmando o empresariado como ator político de êxito, a presença de uma crescente preocupação com a macroeconomia e atuação política do empresariado nos anos 2000, deixando de estar centrada em interesses imediatos e particularistas. Para isso, destacam, entre as entidades estaduais de representação do empresariado, o “protagonismo empresarial” da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, durante a presidência de Rodrigo Costa da Rocha Loures (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 95). Apontam para um caráter inovador e proativo da Federação paranaense em relação à ação política nesse momento, que mereceria maior atenção. Disso decorre o recorte aqui realizado do período da presidência de Rodrigo da Rocha Loures na FIEP, iniciado em 2003 e estendido até 2011, buscando-se compreender, além do comportamento e das ações políticas da FIEP, a constância de suas ações, visando identificar um padrão de atuação.

Para isso, faz-se necessário algumas definições. Registra-se que se retornará à definição acerca dos grupos de interesse, pressão e *lobby* posteriormente, contudo, de modo breve, está-se tomando a noção de grupo de interesse pela existência de interesses comuns entre seus membros, tornando-se grupo de pressão ao agir para que suas preferências prevaleçam. O

*lobby*, então, refere-se, nesta concepção, a uma forma de pressão, contudo, restrita a interesses imediatos em relação às instituições do processo decisório.

Este trabalho apresenta três momentos. Primeiramente, tratou-se do comportamento em relação à sociedade. Por meio desse exame, quis-se pensar sobre a valorização da política promovida (ou não) pela entidade e não, nesse momento, sobre suas relações com o processo decisório. Assim, esse primeiro capítulo abordou, além da Rede de Participação Política, outras formas de organização da entidade como o Movimento À Sombra do Imposto e seu Programa de formação de lideranças políticas. A relação da entidade no tocante ao processo decisório foi, por sua vez, tratada no segundo capítulo. Nesse momento, a pesquisa dirigiu-se, sobretudo, à sua relação com o Legislativo estadual. Realizou-se, para isso, o exame dos interesses divulgados pela entidade, verificando-os por meio das posições publicizadas na Agenda Legislativa da Indústria (ALIEP). Nessa seção coube um exame quantitativo dos sucessos e insucessos da entidade no Legislativo estadual. Esse exame se aproxima da pesquisa realizada por Mancuso, que investigou a ação da indústria nacional por meio da “Agenda Legislativa” da RedIndústria, rede de entidades do setor produtivo, não apenas corporativo, incluindo a FIEP, dirigida pela CNI (MANCUSO, 2007, p.22). Verificou-se, também, a relação da entidade com os poderes, comparando a origem dos projetos aos seus resultados.

Nesse ponto, contudo, tangeu-se as relações Executivo-Legislativo nos estados. Assim, partiu-se da sugestão, construída com base na literatura acerca das relações Executivo-Legislativo no âmbito subnacional brasileiro, de que existe uma divisão nos trabalhos de cada um dos poderes, sendo que “[...] a agenda dos deputados é composta de temas de natureza social, [e] a agenda do Executivo é fundamentalmente econômica, financeira”. (SANTOS, 2001, p. 176). Recorde-se que Fabiano Santos verifica essa realidade para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), divergindo do seminal trabalho de Fernando Abrúcio, que sugeria haver um “ultrapresidencialismo estadual”, caracterizado pela submissão das Assembleias Legislativas (ALs) aos Executivos estaduais, conjuntamente a um “pacto homologatório”, em que os deputados somente fariam aprovar, sem maiores empecilhos, as propostas do Executivo (SANTOS, 2001, p.165). Nesse caso, às Assembleias Legislativas restaria uma preocupação paroquialista em relação aos municípios de origem dos deputados. Tomio e Ricci (2012) corroboram com a noção de Fabiano Santos, ao verificarem o caráter autônomo de atuação de algumas ALs, incluindo a do Paraná. Os deputados estaduais, segundo os autores, têm uma agenda limitada devido às regras constitucionais, entretanto, por terem responsabilidade na normatização de políticas públicas estaduais, acabam por atrair “[...] parte



do eleitorado mais organizado, como sindicatos, associações, representações de categorias, grupos de pressão” (TOMIO; RICCI, 2012, p.211). Assim, tomou-se a hipótese, confirmada pela pesquisa, de que o Legislativo estadual goza de relativa autonomia, apesar das limitações constitucionais, o que motivou, portanto, o direcionamento da ação da FIEP em sua direção no que concerne a temas da agenda legislativa estadual.

Outro ponto considerado, e que foi abordado no terceiro capítulo, referiu-se à questão do Piso do Salário Mínimo Regional (PSMR). Isso porque o PSMR foi instituído em 2004, ano seguinte ao da posse de Rocha Loures, e foi tema que afetou diretamente os interesses dos industriários, compondo, ainda, os itens do “custo Brasil”, tema central na organização e ação da CNI, conforme apresentou Mancuso. (2007, p.50). Verifica-se, então, as posições da FIEP em relação ao PSMR, tanto nos anuários, quanto em posições da diretoria publicadas na imprensa, mais extensivamente no jornal Gazeta do Povo, seja diretamente para o jornal, seja em comunicações na ALEP reportadas pelo jornal. Toma-se, ainda, dados na Agência Estadual de Notícias (AEN) e outros jornais não-oficiais. Objetivou-se, com isso, verificar os interesses presentes na entidade quanto ao tema, assim como a pressão exercida via manifestação na imprensa. O recurso de buscar a imprensa neste ponto, deveu-se ao, aparentemente, curioso fato de que o tema do PSMR esteve ausente na quase totalidade dos anuários ALIEP pesquisados. Tal silêncio não foi identificado aqui como desinteresse, mas, pelo contrário, dada a ação exercida pela entidade na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e na imprensa, foi considerado relevante e estratégia a ser examinada. Nisso acercou-se as relações estabelecidas com o Executivo estadual, por ser tema (o PSMR) de sua competência. Esse capítulo ainda visou relacionar o tratamento dado ao tema do PSMR com outras Unidades da Federação.

Portanto, estabeleceu-se o seguinte conjunto de variáveis: (I) para indicar a força ou debilidade política da entidade empresarial, pode-se observar sua (i.i) capacidade de assumir custos para ação política, sua (i.ii) capacidade de organização de ação política, sua (i.iii) capacidade de exercer pressão, e, além disso, o êxito dessa ação pode ser mensurado pelo (i.iv) sucesso ou insucesso em relação aos Projetos de Lei (PLs) tramitados na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná de acordo com sua posição manifesta em relação aos mesmos. Registre-se que não se pode afirmar que necessariamente o resultado final dos PLs deve-se à pressão/*lobby* da entidade, não sendo estabelecida, portanto, uma relação causal. (II) No caso da relação entre os poderes, verificou-se a origem dos PLs e a comparação com a situação final desses, discriminados por tema (econômico, administrativo, social ou outros).

O sucesso ou insucesso dos projetos também não pode ser utilizado como medida para a ação ou não da entidade. Não obstante, poderia indicar, ou reforçar, a tese da força ou debilidade da indústria conforme suas posições declaradas e o resultado final dos Projetos de Lei na AL. Portanto, sugeriu-se, para além da relação Executivo-Legislativo, hipóteses quanto à relação entre a entidade e o processo decisório – de que a FIEP atuou como grupo de pressão e *lobby*, capaz de assumir os custos para a ação em torno das preferências do empresariado industrial organizado atuante em seu sistema, obtendo sucesso em relação aos PLs de acordo com seu posicionamento “convergente” ou “divergente”, observando-se o oposto do que a “tese da debilidade política da indústria no Brasil” indicava.

Deste modo, este trabalho expõe como as ações promovidas pela FIEP caracterizaram-se por uma atuação não-isolada, porém, em que a entidade assumiu custos de ação política, formulando uma série de iniciativas, visando estabelecer-se enquanto representante do empresariado local, e, além disso, defender suas preferências como coletivas. Cabe, contudo, registrar ainda mais uma vez que não se está a pressupor uma relação de causa e efeito entre a agenda de interesses da FIEP, de suas ações e os resultados obtidos. Mancuso já chamava a atenção para essa impossibilidade quando apresentou sua pesquisa sobre a CNI. (MANCUSO, 2007, pp.124-135). Isso decorre de que, ainda que se esteja apontando para a relevância das ações (ou não-ações) políticas do grupo de interesse, não se pode deixar de considerar a possibilidade da incidência de outros fatores. As decisões políticas são tomadas considerando um complexo processo de atores (indivíduos e grupos) dispersos. Ainda assim, aqui busca-se apresentar a “relação” entre as demandas do grupo de interesse e o resultado das decisões. Toma-se, portanto, o resultado do processo decisório como indicador da influência exercida pelo grupo social, reconhecendo-se, contudo, as limitações do método (sua contingência).

Destaca-se, portanto, a atuação da FIEP, interessada em processos políticos de longo prazo, assumindo custos de uma ação dirigida à sociedade e às instituições do processo decisório. Verificou-se, portanto, a capacidade de mobilização da FIEP sobre a sociedade, alargando seu campo para além daquilo que era inicialmente esperado numa concepção pluralista, o *lobby*. Caracterizou-se, assim, uma ação inusitada de valorização de sua concepção de política, estabelecendo-se como influente grupo de interesse e pressão.

Não obstante, esses resultados limitam-se à atuação da Federação das Indústrias do Paraná e a este Legislativo estadual, conforme sugerido por Bresser-Pereira e Eli Diniz, podendo, no entanto, não representar a realidade de outros estados (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009). Assim, permanece a necessidade de se pesquisar de maneira mais ampla os

padrões de ação política de outras entidades sindicais, assim como os demais Legislativos estaduais. Institui-se, desse modo, a necessidade de se verificar os padrões e a qualidade das ações das entidades sindicais patronais nos estados, dada a importância que passam a gozar num contexto pós-neoliberal.

## **2. A FIEP COMO GRUPO DE INTERESSE E GRUPO DE PRESSÃO: A REDE DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E OUTRAS FORMAS DE AÇÃO**

Este trabalho parte da perspectiva da dificuldade em se considerar a efetiva representação do empresariado por meio das entidades representativas instituídas pelo sistema corporativista ou pluralista-corporativista. Num aspecto mais frágil seria possível considerar a caracterização legal dessas entidades como representativas de algum setor, como, no caso da FIEP ou da CNI, da indústria. Assim, aqui se está a tratar da FIEP enquanto grupo de interesses/pressão/*lobby*, não se pretendendo defini-lo como representante legítimo (ainda que legal) do empresariado. Por outro lado, não se está a negar essa representação, não sendo, apenas, o foco desta pesquisa.

As pesquisas acerca da relação entre empresariado e política no Brasil apresentam uma extensa literatura, principalmente no tocante ao pós-1930. Esses estudos estão, via de regra, ligados ao tema da relação Estado-sociedade/grupos de interesse/partidos ou da ineficácia dos grupos e partidos (CAMPELLO DE SOUZA, 1976; GOMES, 1988). Isso ocorre uma vez que, no Brasil pós-30, o Estado foi central à industrialização que se deu.<sup>1</sup> Portanto, o Estado é, geralmente, tido como elemento crucial às decisões políticas, assim como para a própria formação e regulação da cidadania e formulação de políticas econômicas. Os grupos de pressão seriam, portanto, nessa perspectiva, fracos ou até mesmo inexistentes, diante de tal robustez estatal.

Desse modo, grande parte da literatura política sobre a representação de interesses e influência no Brasil, mesmo quando passa a considerar a ação política do empresariado, apontou para um engessamento promovido pelo corporativismo imposto, em que os grupos seriam dependentes, não somente organicamente, como também funcionalmente, do Estado (SCHWARTZMAN, 2007[1975]; CARDOSO, 1975; MARTINS, 1985; SCHMITTER, 1971; BOSCHI, 1979; DINIZ, 1997; DOCTOR, 2002). A representação empresarial, partindo desse sistema corporativista criado por Vargas, seria, por conseguinte, exemplo dessa característica da política brasileira, pois fraca diante de um Estado hipertrofiado. Nesse contexto, modelos pluralistas de análise não poderiam explicar a representação de interesses no Brasil, em que

---

<sup>1</sup> Sobre isso, ver: FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1976. O autor afirma que a Revolução de 1930, ainda que privada de um caráter industrializante, além de marcar a fundamentação do Estado brasileiro, marcou o estreitamento com novos setores, expurgando a antiga elite agrário-exportadora cafeeira – o que possibilitou a industrialização que se sucedeu.

predominariam as decisões insuladas da burocracia, um Estado discricionário e o predomínio da tecnocracia.

Tal perspectiva aponta para a presença estatal como enclausurante da livre representação dos grupos de interesse e, em alguns casos, até mesmo dos partidos. A partir da década de 1970 passa-se a tomar o empresariado como ator político relevante (BOSCHI, 1979), contudo, considera-se o desencadeamento de um processo de insulamento das decisões acerca da política industrial no Executivo desde os anos de 1980, agravado por uma “[...] desorganização da estrutura de representação de interesses do empresariado, já por esta altura, tipicamente fragmentada, dual e setorializada” (BOSCHI; DINIZ, 2000b). Álvaro Bianchi destacou essa “crise de representação do empresariado brasileiro” nos anos de 1980, afirmando que o “sinal mais evidente foi a multiplicação de entidades empresariais e as crises internas permanentes ocorridas no interior das antigas federações e confederações” (BIANCHI, 1999, p.54).

Assim, nesse momento ainda não se podia afirmar um esgotamento da “tese da debilidade política da indústria no Brasil”, que apontava para a incapacidade de consenso e organização do empresariado (MANCUSO; OLIVEIRA, 2006). Essa concepção visava explicar o comportamento do empresariado industrial e de suas entidades representativas, similar em toda a América Latina, que a partir dos anos de 1980, estendendo-se pela redemocratização, manteve sua proximidade com o modelo corporativista, importante em sua ascendente escalada para estabelecer-se como significativo ator político, mas que, para além disso, torna-se incapaz de articular-se coletivamente, fragmentando-se com a multiplicação de entidades empresariais. Nota-se aqui, que não se retorna às noções de um empresariado submisso a um sistema corporativista rígido. O que se estava a verificar era um empresariado que ainda que em um modelo híbrido, pluralista-corporativista, dado o aumento da importância do parlamento, era, segundo essa tese, incapaz de atuar coletivamente uma vez fragmentado e deparando-se com o insulamento burocrático que desenvolveu-se nesse momento no que se refere à política econômica (DINIZ, 1997; DINIZ; BOSCHI, 2000; BIANCHI, 2001).

Eli Diniz concluía que, pelo menos até fins dos anos 1990, o empresariado, incapaz de se organizar com êxito coletivamente, seria “*débil*” politicamente, atado diante das decisões da burocracia estatal insulada e de atuação exclusivamente particularista, compondo aquilo que Mancuso elencaria como características da tese da debilidade. Nas palavras da autora:

Incapazes de integrar as críticas tópicas e inseri-las em um projeto alternativo de ordenação econômica e social, recalcitrantes quanto ao alargamento de suas responsabilidades ante as perspectivas de reordenamento econômico e tolhidas por uma visão restrita de seus interesses, os empresários revelariam particular inabilidade para a articulação de pactos e acordos que envolvessem outros atores e interesses. Esta foi certamente sua principal debilidade, manifestada ao longo dos anos 80, em face das tentativas de estabilização econômica levadas a efeito pelos governos da região. A reduzida sensibilidade para articular alianças, associada ao predomínio de uma visão estreita e de um comportamento particularista, alimentou, por sua vez, a cristalização de imagens negativas do empresariado latino-americano. Este seria crescentemente percebido como um setor ineficiente e avesso à mudança, afeito a um estilo predatório em relação à utilização dos recursos públicos e a uma atitude perdulária em seu relacionamento com o Estado. (DINIZ, 1997, p. 15).

Nesse momento, trabalhos que abordavam o alocamento das classes sociais na organização empresarial, destacando-se, aqui, entre eles o de Paulo Roberto Neves Costa (2003), apontavam para a ausência do empresariado enquanto ator interessado e atuante na proposição das formas das instituições políticas. Enfocando a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FecomércioSP), Paulo Costa, apresenta a aproximação das diretorias dessas entidades com o Executivo e o Legislativo, seja federal, estadual ou municipal, estabelecendo, assim, uma robusta ação política, ou coletiva, mas, contudo, predominando, nas reuniões das diretorias, discussões acerca do “cotidiano da política econômica”. (COSTA, 2003, p. 335). O autor destaca que entre as décadas de 1970 e 1990 pouca alteração houve nas formas de atuação em relação à política dessas entidades, existindo, entre elas,

um certo *governismo*, ao qual as entidades preferiam chamar de “civismo”, que revelava a dificuldade em se opor abertamente ao Governo, nos três níveis, mesmo quando o descontentamento, ainda que não manifesto, era muito grande. Além disso, procurava-se evitar as mobilizações que envolvessem a população ou até mesmo o próprio empresariado, como mostram as poucas participações das entidades aqui analisadas em grandes ações que implicassem a mobilização de grande número de pessoas enquanto forma de pressão, como é mais comum entre os trabalhadores e os chamados movimentos populares” (COSTA, 2003, pp. 334-335).

Contudo, o contexto pós-anos 1990 apresenta o desgaste do neoliberalismo e uma nova assunção do Estado no desenvolvimento da economia brasileira (LEOPOLDI; MANCUSO; IGLECIAS, 2010). Concomitantemente a isso, pode-se verificar uma atuação política mais robusta de entidades empresariais, preocupadas com os caminhos da macroeconomia e, agora, defensoras de valores neoliberais, assim como a uma forte presença do Legislativo no processo decisório (SANTOS, 2001; MANCUSO, 2007; BRESSER-PEREIRA & DINIZ, 2009;). Os anos 2000 marcam, desse modo, um embate acerca dos rumos econômicos e políticos entre

empresariado, ou seus “representantes” do sistema pluralista-corporativista, e políticas estatais. Nessa primeira década dos anos 2000, dada a nova realidade da economia e da política brasileira, consolidou-se na literatura a percepção da presença de fenômenos típicos de sistemas pluralistas no Brasil, com *lobby* e representação de interesses, ainda que em um sistema corporativista (DINIZ & SANTOS, 2000; LEOPOLDI, 2000; MANCUSO, 2004; MANCUSO, 2007). Desse modo, o *lobby* passa a ser esperado na ação desses grupos empresariais, não somente no contexto nacional, mas, também nas unidades da Federação brasileira.

Disso decorre um novo debate acerca da força ou debilidade política da indústria no Brasil. Seria eficiente o *lobby* empresarial, capaz de constranger o Estado para atender seus interesses e preferências? Das mais contundentes, a resposta de Wagner Mancuso, aponta para a força da representação industrial da CNI, de resultado marcadamente exitoso (MANCUSO, 2007). Teve-se em vista essa última concepção ao perguntar-se, aqui, sobre a atuação política da Federação das Indústrias do Paraná. Quis-se saber como essa entidade sindical da indústria se organiza e se relaciona com o Estado, mais especificamente com o Legislativo, ainda que também com os demais poderes. Destaca-se que não se esteve a questionar se a FIEP é um ator político significativo, posto que isto já está explicado pela literatura e pela própria organização da entidade, mantendo, por exemplo, um Departamento de Assuntos Legislativos. Teve-se em vista, então, a pesquisa de Wagner Mancuso que aponta para um resultado intensamente positivo para a CNI.

Entretanto, não se esteve a referir-se a atuação de grupos de interesse em relação a um Estado neutro, o que torna a questão atinente também ao Estado. Todavia, analisou-se a participação estatal articulada e, portanto, inserida numa relação com grupos socioeconômicos e outros atores. A política industrial, assim, foi vista numa perspectiva em que os vários atores envolvidos são considerados, e não como uma prerrogativa exclusiva das agências estatais.<sup>2</sup> Decorreu disso que se pode identificar certa autonomia nas ações da FIEP, relacionando-se diretamente com o Parlamento. Essa perspectiva foi tomada das sugestões encontradas no texto “Estado, empresariado e desenvolvimentismo no Brasil”, originado das discussões no VI Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, de 2008 (MANCUSO, LEOPOLDI, IGLECIAS, 2010). Deste modo, afastava-se da concepção do “enclausuramento burocrático”, ou seja, de que as decisões econômicas estariam centradas, neste momento, na alta “burocracia econômica

---

<sup>2</sup> Para Política Industrial está-se compreendendo políticas públicas, elaboradas num contexto de relação entre atores e grupos, que envolvem a produção. Na definição de Hermílio Santos: “Uma macro-definição de política industrial inclui todas as políticas econômicas que têm por objetivo otimizar a qualidade dos fatores de produção trabalho, capital e recursos naturais, bem como o nível tecnológico do país.” (SANTOS, 2002, p. 195).

governamental”, deixando ao parlamento um espaço somente para pressões clientelistas e personalistas, conforme houvera sido proposto por Diniz e Boschi anos antes, para um contexto neoliberal (DINIZ; BOSCHI, 2000, p. 62). No entanto, deve-se considerar o âmbito de exame, neste caso, considerando-se as peculiaridades do processo decisório no nível subnacional.

Ainda que se observe tal autonomia nas ações da entidade, não sugere-se que ela apresente-se como representante do empresariado de modo que sua ação esteja estabelecida em consenso. Por outro lado, tem-se a concepção de um grupo que não é mero mediador, mas representa-se a si e busca fazer valer suas preferências, sustentado na representação legal do empresariado industrial de que goza. Nem por isso, considera-se que o empresariado industrial esteja fragmentado, uma vez que encontra uma entidade capaz de atuar em relação ao Estado e à sociedade sustentada e falando pelo que seria o conjunto do empresariado industrial.

Antes, porém, que se adentre na pesquisa propriamente dita e nos resultados obtidos dos padrões de ação e da relação entre as entidades sindicais patronais e o processo decisório, cabe um breve esclarecimento acerca da definição dos grupos de interesse e pressão e *lobby*. Aqui, deve-se propor uma tipologia para sustentar a exposição dos resultados da pesquisa.

### 1.1. Grupos de interesse, grupos de pressão e lobby: uma conceituação

Quanto à definição dos grupos, parte-se das proposições de Robert Dahl, que destaca o comportamento dos atores e a expressão de suas preferências como objetos a serem mensurados (DAHL, 1970, p. 94). Assim, o foco é apontado sobre a quantidade e capacidade com que os atores, individuais ou grupos, utilizam recursos escassos para fazer valer suas preferências (DAHL, 1989, p. 305). Deste modo, considera-se a formação de grupos de interesse, dispostos a pressionar por suas preferências e influenciar os decisores, impedindo que uma única elite controle todas as decisões. Steven Lukes evidencia que Dahl preocupa-se, sobretudo, com a influência que uns atores exercem quanto a tomada de decisões, e nesse caso, num contexto pluralista, verifica-se o conflito entre diferentes preferências e não um despótico exercício de *poder* (LUKES, 1980, pp. 10-11). John Gunnell destacou que Dahl afirmava que os diversos grupos de interesse também participavam da formulação das regras do jogo (GUNNELL, 1996, pp. 262-263). Haveria, portanto, uma diversidade de grupos participando do jogo democrático, pressionando a formulação de suas regras e, assim, garantindo sua representação política (GUNNELL, 1996, p. 261). Assim que quando a literatura brasileira



sugeria o desinteresse dos grupos empresariais sobre a forma das instituições políticas, também estavam a sugerir sua submissão à burocracia/tecnocracia.

David Easton, na mesma perspectiva de Dahl, afirmava que a participação em grupos está relacionada a uma "[...] sensação de estar do mesmo lado, de ter ideais e pressuposições comuns, de haver respeito mútuo pelos interesses particulares, procurando ajuda e apoio recíprocos, ou de aceitar uma liderança comum." (EASTON, 1968, p.23). Ainda nesse sentido, tem-se o trabalho de Philippe Schmitter, que apresenta as "associações de representação" ("representative associations") como grupos de adesão voluntária, estrutura permanente que visam avançar ou defender atitudes ou interesses frente às autoridades políticas (SCHMITTER, 1971, p.10).<sup>3</sup>

Não obstante, o grupo de interesse apresenta um caráter mais amplo, ainda que menos complexo, que o grupo de pressão, uma vez que não exerce, necessariamente, pressão, mas, apenas compartilha de certos interesses comuns. Um grupo de interesse ao ganhar maior complexidade, torna-se "[...] grupo de pressão se tenta obter dos poderes públicos matéria que regulamente a entrada de novos elementos nesse sector." (MEYNAUD, 1966, p. 13). No que se refere aos grupos de interesse, Truman (1951) também afirmava que caracterizam-se por compartilhar atitudes e tentar fazer prevalecer suas preferências sobre os demais. Mas o autor defende que no momento em que reivindicam, em relação às instituições de governo, acabam por se tornar "grupos de interesse político" ("political interest group"). (TRUMAN, 1951, p. 37).<sup>4</sup>

Note-se que os grupos de interesse apresentam-se como efeito de um "comportamento uniformizado" calcado em uma identidade representada pelo grupo, ou seja, pelo grupo de interesse (MEYNAUD, 1966, p. 13). A tênue fronteira de grupo de interesse para grupo de pressão é ultrapassada ao se tentar "[...] fazer aceitar as suas próprias concepções como valores positivos" (MEYNAUD, 1966, p. 57). Portanto, os grupos de pressão caracterizam-se pela ação coletiva, para além de um comportamento e identidade uniformizada, defendendo algum conjunto de valores.

---

<sup>3</sup> "[...] secondary group with voluntary membership, a permanent administrative structure, and a decisional hierarchy that explicitly advances or defends a specific set of attitudes or interests before political authorities." (SCHMITTER, 1971, p. 10)

<sup>4</sup> "[...] an interest group is a shared-attitude group that makes certain claims through or upon other groups in the society. If and when it makes its claims through or upon any of the institutions of government, it becomes a political interest group." (TRUMAN, 1951, p. 37)

Os grupos de pressão seriam, portanto, parte, enquanto fase, dos grupos de interesse. Ao atingir esse ponto, a utilização de métodos de pressão, um grupo de interesse assumiria essa outra característica, a de grupo de pressão (TRUMAN, 1951, p. 39).<sup>5</sup> Mancuso, aproximando os termos, defende a existência de um consenso mínimo para o conceito de grupos de interesse e/ou pressão, que seria o de “[...] entidades diferentes de partidos políticos que entram em contato com os *decision-makers* do poder público para influir em suas decisões” (MANCUSO, 2004, p. 398). Aqui, contudo, está-se limitando o “grupo de interesse” ao comportamento uniformizado, enquanto considera-se para o “grupo de pressão” um procedimento mais atuante.

Ainda sobre as definições acerca dos grupos de pressão, cabe destacar a relação/diferenciação que se faz com o exercício de *lobby*. Nesse caso, uma contribuição fundamental é apresentada por Graham Wootton. Esse politólogo propõe uma definição do “fazer *lobby*” como o assédio aos membros das legislaturas “[...] para votar a favor ou contra um projeto de lei” (WOOTTON, 1972, p.12). Wootton aponta para, ainda que dada a legalidade dessa atividade nos Estados Unidos, o fato de o termo receber uma grande carga depreciativa. Assim, o uso de grupo de pressão até poderia ser uma saída aceitável (WOOTTON, 1972, pp. 36-37). Entretanto, disso decorre que outra dificuldade se apresenta, oriunda do fato de ser o *lobby*, a princípio, destinado somente ao Legislativo e não a outros Poderes. Assim, Graham Wootton defende uma definição mais flexível para os termos:

[...] um grupo-de-interesse, hoje em dia, é tipicamente um *pouquinho* de *lobby* [...] de modo que, fundamentalmente, o que nós, como cientistas políticos, precisamos, não é apenas de um conceito classificador ou absoluto [...] mas de um conceito variável mostrando o grau a que um grupo-de-interesse faz *lobbies* e o grau a que ele empreende outras atividades do tipo pertinente (WOOTTON, 1972, pp. 38-39).

Desse modo, pode-se apresentar uma tipologia para esses três tipos de grupos sociais, embasada no grau de pressão e na natureza da ação do grupo. Primeiramente os *grupos de interesse*, caracterizados pelo compartilhamento de interesses comuns, calcando uma identidade. Essa reunião, ao ganhar maior complexidade, partindo desse comportamento para uma ação efetiva, tentando fazer que se aceite algumas de suas concepções, torna-se *grupo de pressão política* ou, simplesmente, *grupo de pressão*. Quando essa pressão se caracteriza pelo

---

<sup>5</sup> "If the word 'pressure' has more than a simply figurative meaning, it suggests a method or a category of methods that may be used by an interest group to achieve its objectives. Even if the methods implied can be described precisely, unless we can demonstrate that all political interest groups use them, the term 'pressure group' will indicate merely a stage or phase of group activity and will not serve as a satisfactory equivalent for 'interest group' or 'political interest group', as these have been defined." (TRUMAN, 1951, p. 39)

assédio específico aos membros do parlamento, ou, utilizando-se aqui uma perspectiva variável, mais flexível, de membros do Estado, objetivando interesses imediatos do grupo, pode-se afirmar a existência de *lobby*.

Neste trabalho, propõe-se que as ações promovidas pela FIEP apresentam essa graduação, calcando identidade coletiva, visando infundir suas preferências para a sociedade e no processo decisório, exercendo, para isso, pressão, e, por fim, buscando assediar os membros do parlamento em prol de suas preferências diretas. Desse modo, não haveria, no caso pesquisado, apenas um grupo de interesse, mas um grupo de pressão (ou grupo de interesse político) e, também, o que será mais explorado no segundo capítulo, de *lobby*.

O exercício de *lobby*, como se viu, caracteriza-se como prática esperada de entidades sindicais, desde que capazes de assumir os custos dessa ação. Portanto, a seguir busca-se apresentar a caracterização da FIEP enquanto grupo de pressão – apresentando-se um padrão inicialmente inesperado.

## 1.2 ATUAÇÃO COMO GRUPO DE INTERESSE E PRESSÃO

A atuação em relação à política promovida pela FIEP pode ser verificada por meio de ações coordenadas conjuntamente com outras entidades e mesmo ações desenvolvidas exclusivamente pela entidade. Não é, contudo, como sabido, exclusividade da Federação paranaense a promoção de ações políticas. Exemplo disso é a atuação integrada promovida pela CNI com o empresariado industrial, organizada na Coalizão Empresarial Brasileira (CEB).

A CEB tinha por objetivo apresentar os interesses da indústria nas negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, Coalizão Empresarial Brasileira). A CNI apresentou a CEB como um

modelo informal, aberto à participação voluntária de organizações empresariais e empresas de qualquer setor econômico. Seu objetivo é coordenar o processo de influência do setor empresarial brasileiro nas negociações comerciais internacionais em que o Brasil está envolvido, buscando a formação do consenso interno, o estabelecimento de canais de diálogo com o governo brasileiro e a atuação coordenada em fóruns empresariais internacionais (CNI, Coalizão Empresarial Brasileira).

Sua formulação e ação foi concretizada após a percepção da baixa representatividade do empresariado brasileiro em relação ao de outros países, sentida durante o Fórum de Cartagena, em que se debatia os termos da ALCA. Em seu processo de fortalecimento, aperfeiçoou seu mecanismo de comunicação, utilizando-se da internet como meio de congregar

as preferências do empresariado (PIZETTA, 2005, p.70). Mancuso e Amâncio Oliveira ainda relacionam a CEB à ação da CNI em torno do “custo Brasil”, apresentando-as como exemplos de sucesso na organização empresarial (MANCUSO; OLIVEIRA, 2006). Os autores apontam, em consequência disso, para o papel de *political entrepreneur* assumido pela CNI naquele momento, tendo por base os casos da CEB e do acompanhamento promovido da atividade legislativa pela Agenda Legislativa da Indústria (MANCUSO; OLIVEIRA, 2006, p.158). Considerando a CEB e os anuários da RedIndústria, a ação política da CNI pode ser resumida na seguinte tabela:

TABELA 1: AÇÃO POLÍTICA DA CNI

	<b>RedIndústria</b>	<b>CEB</b>
<b>Proposta</b>	Analisar e acompanhar projetos de “interesse da indústria”.	Reunir e coordenar a participação empresarial nas decisões internacionais do Brasil.
<b>Ação</b>	Produzir o anuário “Agenda Legislativa da Indústria”.	Articular diversas entidades representativas do empresariado e empresários.
<b>Objetivo</b>	Organizar os interesses do empresariado para pressionar agentes estatais em torno de seus interesses e preferências.	Pressionar agentes do governo em favor das decisões da maioria do empresariado no que tange a criação da ALCA.

Assim, a CNI passou a atuar de modo mais exaustivo em relação à política objetivando a pressão sobre temas de seu interesse. Do mesmo modo, a FIEP também passou a assumir custos, atuando com a intenção de sensibilizar a sociedade para suas preferências. A entidade subnacional objetivou alocar a representação empresarial não somente na dianteira das decisões estatais e legislativas, fiscalizando os agentes políticos e burocráticos, mas, propôs-se a mobilizar a sociedade num conjunto de ações que não visava atingir diretamente, ou de modo convencional, o processo decisório. Nesse aspecto se caracterizou além do grupo de interesse, apresentando e defendendo, perante a sociedade, interesses supostamente coletivos ou da própria “sociedade”. Deste modo, apresentou um padrão de ação inusitado, pois direcionado diretamente à sociedade, para além do esperado, entendendo-se uma natureza pluralista-corporativista, *lobby*.

Nesse modelo de atuação, destaca-se a organização da “Rede de Participação Política” (Rede), iniciativa criada em 2006, portanto durante a presidência de Rodrigo Costa da Rocha Loures (2003-2010), que procurou atuar relativamente a temas que a entidade quis apresentar

como importantes para toda a sociedade e do “interesse coletivo”, e não somente “da indústria”. Assim, a FIEP passa a defender o aumento de sua participação na formulação e aplicação de uma agenda pública, tendo como centro de sua conduta a defesa do que seria um “desenvolvimento econômico sustentável”, para o que tentará mobilizar a sociedade em torno dessa causa. A FIEP apresenta, então, a Rede como uma de suas principais formas de ação.

Paulo Roberto N. Costa e Andressa Silvério T. França, ao examinarem a natureza da Rede (COSTA; FRANÇA, 2012), verificam o interesse da FIEP em defender um modelo societal, empenhando-se nesse objetivo. Assim, sua ação extrapola questões pontuais de representação dos interesses particularistas do empresariado, assumindo custos de ações diversas. A FIEP apresenta-se, portanto, como um grupo de pressão política, indo além da manifestação de interesses, defendendo uma concepção de política e sociedade, criando um padrão de ação nesse sentido.

Costa e França expuseram as variadas formas de ação da Rede, desde um curso de formação política, cujo livro didático chama-se “Alfabetização Democrática - O que Podemos Pensar (e Ler) para Mudar nossa Condição de Analfabetos Democráticos” (FRANCO, 2007), até a organização de projetos envolvendo diversas instituições, como a Universidade Federal do Paraná (COSTA; FRANÇA, 2012, p. 186). Esse projeto, chamado “Vigilantes da Democracia”, consiste num “Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Eleitos”, que acompanha e divulga as atividades parlamentares e do governador (COSTA; FRANÇA, 2012, p. 186). Por meio da Rede, a entidade ainda promove um sistema de Redes de Desenvolvimento Local, visando capacitar comunidades para o empreendedorismo.

Em outra pesquisa envolvendo, enquanto objeto, a FIEP, Paulo Roberto Costa, Tiago Roks e Guatimozin Santos Filho (2012), ao exporem resultados de entrevistas com os dirigentes de entidades representativas do empresariado paranaense, verificam o entendimento presente nesses diretores sobre a necessidade de um projeto coletivo do empresariado em relação à sociedade e o Estado. Porém, identificam a ausência de ações concretas, o que indicaria que

[...] as entidades estão mais voltadas para o dia a dia da representação dos interesses de seus filiados, ficando as questões de longo prazo em segundo plano na agenda de ações das entidades, mas de outro [lado], que o grau de insatisfação não é alto nem suficiente para levá-los à mobilização pela reforma das instituições políticas. (COSTA; ROKS; SANTOS FILHO, 2012, p.234).

Não obstante, verifica-se que a FIEP atuou extensivamente, seja em relação às instituições do processo decisório, como se verá em seguida, mas também diretamente em

relação à sociedade. A Rede foi capaz de coordenar ações integradas, estabelecendo vínculos com diversas instituições, como associações de representação de empresários não-industriais, câmaras de comércio ou universidades. Essa sua capacidade de coordenar uma ação coletiva dirigida à sociedade, produzindo materiais de divulgação e educação, apresenta, portanto, um caráter inovador. Em vista disso, não é fortuito a apresentação que a FIEP faz da Rede como o “[...] principal instrumento da Ação Política Empresarial [...] de caráter propositivo e apartidário, visando aglutinar forças da sociedade em torno da construção de um projeto de aprimoramento da maneira de fazer política no Brasil” (FIEP, Rede de Participação Política).

Deste modo, verifica-se como a FIEP foi capaz de assumir a responsabilidade e os custos de organização de ações políticas de caráter inusitado e não tradicional (visando posicionar-se e exercer pressão). Essa característica inovadora e proativa da FIEP por meio da Rede pode ser percebida, ainda, quando dirige-se à sociedade e ao empresariado, convocando: “Vivemos um momento histórico, que exige dos empresários - assim como de toda a sociedade - um salto qualitativo em termos de participação” (FIEP, Rede de Participação Política).

As atividades da Rede tiveram seu ápice nos últimos anos da gestão de Rodrigo Rocha Loures. Parte significativa das ações relacionadas à Rede foi o Projeto Político de Desenvolvimento das Cidades do Paraná. Esse projeto envolveu comunidades, por meio de associações de moradores. Nessas associações, os moradores eram incentivados a contribuir com propostas sobre as necessidades da comunidade. A FIEP trata a iniciativa como projeto que “[...] busca induzir um novo processo político a partir de uma governança compartilhada” (FIEP, Agência FIEP). Essas informações eram dadas em 2008, quando verificava-se os resultados do projeto na cidade de Ponta Grossa. A entidade ainda afirmava estar promovendo essas ações em Curitiba, Londrina e Maringá.

Em 2010, o projeto se consolidava na capital paranaense. Com isso, afirmava estar incentivando a ação da sociedade civil em relação à política com sua capacidade organizativa. Essa proposta era defendida pelo “analista político” da Rede, Augusto de Franco, autor do livro didático da Rede. Explicava do seguinte modo esse projeto, a entidade:

Ao invés de apenas esperar soluções dos governos, moradores de alguns bairros de Curitiba resolveram assumir o papel de principais atores políticos e acelerar o desenvolvimento lugares onde vivem. Vinte e quatro localidades da capital já iniciaram a implantação do Projeto de Desenvolvimento das Cidades do Paraná, proposto pela Rede de Participação Política, iniciativa da Federação das Indústrias do Estado Paraná (FIEP) e do Serviço Social da Indústria (Sesi). (FIEP, Agência FIEP).

Em novembro de 2009, a Rede realizou seu I Congresso. Sua apresentação dava-se sobre o lema de “uma nova política é possível”. A entidade defendia uma participação mais ativa do cidadão na política, objetivando, segundo expõe, “[...] transformar a comunidade e contribuir para o desenvolvimento do país”. O Congresso, realizado em Curitiba, contou, segundo o sindicato, com mais de 600 participantes do estado do Paraná. Nele, concluiu-se pela prioridade de itens para o desenvolvimento local das cidades paranaenses. Defendia, também, um voto mais “qualificado”, que culminaria, argumentava, em uma melhor “representação política do país”. Portanto, a FIEP, apresentava-se como uma entidade capaz de “[...] enxergar um modelo organizacional que sirva [na sua concepção] para dar suporte para a ação política da cidadania” (FIEP, Serviço Social da Indústria).

Em 2010, mais robusto, o II Congresso da Rede trazia o lema: “Reformar e Inovar: uma nova política é possível”. Dele resultou propostas efetivas de mudança no sistema eleitoral brasileiro, sendo proposto a formulação de um Projeto de Lei de Iniciativa Popular sugerindo a adoção do voto distrital misto (FIEP, Observatório da Indústria). Esse congresso contou com a colaboração da Faciap, a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FIEP, Agência FIEP). Ainda que um Projeto de Lei de Iniciativa Popular possa visar atingir as instituições do processo decisório, a ação da Rede não se resumiu a isto. A sua forma de inserção na sociedade deu-se de modo inusitado quando se considera o padrão de sua ação, o conjunto de ações promovido, de caráter mobilizador. A formulação de um Projeto de Iniciativa Popular esteve presente em várias comunicações da FIEP, contudo não se pode verificar sua efetivação. Essa proposta não foi, porém, abandonada dos debates políticos no Brasil, havendo entidades nacionais como a OAB que a defendem (PROJETO DE INICIATIVA POPULAR DE REFORMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E ELEIÇÕES LIMPAS, 2013). O ineditismo deveu-se a ser uma instituição de representação empresarial ocupando-se de questões da natureza das instituições políticas.

O ano de 2010 também foi marcado pelas eleições gerais, em que se escolheu presidente, governador, senadores e deputados federais e estaduais. Nesse ano, a Rede de Participação Política publicou, assim como já houvera feito em 2006 e 2008, em parceria com a FACIAP, o Guia do Voto Responsável. Com esse guia, apresentava o desejo de “[...] intensificar as ações no sentido de oferecer ferramentas que auxiliem o eleitor na escolha do voto.” (FIEP, Agência FIEP). Segundo a entidade, o guia apresentava “[...] pontos a serem considerados na eleição, como o comprometimento dos candidatos com a ética, a democracia e

a promoção do desenvolvimento” (FIEP, Agência FIEP). O guia foi distribuído em ocasiões como o evento Sesi Zoom Cultural, apresentado como um “[...] bate-papo descontraído sobre cultura, internet e participação cidadã”. Esse evento, além dessa ação política, trazia comediantes para falar sobre suas trajetórias, falar sobre comunicação e divertir o público por meio de *stand-up comedy* (FIEP, Agência FIEP). Sua ação foi, portanto, marcada pela pressão política, estabelecendo-se não somente como defensora dos interesses imediatos do empresariado, mas atuando politicamente visando alterações nas instituições políticas, com projetos de longo prazo. Para tanto, sua atuação buscou envolver diversos segmentos, como comunidades, jovens e eleitores.

O II Congresso da Rede, também serviu para a coleta de dados que alimentaram a produção de um livro sobre voto distrital e reforma política (FIEP, Agência FIEP). Em seu lançamento, o presidente da entidade defendia uma reforma política que incluísse o voto distrital. Segundo Rocha Loures, esse seria “[...] um sistema eleitoral mais condizente com a realidade dos estados brasileiros.” Na defesa do voto distrital, a Rede aproximou-se da Ordem dos Advogados do Brasil seção Paraná (FIEP, Agência FIEP). Entrevistado, o presidente da entidade defendia uma maior participação do empresariado na política, e posicionava-se contrariamente ao que considerava uma submissão ao setor público. Destacava, portanto, o interesse em uma participação mais ativa da entidade empresarial em relação com a sociedade.

No ano de 2011 ainda realizou-se o III Congresso da Rede de Participação Política. Contudo, não se pode verificar o mesmo papel que recebera na gestão Rocha Loures. A Rede ainda produziu e publicou o Guia do Voto para as eleições municipais de 2012.

Na gestão de Rodrigo Rocha Loures, a Rede foi responsável por outras atividades, como o já citado projeto Vigilantes da Democracia. Esse projeto era apresentado pela entidade como um local em que o eleitor poderia “[...] acompanhar seus representantes por meio de um sistema de monitoramento, [...] mantido em parceria com pesquisadores do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR).” (FIEP, Rede de Participação Política). O Vigilantes da Democracia chegou a acompanhar 89 políticos paranaenses. O projeto também promoveu uma série de ações com estudantes de Ensino Médio. Nessa frente, a Rede adotou uma escola estadual para difundir o trabalho dos Vigilantes e formá-los politicamente dentro dos valores que a entidade buscava promover (FIEP, Agência FIEP).

O Projeto Político de Desenvolvimento das Cidades, ligado à Rede, era defendido como uma possibilidade de melhorar a vida dos cidadãos “[...] sem depender exclusivamente



de ações do Executivo” (FIEP, Agência FIEP). As ações desse projeto, objetivando aproximar a comunidade das Redes de Desenvolvimento Local (RDL), chegavam a produzir festas com a comunidade, como uma festa junina no jardim Petrópolis em Londrina. (FIEP, SESI). Portanto, a FIEP atuava de maneira enfática no objetivo de aproximar-se da sociedade, e atingir a opinião pública. Sua ação, deste modo, não era direcionada a, apenas, pressionar as instituições do processo decisório, mas atuar como formadora política diretamente em relação à sociedade. Caracterizava-se, portanto, uma ação atípica, para além de seu papel esperado no sistema pluralista-corporativista.

No entanto, a FIEP não agiu, no período selecionado, somente no sentido de “um projeto de aprimoramento da maneira de fazer política”, mas também, em grande medida, direcionou sua ação para temas de interesse econômico direto dos industriários, como em relação ao “custo Brasil”. Alguns desses programas mantiveram também uma relação com a sociedade. Exemplo de abordagem do tema do “custo Brasil” é encontrado como central no Programa Lideranças Empresariais na Política, realizado entre maio e setembro de 2006 na Universidade da Indústria (Unindus), instituição de ensino da FIEP (LOURES; SCHLEMM; CASTOR, 2007). O Programa foi realizado por meio de sete palestras, posteriormente agrupadas em livro. Neste, Marcos Mueller Schlemm, diretor da Unindus, expôs, como o “principal problema brasileiro”, a baixa competitividade internacional causada pelo “custo Brasil” (LOURES; SCHLEMM; CASTOR, 2007).

Esse programa atuou em relação à sociedade uma vez que buscou formar lideranças políticas que compartilhassem de certas preferências e valores. Outras formas de ação, e pressão, também são encontradas nesse momento profícuo de atuação da Federação paranaense. Por exemplo, o Movimento À Sombra do Imposto, que atuou, segundo a entidade, do seguinte modo: “Com uma cartilha simples e didática, [...] uma mobilização para mostrar à população que os impostos são elevados e estão presentes em cada produto que compramos ou serviço que contratamos” (FIEP, Movimento A Sombra do Imposto). O alcance de suas cartilhas superou, de acordo com a própria FIEP, os 1,8 milhão de exemplares para os seus primeiros volumes. O Movimento, diferentemente do Programa, destinou-se não somente a empresários, mas, no mesmo espírito da Rede, sendo um programa de atuação e não de formação, visava sensibilizar e convocar a sociedade para participar ativamente das ações políticas promovidas pela entidade patronal. Nesse contexto, realizou um abaixo-assinado, por meio de um movimento denominado Simplifica Já!. Esperava com isso promover uma proposta de emenda à

Constituição, em que se contemplasse uma “simplificação das normas tributárias do país” (FIEP, Movimento A Sombra do Imposto). Afirmando existir uma cobrança excessiva de impostos no Brasil, seguida de uma qualidade baixa dos serviços públicos de saúde, educação e segurança, creditada à corrupção e à baixa qualidade da administração pública, conclamava ao combate desses problemas.

Outra forma de ação da entidade que se pode verificar, assim como o Programa, destinou-se aos profissionais e empresários da indústria. Existindo desde 2004, o Observatório da Indústria foi uma revista dedicada a temas como “[...] economia regional e ao universo industrial - o que abrange comércio exterior, infraestrutura, tecnologia, inovação, empreendedorismo, gestão, responsabilidade social e meio ambiente, entre outros” (OBSERVATÓRIO DA INDÚSTRIA, FIEP). Esse periódico também visou divulgar serviços da entidade para seus associados, apresentando-se como elo entre a entidade representativa e o setor. Atuou, portanto, no sentido de motivar e reforçar a unidade dos empresários do setor em torno de sua representação. A seguinte tabela visa apresentar de modo sucinto as três formas de ação tratadas além da Rede. Com isso, visa-se apresentar o caráter não-isolado de suas ações.

TABELA 2 – AÇÃO POLÍTICA DA FIEP

	<b>Movimento</b>	<b>Revista</b>	<b>Programa</b>
<b>Proposta</b>	Mobilizar sociedade contra a “alta carga tributária”	Divulgar serviços da entidade	Formação política do empresariado
<b>Ação</b>	Cartilha; abaixoassinado; palestras	Periódico	Oferta de curso para empresários durante cinco meses na Universidade da Indústria
<b>Objetivo</b>	Pressionar agentes políticos para demandas do setor	Reforçar a identidade representativa do empresariado	Capacitar lideranças políticas do empresariado

Fonte: o autor

Verifica-se que, assim como a CNI procurou encabeçar, assumindo para isso os custos de uma ação coletiva, a representação empresarial, também a FIEP, no caso paranaense, buscou formular uma série de iniciativas, com a característica particular de atuar diretamente num movimento em direção à sociedade. Seu padrão de ação foi propositivo e de formação em relação à sociedade. A Rede não foi somente responsável por defender as preferências da indústria como se fossem interesse da própria sociedade, mas visou atuar para além do “poder

público”. Complementarmente, o Movimento A Sombra do Imposto foi uma iniciativa de pressão, buscando mobilizar a sociedade em torno dos temas considerados pertinentes pelo empresariado, como a “corrupção” e a “alta carga tributária”, indo a campo, para defender um modelo de sociedade e de gestão pública. O Observatório da Indústria aparece, então, como elemento de aglutinação do empresariado, divulgando serviços prestados pela entidade aos seus associados. Por seu turno, o Programa Lideranças Empresariais na Política visou não somente aglutinar os empresários, mas, sobretudo, formar lideranças políticas, capazes de fortalecer a ação política empresarial. Essas ações coordenadas pela FIEP não restringiram-se ao meio corporativo e de representação empresarial. A FIEP foi capaz de articular sua ação, envolvendo e coordenando várias entidades, instituições de Ensino Superior e empresas.<sup>6</sup>

Esses resultados vão na mesma direção que os achados por Costa, Santos e Roks no que se refere aos padrões de ação da elite empresarial, isto é, dos dirigentes de entidades representativas do empresariado, ainda que aqui se esteve observando uma única entidade enquanto grupo de interesse e pressão. Primeiramente, pois as entrevistas dos autores indicaram o entendimento de que o “empresariado” deveria “[...] formular um projeto seu para o Estado e a sociedade brasileiros” (COSTA, ROKS, SANTOS, 2012, p.230). Afirmam os autores citados, averiguando as estratégias das entidades, que “[...] a grande maioria dos entrevistados declarou que as ações davam-se de maneira articulada com outras entidades. Os entrevistados também afirmaram que o *lobby*, tema que será posteriormente analisado, é mais eficaz que o

<sup>6</sup> Segue relação das entidades que apoiam o Movimento A Sombra do Imposto: Associação Comercial do Paraná (ACP); Comitê de Jovens Empreendedores (CJE); Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC-PR); Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-PR); Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná (OAB-PR); Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD); Centro Internacional de Formação de Atores Locais para a América Latina (CIFAL); Conselho Regional de Economia do Paraná (CORECON); Movimento Brasil Eficiente (MBE); Sistema Fecomércio; Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF); Federação dos Trabalhadores da Indústria do Estado do Paraná (FETIEP); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Paraná (FETRANSPAR); Federação Nacional das Empresas Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (FENACON); Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (FACIAP); Sociedade Bíblica do Brasil; Instituto RPC; Associação Médica do Paraná (AMP); Federação dos Contabilistas do Paraná (FECOPAR); Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB-PR); Coordenadoria das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do Sudeste do Paraná (CACIASPAR); Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado do Paraná (SESCAPPR); Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade; Clube de Seguros de Pessoas e Benefícios do Estado do Paraná (CVG-PR); Sindicato da Indústria de material de Segurança (SINDISEG); Instituto de Engenharia do Paraná; Sindicato dos Contabilistas de Curitiba e Região (SICONTIBA); Associação das Empresas da Cidade de Araucária (AECIAR); Câmara do Comércio e Indústria Brasil Japão do Paraná (CCIBJ); Confederação Nacional de Jovens Empresários (CONAJE); Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem no Estado do Paraná (SINDITêxtil); Faculdade Teológica Batista do Paraná (FTBP); Grupo UNINTER; Rede BAND; Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT); Rotary Club do Paraná.

financiamento de campanha na defesa dos interesses da entidade, indicando a existência desse tipo de atuação – o que, conforme já dito, é esperado num modelo pluralista. Já no que se refere às ações que as entidades adotariam em relação às eleições de 2010, a maioria dos entrevistados afirmou que se preocuparia prioritariamente com os candidatos a cargos do poder Executivo. (COSTA, ROKS, SANTOS, 2012, pp.230-231). Portanto, os autores ainda verificaram uma relação intensa entre a elite empresarial e o Executivo, o que também foi encontrado no caso aqui analisado, ainda que transpassado pela questão do PSMR, que será apresentado no terceiro capítulo. Quando se trata do Poder Legislativo, as entrevistas expuseram uma relação não tão intensa com os legisladores e, portanto, na concepção dos entrevistados, com menos sucesso que aquelas envolvendo o Executivo. (COSTA, ROKS, SANTOS, 2012, p. 231). Essas informações sugerem uma capacidade organizativa e de coesão da entidade, apresentando-se como representante do empresariado industrial do estado, o que pode sustentar sua imprevista ação em direção à sociedade.

Assim, percebeu-se a capacidade de mobilização da entidade para ações concretas, incluindo uma reforma das instituições políticas. Destacou-se um papel original de atuação da FIEP de caráter anti-olsoniana. Observa-se que os membros desse grupo, as empresas que compõem o sistema de sindicalismo patronal, devem obrigatoriamente a contribuição sindical – não havendo custos altos para a associação além dos já obrigatórios (MANCUSO, 2007, pp. 139-141). Contudo, os ganhos que obtêm são necessariamente difusos, uma vez que a Federação deve representar todos os seus membros associados. Disso decorre a dificuldade de que participem em ações que não lhe trarão nenhum benefício imediato e/ou trará benefícios difusos. Olson havia afirmado que em grupos latentes, cria-se e mantém-se a unidade quando indivíduos são coagidos para isso, o que se verifica no sistema corporativista brasileiro. Contudo, as ações coletivas desse grupo surgem como subproduto, afirma o autor, de algum benefício dado em determinado momento aos indivíduos. Somente desse modo um indivíduo racional aceitaria dividir parte dos custos de uma ação coletiva que ou lhe traria benefícios de qualquer jeito apesar de sua participação ou, pior, não lhe traria benefícios imediatos. Ainda assim, verifica-se como a FIEP foi capaz de atuar em ações que não lhe trariam benefícios imediatos, nem aos seus membros.

Essas ações da entidade, como aquelas desenvolvidas pela Rede e seus projetos, perduraram durante o período analisado, de aproximadamente uma década. A FIEP apresentou, deste modo, um padrão inesperado de ação, diferenciando-se de outras Federações. Seu padrão

apresentou-se de modo abrangente e complexo, caracterizando-se como de uma “empreendedora política”, capaz de assumir os custos por conta própria (MANCUSO, 2007, p. 57).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> A definição de empreendedor político é encontrada em Russell Hardin. Os *Political Entrepreneurs* são compreendidos como aqueles que, por razões próprias de suas carreiras, encontram em seu próprio interesse motivos para trabalhar para proporcionar benefícios coletivos para os grupos relevantes: “*Political entrepreneurs are people who, for their own careers reasons, find it in their private interest to work to provide collective benefits to relevant groups*” (HARDIN, 1982, p.35).

### **3. A FIEP E O PROCESSO DECISÓRIO: RELAÇÃO COM LEGISLATIVO E EXECUTIVO**

#### **3.1 A CNI, O “CUSTO BRASIL” E O PROCESSO DECISÓRIO NO ÂMBITO FEDERAL**

O “custo Brasil”, tema que passou a designar fatores que contribuiriam para o aumento do valor da produção, impedindo assim a competitividade dos produtos brasileiros ante aos estrangeiros (MANCUSO, 2007, p. 27) ou, como define o historiador Dennison de Oliveira, “[...] definição [...] englobando praticamente todos os componentes das planilhas de custos das empresas e que, no entender da entidade [CNI], são responsáveis pelo escasso potencial competitivo da indústria brasileira, tanto no mercado interno frente à concorrência dos produtos importados, quanto pela queda dos índices de exportação” (OLIVEIRA, 2000, p. 141) caracterizou-se como um elemento de agregação da representação empresarial, que, a partir disso, encampou ações, ainda que num setor heterogêneo e com grande quantidade de atores envolvidos.

O tema do “custo Brasil”, enquanto elemento de preocupação e agregação do empresariado industrial, tornou-se significativo dada a necessidade de adaptação a uma concorrência maior proveniente da tendência liberal assumida nos anos de 1990 (MANCUSO, 2007, p. 29). Mancuso afirma, contudo, que essa necessidade não pode ser assumida *a priori* como causa da organização e ação do empresariado. Isso deveu-se à capacidade de organização da CNI, que tornou o tema sensível ao empresariado, conseguindo atrair outras associações industriais à sua coordenação (MANCUSO, 2007, p. 52) A ação política que a CNI passou a coordenar dirigiu-se, sobretudo, ao Legislativo (MANCUSO, 2007, p.78). Deste modo, a pesquisa de Mancuso pode enfatizar o exame dos anuários Agenda Legislativa da Indústria, entre 1996 e 2003. Essa Agenda foi uma iniciativa da RedIndústria, rede de entidades do setor produtivo, não apenas entidades do sistema corporativo. (MANCUSO, 2007, p.22) O modelo executado pela FIEP, na ALEP, acompanha o da RedIndústria, indicando a afinidade esperada, devido a sua filiação. Mancuso verificou 5 etapas da ação da CNI em relação aos projetos de seu interesse: (i) o monitoramento dos projetos, (ii) a análise das proposições legislativas, (iii) a adoção de posição adoção de posição: contrária; contrária com ressalvas; neutra; favorável com ressalvas; favorável, (iv) a orientação aos empresários (visando coesão) e (v) a pressão política sobre comissões, líderes partidários e do governo, alto escalão do executivo e parlamentares (MANCUSO, 2007, pp. 89-90).

Essa atuação por meio de *lobby* identificada por Mancuso para a CNI é, também, identificada para outras entidades, como a FIEP. Por meio das entrevistas com dirigentes de entidades representativas do empresariado, com ênfase no estado do Paraná, Costa, Roks e Santos Filho verificaram que: “Os padrões de ação política e o amplo consenso sobre a legitimidade do lobby por parte das entidades consideradas sugerem também certa semelhança em relação aos grupos de interesse norte-americanos (cf. MANCUSO, 2007).” (COSTA; ROKS; SANTOS FILHO, 2012, p.235).

Em sua análise sobre a atuação da CNI enquanto representante do empresariado industrial, Mancuso verificou que, inicialmente, “[...] os industriais têm se empenhado continuamente em identificar, dentre as proposições legislativas que tramitam no poder legislativo federal, aquelas com maior capacidade de afetar os interesses do setor como um todo, tanto de forma positiva como negativa.” (MANCUSO, 2007, p.103). Também verificou que “[...] o empresariado industrial desenvolve um conjunto amplo e variado de atividades políticas durante o processo decisório referente àquelas proposições legislativas, com objetivo de fazer prevalecer sua posição.” (MANCUSO, 2007, p.103). Disso decorre que, verifica, as decisões legislativas podem ser classificadas como “sucessos” ou “insucessos” conforme a posição da entidade e o resultado no parlamento (MANCUSO, 2007, p.104). Para isso, considera um “sucesso” como “[...] convergência entre o teor de uma decisão e a posição [manifesta] da indústria sobre o texto final do projeto submetido àquela decisão.” (MANCUSO, 2007, p.104). No caso de um “insucesso”, “[...] consiste na divergência entre o teor da decisão e a posição da indústria.” (MANCUSO, 2007, p.104). Assim, pode-se verificar no quadro abaixo como o autor organizou os sucessos em relação ao resultado no parlamento.

TABELA 3: IMPACTO DOS CASOS DE SUCESSO SOBRE O *CUSTO BRASIL*

DECISÃO	IMPACTO SOBRE O <i>CUSTO BRASIL</i>
NOVA NORMA JURÍDICA	REDUZ O <i>CUSTO BRASIL</i>
PREJUDICADA POR NOVA NORMA JURÍDICA	REDUZ O <i>CUSTO BRASIL</i>
REJEITADA	IMPEDE O AUMENTO DO <i>CUSTO BRASIL</i>
RETIRADA PELO AUTOR	IMPEDE O AUMENTO DO <i>CUSTO BRASIL</i>
ARQUIVADA AO FIM DA LEGISLATURA	IMPEDE O AUMENTO DO <i>CUSTO BRASIL</i>

Fonte: MANCUSO, 2007, p. 105

Na segunda tabela, o autor classifica os insucessos da entidade de acordo com os resultados obtidos.

TABELA 4: IMPACTO DOS CASOS DE INSUCESSO SOBRE O *CUSTO BRASIL*

DECISÃO	IMPACTO SOBRE O <i>CUSTO BRASIL</i>
NOVA NORMA JURÍDICA	AUMENTA O <i>CUSTO BRASIL</i>
PREJUDICADA POR NOVA NORMA JURÍDICA	AUMENTA O <i>CUSTO BRASIL</i>
REJEITADA	IMPEDE A REDUÇÃO DO <i>CUSTO BRASIL</i>
RETIRADA PELO AUTOR	IMPEDE A REDUÇÃO DO <i>CUSTO BRASIL</i>
ARQUIVADA AO FIM DA LEGISLATURA	IMPEDE A REDUÇÃO DO <i>CUSTO BRASIL</i>

Fonte: MANCUSO, 2007, p.105.

A terceira aponta para os sucessos e insucessos de acordo com o impacto sobre o *status quo* das proposições parlamentares.

TABELA 5: IMPACTO DOS CASOS DE SUCESSO E INSUCESSO SOBRE O *CUSTO BRASIL*

IMPACTO SOBRE O STATUS QUO	RESULTADO DA DECISÃO	
	SUCESSO	INSUCESSO
STATUS QUO MUDA (Normas Jurídicas Novas)	REDUZ O CUSTO BRASIL (GANHO)	AUMENTA O CUSTO BRASIL (PERDA)
STATUS QUO PERMANECE O MESMO (Proposições rejeitadas, Retiradas pelo autor e/ou Arquivadas)	IMPEDE O AUMENTO DO CUSTO BRASIL (ALÍVIO)	IMPEDE A REDUÇÃO DO CUSTO BRASIL (FRUSTRAÇÃO)

Fonte: MANCUSO, 2007, p. 106

Mancuso identificou 401 proposições envolvendo o tema do “custo Brasil” no período de sua pesquisa. Mantidas somente as arquivadas, transformadas em normas jurídicas, retiradas ou prejudicadas, restaram 216 proposições válidas. Entre essas últimas, verificou que 66,7% representaram sucessos da indústria, se considerar-se que ou contribuíram para reduzir o “custo Brasil” ou para impedir seu aumento (MANCUSO, 2007, p.153). Os anuários se apresentam, portanto, como importante fonte para análise da força ou debilidade da indústria. Ao verificar a capacidade de ação e robustos 66,7% de sucesso, Mancuso conclui pela negação da “tese da debilidade política da indústria no Brasil”.



### 3.2 FIEP: OS SUCESSOS E INSUCESSOS DA INDÚSTRIA E O PROCESSO DECISÓRIO EM ÂMBITO SUBNACIONAL

Como exposto, do mesmo modo que a CNI, a FIEP produz um anuário, a ALIEP. A Agenda Legislativa da FIEP teve seu primeiro número divulgado em 2005, também durante a presidência de Rocha Loures. O anuário paranaense segue a proposta da CNI, ao analisar os projetos destinados ou oriundos do Legislativo (no caso, estadual). A entidade justifica esse trabalho afirmando que “[...] a Fiep preparou este documento que incita aos parlamentares, o setor industrial e a sociedade a estabelecer um planejamento estratégico comum buscando alcançar um crescimento mais dinâmico para o Paraná.” (AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA DO ESTADO DO PARANÁ, 2005, p.8). Manifestava, assim, já de início, a intenção de ser um anuário que não somente apresentasse o objetivo de informar, mas que fosse instrumento de pressão e *lobby*.

Além de seguir a organização do anuário nacional, a agenda da FIEP também mira um mesmo objetivo, isto é, melhorar a competitividade do setor. Contudo, no caso da publicação estadual, para além da competitividade internacional almejada pela CNI, também a nacional, entre as unidades da Federação.

Vê-se, portanto, a importância dada ao Legislativo estadual pela entidade patronal. Destaca-se que, mais ainda do que o federal, o Legislativo estadual foi muitas vezes tido como fraco e mero homologador do Executivo – como na clássica proposição de Fernando Abrúcio (SANTOS, 2001, p.165), o que aqui não é confirmado.

Sobre os Projetos de Lei tramitados na ALEP, verificou-se que recebiam, em grande medida, o tratamento de serem arquivados, seja ao fim da legislatura (Art. 273), seja por alguma inconsistência jurídica (Art. 33 A § 2º)<sup>7</sup>, quando não aprovados (transformados em “nova norma jurídica”). Poucos projetos tiveram destino diferente, sendo, contudo, no final, arquivados.

---

<sup>7</sup> Sobre esses artigos ver Regimento Interno da ALEP: Art 273: Art. 273 “Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislaturas anteriores.” (PARANÁ, 2013, p.146) Art. 33 A SS 2º Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça: “[...] § 2 O autor cuja proposição tenha sido declarada inconstitucional em parecer da Comissão de Constituição e Justiça poderá, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do parecer em Diário Oficial ou de sua notificação pessoal, recorrer à própria Comissão. O recurso Assembleia Legislativa Regimento Interno será recebido pelo Presidente da Comissão que, após atestada a tempestividade e os fundamentos plausíveis para reforma, imediatamente designará novo relator. (PARANÁ, 2013, pp.43-44)

Outros projetos foram aprovados na ALEP, porém rejeitados no Executivo estadual. Esses receberam dois tratamentos. Primeiramente foram classificados como “aprovados/ rejeitados no Executivo”, respeitando o resultado de seu trâmite, sendo compreendidos, entretanto, como aprovados, uma vez que se está a observar o Legislativo (e assim classificados num segundo momento). Alguns permaneceram inconclusos, sendo assim categorizados, e outros não continham informação. Assim, optou-se por classificar os PLs do seguinte modo: 1)

“arquivado”, 2) “nova norma jurídica”, 3) “inconcluso”. Ao se confrontar o resultado dos PLs com a posição da entidade optou-se por classifica-los do seguinte modo: 1) “aprovado/vetado no Executivo, 2) “arquivado”, 3) “inconcluso”, 4) “nova norma jurídica”, 5) “sem informação”, 6) “retirado pelo autor”. A posição da entidade recebe os mesmos valores da ALIEP, que também são os mesmos da RedIndústria, analisada por Mancuso, mas com algumas categorias a menos. Isso ocorre pois as categorias encontradas foram: 1) “convergente” 2) “convergente com ressalvas” 3) “divergente” ou 4) “divergente com ressalvas”.

Deste modo, pode-se classificar os resultados dos PLs na ALEP, confrontando-os com a posição da entidade, do seguinte modo: *sucesso*; *insucesso*; *sucesso/insucesso no Executivo*; *insucesso/sucesso no Executivo*, sendo que aqueles que se referem ao Executivo foram, num segundo momento classificados apenas como *sucessos* ou *insucessos*, considerando-se o estado final na ALEP (foco de exame da FIEP). A categoria *sucesso/insucesso no Executivo* ocorre quando o PL é aprovado na ALEP e é *convergente* na ALIEP, mas vetado pelo Executivo. Um *insucesso/sucesso no Executivo* se dá quando o PL é aprovado na ALEP e encontra-se como *divergente* na ALIEP, sendo vetado pelo Executivo.

Entre os anos de 2005 (primeira ALIEP) e 2011 encontrou-se 232 proposições válidas nas ALIEP. Isso pois, foram mantidos somente PLs não repetidos entre os anuários. Os casos em que PLs repetidos foram mantidos devem-se à mudança na posição da entidade. Nesses casos foram mantidas a posição original e a última alterada. Esses são os seguintes casos: o Projeto de Lei 25/2003, que em 2005 encontrava-se na posição “convergente”, mas, em 2006 aparece como “convergente com ressalvas”, ainda que sem a explicação da ressalva. O PL 12/2004, em 2005 a posição era “convergente com ressalvas”, em 2006 apenas “convergente”. PL 78/2005, em 2005, convergente, em 2006, “convergente com ressalvas”. Projeto 417/2003, em 2005 constava como “convergente”, o que mantinha-se em 2006 (esse foi excluído da pesquisa) mas, em 2007 passa a “convergente com ressalvas”.

Deste modo, trabalhou-se com um N=232. A seguir apresentam-se algumas tabelas com resultados do tratamento dado a esses dados. Realizou-se, portanto, nesse momento, uma abordagem quantitativa. Para sua análise, utilizou-se o programa estatístico SPSS (IBM SPSS, 2012)<sup>8</sup>. As frequências referentes à posição da entidade são distribuídas do seguinte modo:

TABELA 6: POSIÇÃO DA FIEP

	Frequência	Porcentual
Convergente	149	64,2
Convergente com ressalvas	53	22,8
Divergente	28	12,1
Divergente com ressalvas	2	0,9
Total	232	100,0

Disso, verifica-se que na maior parte das vezes, a entidade se posicionou de maneira convergente aos PLs. Ao se somar a posição *convergente com ressalvas*, esse número se torna ainda maior, representando 87,1% do total. Em menor parte posicionou-se de modo *divergente* e em porção ainda menor, concentrada no anuário de 2011, *divergente com ressalvas* (2). Considerando a situação dos PLs na Assembleia Legislativa, verifica-se os seguintes dados:

TABELA 7: SITUAÇÃO DOS PLS NA ALEP

	Frequência	Porcentual
Aprovado/vetado Executivo	21	9,1
Arquivado	155	66,8
Inconcluso	21	9,1
Nova norma jurídica	29	12,5
Prejudicado/arquivado	1	0,4
Retirado	4	1,7
Sem informação	1	0,4
Total	232	100,0

<sup>8</sup> A tabela de projetos e posições da FIEP será apresentada na seção Anexos.

Assim, obteve-se o número de 66,8% de Projetos arquivados. Em seguida, 12,5% tornaram-se novas normas jurídicas. 9,1% não foram concluídos até 2011, pelo que serão retirados na sequência. Também 9,1% foram aprovados, mas vetados no Executivo, pelo que serão posteriormente analisados como aprovados, uma vez que se está a verificar a posição na ALEP. Ainda, 1,7% foram retirados pelo autor. 0,4% foram prejudicados, isto é, incorporados a outro PL, e para outros 0,4% não havia informação disponível.

Comparando a posição da entidade na ALIEP em relação à situação do PL na ALEP, tem-se as seguintes informações.

**TABELA 8: RESULTADO ALIEP X ALEP**

	Frequência	Porcentual
Inconcluso	21	9,1
Insucesso	146	62,9
Insucesso/ sucesso Executivo	2	0,9
Sem informação	1	0,4
Sucesso	43	18,5
Sucesso/ insucesso no Executivo	19	8,2
Total	232	100,0

No caso de se cotejar as posições na ALIEP com a situação dos PLs na ALEP, verificou-se que o sucesso obtido pela FIEP apresentou o percentual de 18,5%, enquanto os insucessos atingiram 62,9%. Este dado não acompanha o que se poderia esperar de acordo com os dados verificados por Mancuso para a CNI nos anos de 1990. Recorda-se que Mancuso pode, com esses dados, afirmar a fragilidade da “tese da debilidade política da indústria no Brasil”.

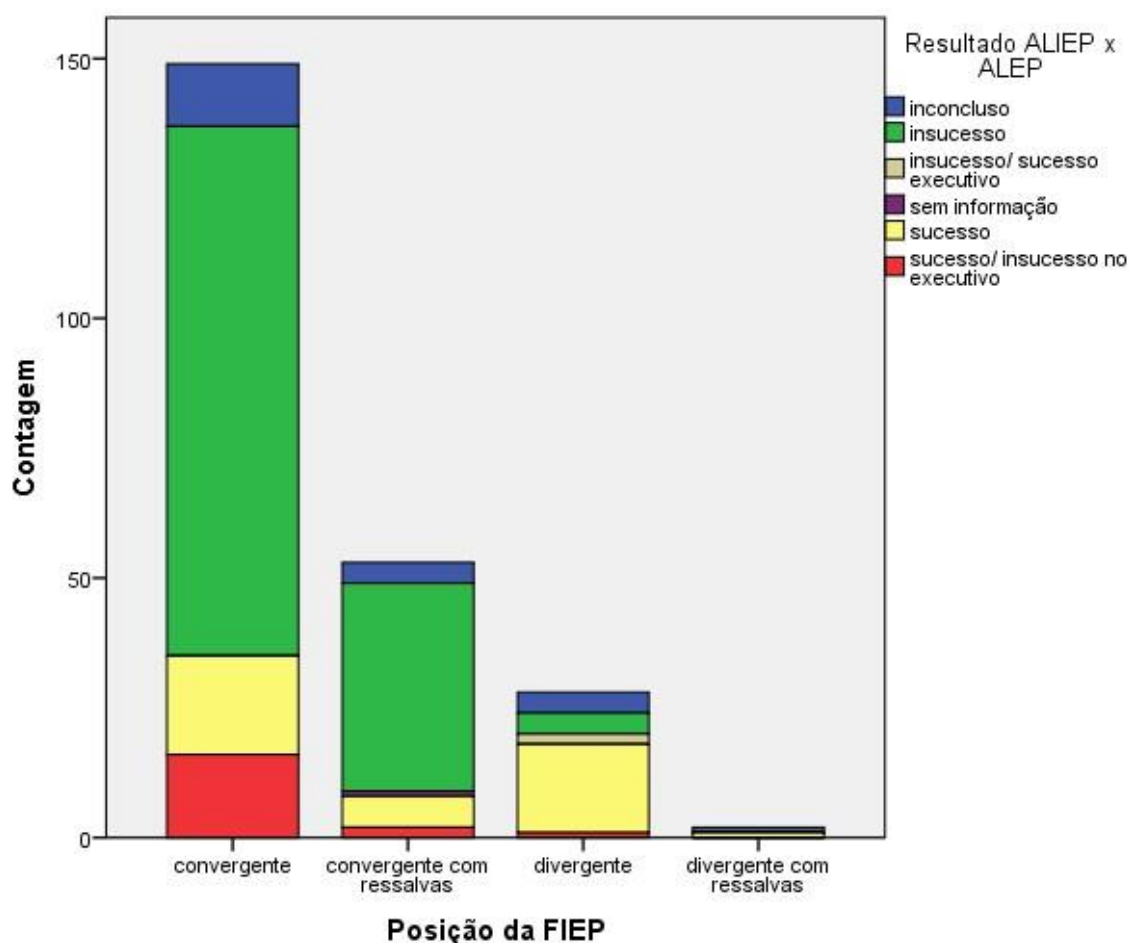
Somando-se os sucessos/insucessos no Executivo, esse percentual de sucessos sobe à 26,7%. Volta-se a esses dados posteriormente, quando os projetos serão verificados somente como sucessos ou insucessos. Neste momento, cabe ainda apontar para o fato de que o número de PLs que acabam arquivados, originários do próprio Legislativo, têm uma alta amplitude quando comparado àqueles do Executivo.

Sabe-se que os PLs acompanhados pelo Departamento de Assuntos Legislativos da FIEP não correspondem somente a temas de interesse econômico, ou imediatos da Indústria. Assim, verificando-se a natureza desses PLs, destacou-se que 50 eram referentes a temática de interesse direto da Indústria. Esses PLs referem-se a questões de incentivo fiscal, regras de

produção e distribuição e salário mínimo. Não foram considerados temas que, ainda que pudessem contribuir ou dificultar a produção, como questões relativas a estradas, formação de mão-de-obra/educação ou itens de segurança tornados obrigatórios (manufaturados), não representavam diretamente os interesses da Indústria. Entre esses 50 casos – do total de 232 –, 31 (62%) foram insucessos. 8 casos (16%) representaram sucessos. 5 (10%) ficaram inconclusos até a data final analisada. 4 (8%) foram sucessos/insucessos no Executivo e 2 casos (4%) insucessos/sucessos no Executivo. Assim, destacados esses dados, verifica-se que aproximam-se dos valores quando considerado o N de 232. Essa repetição, ainda que trabalhando com dados das ALIEP, pode sugerir a necessidade de buscar outras explicações que um taxativo fracasso do *lobby* da entidade.

Considerando o N total, em gráfico, os resultados da comparação entre a posição da entidade na ALIEP e a situação dos PLs na ALEP, de acordo com a posição da entidade apresentam a seguinte configuração:

GRÁFICO 1: RESULTADO ALIEP X ALEP POR POSIÇÃO DA FIEP



A maior parte dos insucessos (102 casos) encontra-se exatamente na posição mais assumida pela entidade na ALIEP, ou seja, convergente. Portanto, tem-se que o tratamento mais típico para PLs na ALEP pode influenciar nos números obtidos para sucessos e insucessos. Uma vez que a FIEP concentra suas posições como convergente, caso haja um alto número de PLs arquivados tende-se a que os resultados concentrem-se como insucessos. Essa posição ainda registrou 19 casos de sucesso, 16 de sucesso com insucesso no Executivo e 12 inconclusos. A posição convergente com ressalvas apresentou 40 casos de insucesso, 6 de sucessos, 4 inconclusos, 2 de sucesso/insucesso no Executivo e 1 sem informação. A posição divergente apresentou 17 casos de sucesso, 4 inconclusos e 4 insucessos. 2 casos de insucesso/sucesso no Executivo e apenas 1 sucesso/insucesso no Executivo. Divergente com ressalvas apresentou 1 sucesso e 1 inconcluso.

Visto ano a ano, os resultados não apresentam muita diferença. A ALIEP de 2005 apresentou 49 casos. Desses, 38 encontram-se na categoria “convergente” e 6 “convergente com

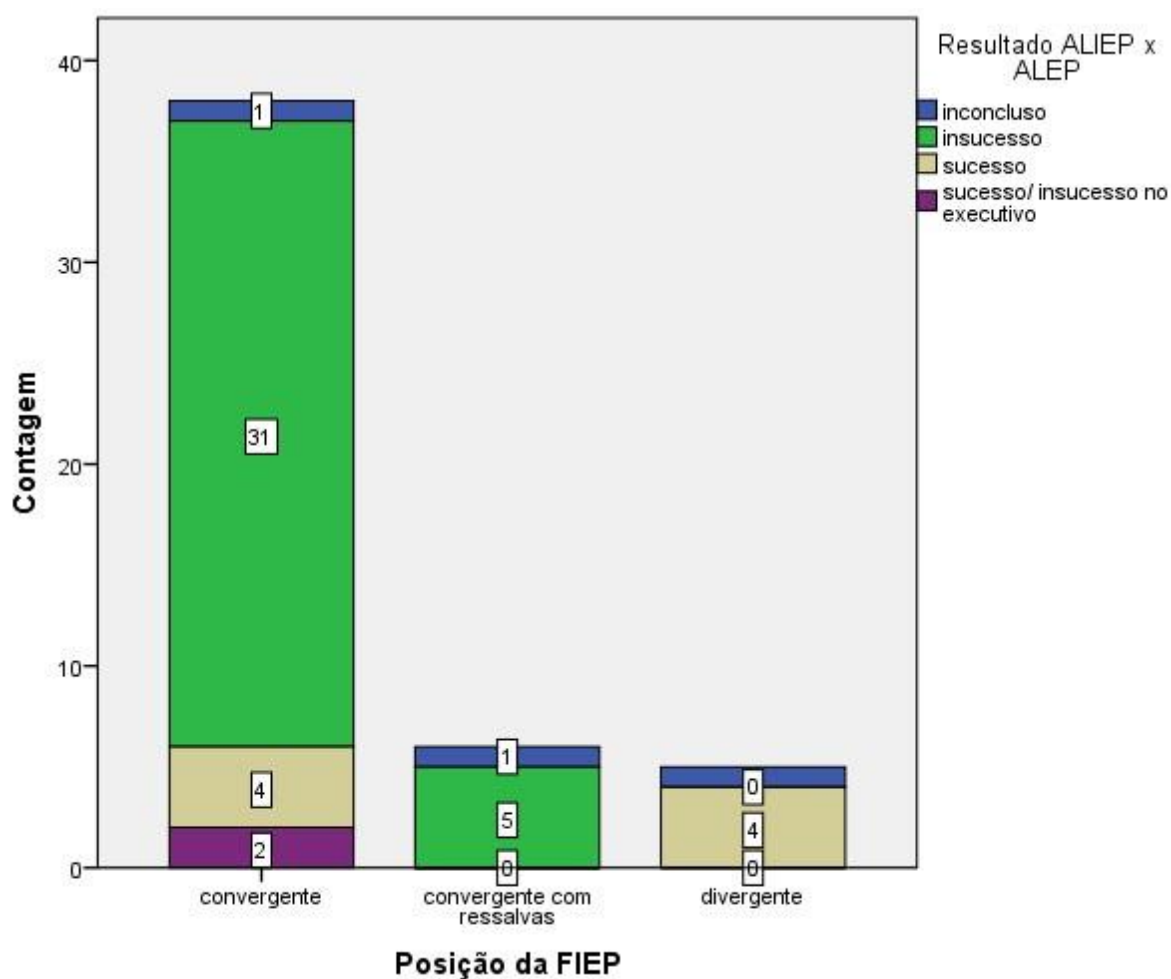
ressalvas”. Assim, tinha-se acumulado nessas categorias 89,8% dos casos. Somente 5 casos foram “divergentes”. Os insucessos representaram 36 casos, ante 10 de sucessos ou sucessos/insucessos no Executivo. 3 casos ficaram inconclusos. A tabela abaixo apresenta o tratamento final dado pela ALEP a esses PLs.

**TABELA 9: SITUAÇÃO DO PL NA ALEP – 2005**

	Frequência	Porcentual
Aprovado/vetado executivo	2	4,1
Arquivado	39	79,6
Inconcluso	3	6,1
Nova norma jurídica	4	8,2
Prejudicado/arquivado	1	2,0
Total	49	100,0

Note-se que 79,6% dos casos terminaram o ano legislativo sendo “arquivados”, enquanto somente 4 casos, ou 8,2% foram transformados em “novas normas jurídicas”. Mais uma vez deve-se considerar que os “insucessos” da FIEP concentram-se na categoria “convergente”, exatamente por não transformarem-se em novas normas jurídicas. O gráfico seguinte destaca essa concentração.

GRÁFICO 2: RESULTADO ALIEP X RESULTADO ALEP – 2005

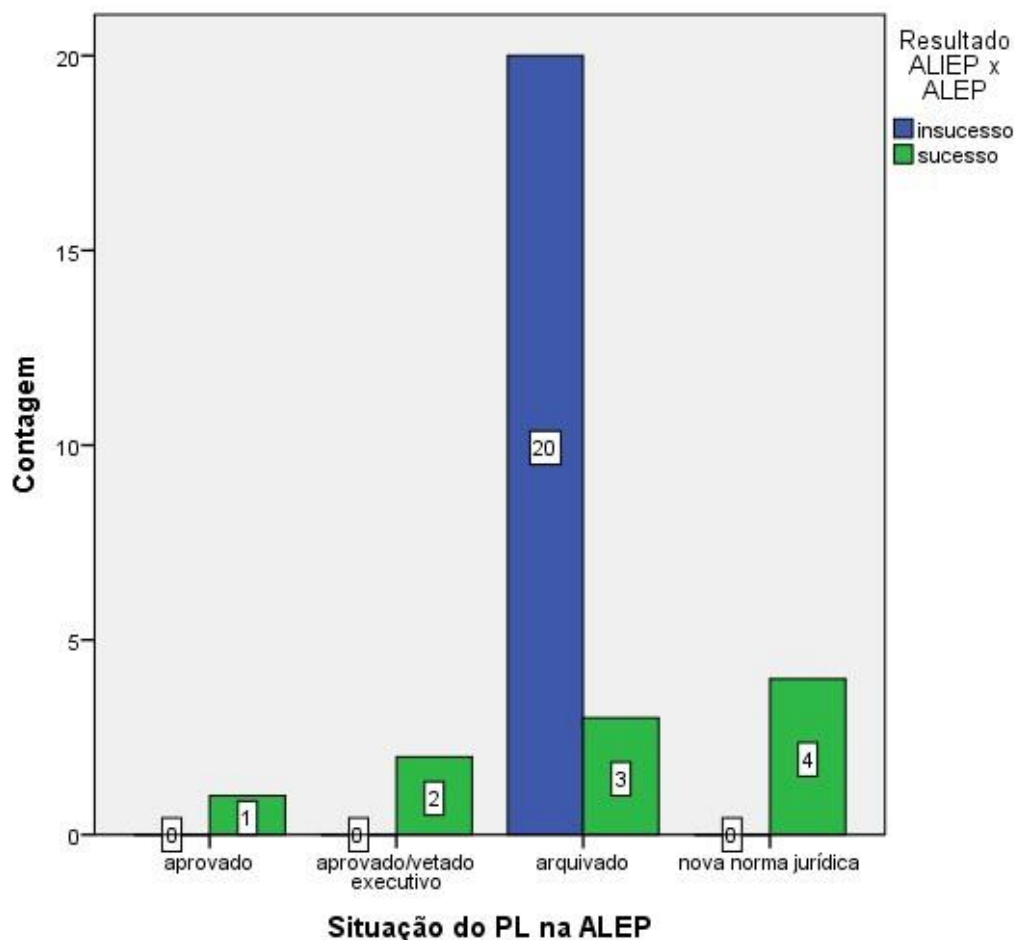


Verifica-se, portanto, que 31 dos casos de fracasso – de um total de 36 –, encontram-se nessa categoria.

O ano de 2006 apresentou 33 casos. Convergentes e convergentes com ressalvas representaram 90,9%. Houve 3 casos divergentes e 3 invalidados. Novamente, apenas 4 foram transformados em novas normas jurídicas, enquanto 23 foram arquivados. Foram 20 casos de insucesso e 10 de sucesso ou sucesso/insucesso no Executivo. O seguinte gráfico apresenta a concentração (total) dos casos de insucesso como PLs arquivados, não havendo nenhum nas outras categorias.



GRÁFICO 3: RESULTADO ALIEP X RESULTADO ALEP – 2006



O ano de 2007 apresentou 27 casos, sendo 16 insucessos e 8 sucessos ou sucessos/insucessos no Executivo. Desses casos, 70,4% foram arquivados e 7,4% transformados em novas normas jurídicas, repetindo o alto número de casos arquivados na ALEP, pelo menos para aqueles de interesse da Indústria (FIEP/ALIEP).

Em 2008, houve uma ligeira melhora nos resultados da FIEP. Não obstante, o número de insucessos continuou maior que o de sucessos. Houveram 41 casos observados. Desses, 25 representaram insucessos ante 16 de sucessos ou sucessos/insucessos no Executivo. O padrão da ALEP foi mantido, com 24 casos arquivados ante 5 novas normas jurídicas.

Em 2009 foram 31 casos. 22 convergentes, 5 convergentes com ressalvas e 4 divergentes. O resultado foi de 17 arquivados e 9 novas normas jurídicas, número pouco acima do padrão. Contudo, os insucessos mantiveram-se em maior número, representando 58,1% dos casos (18 casos), ante 35,5% de sucessos ou sucessos/insucessos no Executivo (11 casos).

Novamente, assim como nos anos anteriores, os casos convergentes ficaram acima da expectativa, como pode-se verificar na tabela abaixo.

TABELA 10: POSIÇÃO DA FIEP – 2009

	N Observado	N Expectativa	Resíduos
Convergente	22	10,3	11,7
Convergente com ressalvas	5	10,3	-5,3
Divergente	4	10,3	-6,3
Total	31		

2010 foi ano de eleições para o governo e para a Assembleia Legislativa do estado. Foi um ano de poucos PLs observados: 18. Esses PLs puderam ser classificados em sua totalidade como arquivados ou transformados em novas normas jurídicas. 16 casos para a primeira categoria e 2 para a segunda. O resultado para a FIEP foi de 13 insucessos e 5 sucessos. O valor elevado para insucessos torna-se, assim, mais uma vez esperado, uma vez que a ALIEP qualificou a maior parte dos PLs (14) como convergente ou convergente com ressalvas, enquanto divergia de apenas 4.

Em 2011 o estado já vivia uma nova legislatura, assim como um novo Executivo. Nesse ano houveram 33 casos observados, com um número maior de casos com ressalvas.

TABELA 11: POSIÇÃO DA FIEP – 2011

	Frequência	Porcentual
Convergente	12	36,4
Convergente com ressalvas	13	39,4
Divergente	6	18,2
Divergente com ressalvas	2	6,1
Total	33	100,0

Considerando, como nos demais casos, a soma de convergentes e convergentes com ressalvas, tem-se 75,8% dos casos. Pela primeira vez registrou-se casos “divergentes com ressalvas”. Assim, somados os casos divergentes representaram 24,3% do total. Na ALEP, sendo primeiro ano de legislatura, muitos casos não foram concluídos até o final do ano legislativo. Isso pode-se verificar na tabela abaixo, que também apresenta os números de 17 casos (51,5%) arquivados e 2 (6,1%) transformados em novas normas jurídicas.

TABELA 12: SITUAÇÃO DO PL NA ALEP – 2011

		Frequência	Porcentual
Válido	Aprovado/vetado executivo	2	6,1
	Arquivado	17	51,5
	Inconcluso	12	36,4
	Nova norma jurídica	2	6,1
	Total	33	100,0

Esse ano foi concluído com 18 casos (54,5%) de insucessos e 2 casos (6,1%) de sucesso ou sucesso/insucesso no Executivo. A maior parte dos insucessos, 11 casos, foi encontrada na posição convergente com ressalvas, que tinha, ao todo 13 casos.

Retornando ao total dos casos (232), e classificando-os somente como sucessos ou insucessos, retirando os casos sem informação e inconclusos, e tornando os casos de sucesso/insucesso no Executivo como sucesso, uma vez que se está a verificar o resultado dos interesses manifestos nas ALIEP no Legislativo e, os casos de insucesso/sucesso no Executivo, como insucesso pelo mesmo motivo, tem-se a seguinte configuração:

TABELA 13: RESULTADO ALIEP X ALEP, SOMENTE CONSIDERANDO SUCESSOS/INSUCESSOS

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida
Válidos	Insucesso	148	63,8	70,5
	Sucesso	62	26,7	29,5
	Total	210	90,5	100,0
Ausentes	Total	22	9,5	
Total		232	100,0	

O número de casos ausentes, pois sem informação ou inconclusos, foi de 22. O número de insucessos, por sua vez, apresentou ligeiro aumento, para 63,8%, enquanto o número de sucessos apresenta aumento percentual um pouco maior, para 26,7%. Considerando somente os casos válidos tem-se 70,5% de insucessos para 29,5% de sucessos.

Contudo, além de ser necessário tomar esses dados mais atentamente antes de concluir pelo fracasso dos resultados, sabe-se que não se pode considerar o funcionamento das ALs da

mesma forma que da Câmara dos Deputados (CD). Isso torna necessário que se busque compreender esse, aparente, alto índice de insucessos para uma entidade capaz de realizar uma ação política da complexidade verificada para a FIEP. Assim, neste momento, objetivou-se examinar esses dados coadunados às posições da entidade. Para isso, inicialmente distribui-se as informações numa tabela cruzada em que se considera a posição da entidade.

**TABELA 14: RESULTADO ALIEP X ALEP POR POSIÇÃO DA FIEP (CONSIDERANDO SOMENTE SUCESSOS/ INSUCESSOS)**

		Posição da FIEP				Total
		Convergente	Convergente com ressalvas	Divergente	Divergente com ressalvas	
Resultado ALIEP x ALEP	Insucesso	102	40	6	0	148
	Sucesso	35	8	18	1	62
Total		137	48	24	1	210

Essa tabela indica um alto número de insucessos nas posições convergentes (convergente e convergente com ressalvas), enquanto nas posições divergentes obteve-se mais sucessos. Observe-se, então, que as posições da entidade encontram-se acima da expectativa quando convergente e abaixo quando divergente, conforme pode-se verificar na tabela 15.

**TABELA 15: POSIÇÃO DA FIEP (RESÍDUOS)**

	N Observado	N Expectativa	Resíduos
Convergente	149	58,0	91,0
Convergente com ressalvas	53	58,0	-5,0
Divergente	28	58,0	-30,0
Divergente com ressalvas	2	58,0	-56,0
Total	232		

Deste modo, a entidade posiciona-se muito acima da expectativa como “convergente” e abaixo nas categorias “divergente”. Em vista disso, uma vez que o padrão da ALEP é o de não transformar a maior parte de seus PLs em novas normas jurídicas, torna-se inviável que a FIEP atinja um número de sucessos próximos aos conseguidos pela CNI. Seria, por conseguinte, precipitado tomar esses dados como uma corroboração da tese da debilidade da indústria – tomando-se simplesmente o número maior de insucessos. Isto pois, tem-se neste momento

verificada a capacidade de organização e articulação da entidade, além do que, os resultados negativos concentram-se numa posição predominantemente assumida pela ALEP mesmo para outros assuntos, como se verá na sequência. Deste modo, fez-se necessário verificar a quantidade de PLs transformados em novas normas jurídicas para se estabelecer os 29,5% de sucessos como êxito ou fracasso, ou ainda, força ou debilidade. Antes, porém, sem que se considerasse isso, observando somente a amplitude entre sucessos e insucessos, tem-se os seguintes dados:

**TABELA 16: RESULTADO ALIEP X ALEP (RESÍDUOS)**

	N Observado	N Expectativa	Resíduos
Insucesso	148	105,0	43,0
Sucesso	62	105,0	-43,0
Total	210		

Logo, para considerar o padrão de tratamento de PLs na ALEP, passou-se a associá-los, tal como fez Mancuso para o caso da CNI (2005, p.153), aos resultados das posições da entidade em relação à situação dos PLs. Assim, verificou-se o seguinte:

TABELA 17: RESULTADO ALIEP X ALEP POR SITUAÇÃO DO PL NA ALEP

		Situação do PL na ALEP					Total
		aprovado/ arquivado	vetado arquivado	nova jurídica	prejudicado/ retirado	executivo norma	
insucesso	Contagem	2	136	5	1	4	148
	% dentro de Resultado ALIEP x ALEP	1,4%	91,9%	3,4%	0,7%	2,7%	100,0%
sucesso	Contagem	19	19	24	0	0	62
	% dentro de Resultado ALIEP x ALEP	30,6%	30,6%	38,7%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	Contagem	21	155	29	1	4	210
	% dentro de Resultado ALIEP x ALEP	10,0%	73,8%	13,8%	0,5%	1,9%	100,0%

Antes de que se prossiga com o exame desses dados, registra-se que o qui-quadrado ( $\chi^2$ ) pode ser considerado significativo, apresentando o valor de  $\chi^2 = 101,296$ , com graus de liberdade de  $df = 4$  e com sig. de 0,000. No que tange aos dados apresentados, tem-se que a FIEP não obteve o mesmo número de sucessos que a CNI. Porém, os dados apontam que 91,9% dos insucessos da entidade sindical concentraram-se em PLs que acabaram por ser arquivados, e, portanto, não transformados em novas normas jurídicas. Portanto, apresenta-se uma dependência de novas normas jurídicas para que as posições pudessem culminar em sucessos. Isso ocorre, uma vez que 38,7% dos sucessos foram obtidos por PLs transformados em novas normas jurídicas enquanto os insucessos encontraram-se na maciça situação final de arquivados. Assim, o sucesso de 29,5% da FIEP não corrobora a tese da debilidade.

Primeiramente, faz-se necessário reconhecer que a entidade obteve sucesso em cerca de 1/3 dos PLs tramitados e acompanhados por seu Departamento de Assuntos Legislativos. Considerando-se, ainda, que somente 12,5% de todos os PLs verificados terminaram com status de nova norma jurídica, conforme pode-se observar na tabela 7, o número de 29,5% não apresenta-se tão baixo como inicialmente poder-se-ia inferir.

Verifica-se, agora, como os insucessos da Indústria aproximam-se de outros setores – muitos com índices mais altos de insucesso. Infelizmente, outras entidades representativas, de outros setores, não manifestam suas preferências como as industriais (CNI, FIEP). Contudo,

pode-se compará-los pela quantidade de PLs referentes a sua área que foram aprovados e transformados em novas normas jurídicas ou não – sobretudo arquivados. Defende-se que, para tornarem-se sucessos, precisariam, em grande medida, culminarem em novas normas jurídicas. Portanto, põe-se esta questão: houve setores que tiveram índices mais elevados de aprovação de projetos de interesse, ou a fatia de cerca de 1/3 representa um valor próprio? Registra-se mais uma vez que a transformação em nova norma jurídica não representa um sucesso, mas é pré-condição para a maior parte dos casos.

A ALEP apresenta os PLs divididos por “assunto”, como, por exemplo, “Indústria e Comércio”. Deste modo, optou-se, inicialmente, por listar setores econômicos, para que se tivesse proximidade com o grupo estudado. Assim, elencou-se o próprio tema “Indústria e Comércio”, que, apesar de envolver um tema maior que o da alçada da FIEP, é o mais próximo de sua esfera de atuação. Nesse caso, o objetivo era o de verificar a capacidade desses setores (indústria e comércio) em ter novos projetos aprovados – ainda que não necessariamente representem melhoras para sua atividade. Também foram coletados os “assuntos” “Agricultura” e “Banco”. Num segundo momento, “assuntos” de caráter diversos foram enumerados. Nesse ponto, destacou-se “Cultura”, “Direitos Humanos” e “Educação”.

O que esse exame acabará por apresentar é a existência de um padrão da ALEP em transformar uma menor parte de PLs em novas normas jurídicas. Assim, o número de insucessos da FIEP, uma vez concentrados em PLs que necessitariam ser transformados em novas normas jurídicas para tornarem-se sucessos é relativizado e, portanto, perde força explicativa. Deste modo, enfraquecida a simples observação dos sucessos/insucessos dos PLs manifestados na ALIEP, tem-se reforçada a tese de que a Indústria foi capaz de exercer pressão para fazer valer suas preferências, dada sua capacidade de organização para realizar ações coletivas, de pressão e, também, de *lobby*. Os 29,5% de sucessos podem, mesmo, ser considerados um número significativo, dada a forte atuação do Estado em questões, como se verá, de políticas públicas contrárias aos interesses do sindicato patronal, como a do PSMR.

Os dados relativos ao assunto Indústria e Comércio, que contém uma amostra de 114 casos, são os seguintes:

TABELA 18: NOVAS NORMAS JURÍDICAS PARA “INDÚSTRIA E COMÉRCIO”

	Frequência	Porcentual
Inconclusos	3	2,6
Não	63	55,3
Válido Não - Veto Executivo	9	7,9
Sim	39	34,2
Total	114	100,0

Verifica-se, portanto, que 63,2% dos casos concentraram-se nas categorias “Não” e “Não – Veto Executivo”, acabando por não serem tornadas novas normas jurídicas. Assim, considerando todos os PLs referentes à Indústria e Comércio, o número de leis sancionadas é ligeiramente maior que o de sucessos da FIEP. Cabe recordar que as ALIEP tratavam de vários temas, não restringindo-se a temas econômicos. De todo modo, com isso não se quer dizer que os PLs aprovados são aqueles de interesse da Indústria/FIEP, mas reforça-se o argumento da dependência de novas normas jurídicas para o sucesso das posições manifestas nas ALIEP – dada a constante posição convergente da entidade e, por outro lado, a constante posição de arquivamento de PLs na ALEP.

Outro setor/assunto verificado na ALEP foi Agricultura. Os resultados obtidos foram os seguintes:

TABELA 19: NOVAS NORMAS JURÍDICAS PARA “AGRICULTURA”

	Frequência	Porcentual
Não	30	69,8
Válido Não - Veto Executivo	2	4,7
Sim	11	25,6
Total	43	100,0

Verifica-se, nesse tema, que a maior parte, 69,8%, ou 74,5% se reunidos “Não” e aqueles que não se transformaram, pois foram vetados pelo Executivo (“Não – Veto Executivo”), não foram transformados em novas normas jurídicas.

Pode-se averiguar, então, que Agricultura obteve índices muito próximos aos da Indústria e Comércio quanto à aprovação de PLs. Novamente, considerando o assunto



Agricultura, portanto, não se poderia afirmar que uma porcentagem de 29,52% de sucessos – dada a dependência de novas normas jurídicas – seja baixa. O mesmo é verificado quando se toma o assunto Bancos. A seguir pode-se verificar os dados relativos a essa categoria:

**TABELA 20: NOVAS NORMAS JURÍDICAS PARA “BANCOS”**

	Frequência	Porcentual
Ausente	2	8,0
Não	16	64,0
Válido Não - Veto Executivo	1	4,0
Sim	6	24,0
Total	25	100,0

Ainda que se tenha um N não muito elevado, de 25 no total, o percentual encontra-se no mesmo nível. Novamente, somando-se ao “Não” a categoria “Não – Veto Executivo”, em que o PL foi inicialmente aprovado na ALEP, mas vetado e com o veto mantido pelo Legislativo, o índice fica em 68% de Projetos não transformados em novas normas jurídicas.

Ao se considerar outros setores, de temática não-econômica, tem-se os seguintes dados. Primeiramente, para o assunto Cultura, verificou-se um universo de 56 casos, distribuídos do seguinte modo:

**TABELA 21: NOVAS NORMAS JURÍDICAS PARA “CULTURA”**

	Frequência	Porcentual
Inconclusos	3	5,4
Não	34	60,7
Válido Não - Veto Executivo	8	14,3
Sim	11	19,6
Total	56	100,0

Somando-se “Não” e “Não – Veto Executivo”, registra-se 75% dos casos. Para os 43 casos do assunto Direitos Humanos tem-se o seguinte:

TABELA 22: NOVAS NORMAS JURÍDICAS PARA “DIREITOS HUMANOS”

	Frequência	Porcentual
Válido	Não	35
	Não - Veto Executivo	4
	Sim	4
	Total	43
		81,4
		9,3
		9,3
		100,0

Nesse caso, os PLs que terminaram arquivados representaram 90,7% dos casos, marcando um impactante índice de arquivamento – e, talvez, para os grupos de defesa dos direitos humanos, fracasso. O terceiro assunto de caráter não-econômico examinado foi Educação. Nesse caso, obteve-se, para um N total de 318, o seguinte:

TABELA 23: NOVAS NORMAS JURÍDICAS PARA “EDUCAÇÃO”

	Frequência	Porcentual
Válido	Inconclusos	6
	Não	215
	Não - Veto Executivo	23
	Sim	74
	Total	318
		1,9
		67,6
		7,2
		23,3
		100,0

Novamente o índice de PLs arquivados gira em torno de 75%, registrando 74,8%.

É necessário, portanto, que se considere a política industrial em relação a outras políticas de Estado. Os anos 2000, como já afirmado, representaram uma nova realidade com que a indústria se deparou e, assim, ainda que não fragmentada e incapaz de atuar coletivamente, como propunha a “tese da debilidade política da indústria no Brasil”, não teve garantia do sucesso de suas ações, pelo menos nos níveis que a CNI houvera alcançado (66,7%).

### 3.3 OS LEGISLADORES ESTADUAIS E OS GRUPOS DE INTERESSE, PRESSÃO E LOBBY

Ao tratarem da importância dos processos de recrutamento e seleção nos partidos, Peter Siavelis e Scott Morgenstern apontaram para a necessidade de reconhecer não somente imposições institucionais, mas, interação entre esses elementos e elementos contextuais, sendo que o comportamento dos candidatos e legisladores estaria condicionado pelo processo que os levou ao poder (SIAVELIS; MORGENSTERN, 2009, p. 88). Assim, o caso brasileiro apresentaria baixa disciplina partidária (devido à lista aberta e distrito grande) sendo a disciplina mais presente em relação aos líderes (caráter clientelista dos legisladores). (SIAVELIS; MORGENSTERN, 2009, pp. 85-86). No mesmo sentido, sobre as lealdades regionalizadas, Marenco dos Santos afirma que as seleções e organizações partidárias são baseadas em “[...] tradições, lideranças e padrões de competição registrados em cada contexto”. (MARENCO DOS SANTOS, 2001, p.82). Daí que se poderia encontrar a influência das lideranças partidárias para a consolidação ou não de lealdades partidárias, sendo que, muitas vezes, a lealdade se dá muito mais em relação aos próprios líderes do que aos partidos.

No que se refere ao foco dado ao Legislativo, nem sempre visto como um poder relevante no Brasil, cabe análise da relação entre o Executivo e o Legislativo. Para o âmbito Federal, destaca-se a pesquisa realizada por Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (2001[1999]). Os autores contestam a visão negativa do presidencialismo de coalizão, demonstrando seu sucesso institucional, com partidos coesos, votando de acordo com suas lideranças, estabelecidas entre coalizões de governo (lideradas pelo presidente da República) e oposição (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p. 101). Os projetos do Executivo, revelam os autores, apresentam um índice de sucesso alto, similar ao dos sistemas parlamentaristas. Isso, entretanto, não é identificado como submissão do Legislativo ao Executivo, mas como modelo de coalizões, fundamental para o funcionamento democrático do sistema. Assim, o que prevalece, defendem os autores, é a coesão partidária, pois os partidos que a ela pertencem “[...] tendem a apoiar a agenda legislativa do governo quando esta vem a voto.” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p.119).

Outra característica apresentada pelos autores é a qualidade da agenda do Executivo e do Legislativo. Deste modo, afirmam que: “A agenda do Executivo é econômica e administrativa, enquanto a do Legislativo é social. [...] A área social é a única onde o número

de leis iniciadas pelo Congresso se aproxima das do Executivo” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p.106).

No que se refere às ALs, Fabiano Santos, analisando a ALERJ, percebeu uma alta competição entre os candidatos postulantes a uma vaga de deputado estadual e uma estrutura institucional descentralizada, sendo independente do Executivo e do poder de agenda dos líderes partidários (diferentemente da CD observada por Limongi e Figueiredo) (SANTOS, 2001, p. 164). Portanto, a ALERJ apresenta, conforme aponta Fabiano Santos, a característica de alta exposição dos seus deputados, estando menos blindada. Esses dados apontam para uma agenda própria da ALERJ, a despeito das preferências do governador (SANTOS, 2001, p.179). No que se refere ao Legislativo nacional, Santos e Pegurier, discordam da noção de que seria o Legislativo menosprezado pelos políticos brasileiros, como proposto por David Samuels. Os autores identificaram uma alta disciplina partidária presente na CD, exatamente por meio de seus líderes, aproximando-se das conclusões de Figueiredo e Limongi. (SANTOS; PEGURIER, 2011).

De Figueiredo e Limongi, que discordam da existência de um Congresso submisso ao Executivo, Fabiano Santos aproxima-se outra vez ao também considerar a especificidade das agendas de Executivo e Legislativo. Nesse mesmo sentido, Claudio Couto apresenta uma tipologia de coalizões de governo. A Coalizão Programática de Governo (CPG), em que “[...] a formação de uma bancada de sustentação do Executivo no Parlamento se dá com base em um programa comumente aceito, de cuja conformação os parlamentares participam” (COUTO, 1998, p.136) e a Coalizão Fisiológica de Governo (CFG), em que “[...] o Executivo obtém apoio dos parlamentares independentemente do conteúdo das políticas que são aprovadas por este, o que implica completa abdicação da capacidade decisória por parte do Parlamento. (COUTO, 1998, p.136).

A partir dessa tipologia, Andressa Silvério Terra França, tratando da ALEP, na legislatura 1999-2002, propôs uma agenda negociada entre o Executivo e o Legislativo, ainda que prevalecendo um modelo de CFG. França afirma, contudo, a necessidade de considerar elementos para além do fisiologismo que os incentivos institucionais moldam, como o *lobby* que sofrem os deputados. Afirma, assim: “A repercussão das questões em pauta na opinião pública e a intensidade das reações lobbistas em relação a elas influenciam tanto o comportamento dos parlamentares e seus cálculos estratégicos como a posição do Executivo em relação a determinados assuntos” (FRANÇA, 2006, p.134). Nesse sentido, uma vez que não há blindagem dos deputados, expostos a grupos e eleitores, predomina certa autonomia no seu

padrão de ação. Deste modo, nega-se uma noção de um parlamento que apenas sustenta um “pacto homologatório”.

Para além disso, Tomio e Ricci (2012) verificam a existência de baixa predominância do Executivo sobre o Legislativo em ALs no período 1999-2002, ainda que o Legislativo seja responsável por aprovar as políticas públicas do Executivo (TOMIO; RICCI, 2012, p.212). Os dados empíricos que apontam para isso encontram-se, sobretudo, na alta quantidade de novas normas jurídicas originárias das próprias Assembleias Legislativas em alguns estados, como o Paraná. Não somente novas normas jurídicas, mas o mesmo já era percebido para os PLs. No caso paranaense o número de novas normas jurídicas originárias de PLs apresentados pelo próprio Legislativo é bastante elevado, assim como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Destaca-se ainda que o âmbito local, conforme aponta Borchert, não é desprezado no Brasil, mas, para as carreiras no país, “[...] serve como ponto de entrada e de uma permanente opção”, reforçando-se assim a relevância do Legislativo estadual. (BORCHERT, 2009, p.17). A pesquisa que aqui se apresenta aponta a seguinte configuração para os PLs que interessaram à FIEP quanto à sua origem:

TABELA 24: ORIGEM DO PL

		Frequência	Porcentual
Válido	Executivo	22	9,5
	Judiciário - Tribunal de Contas	1	0,4
	Legislativo	209	90,1
	Total	232	100,0

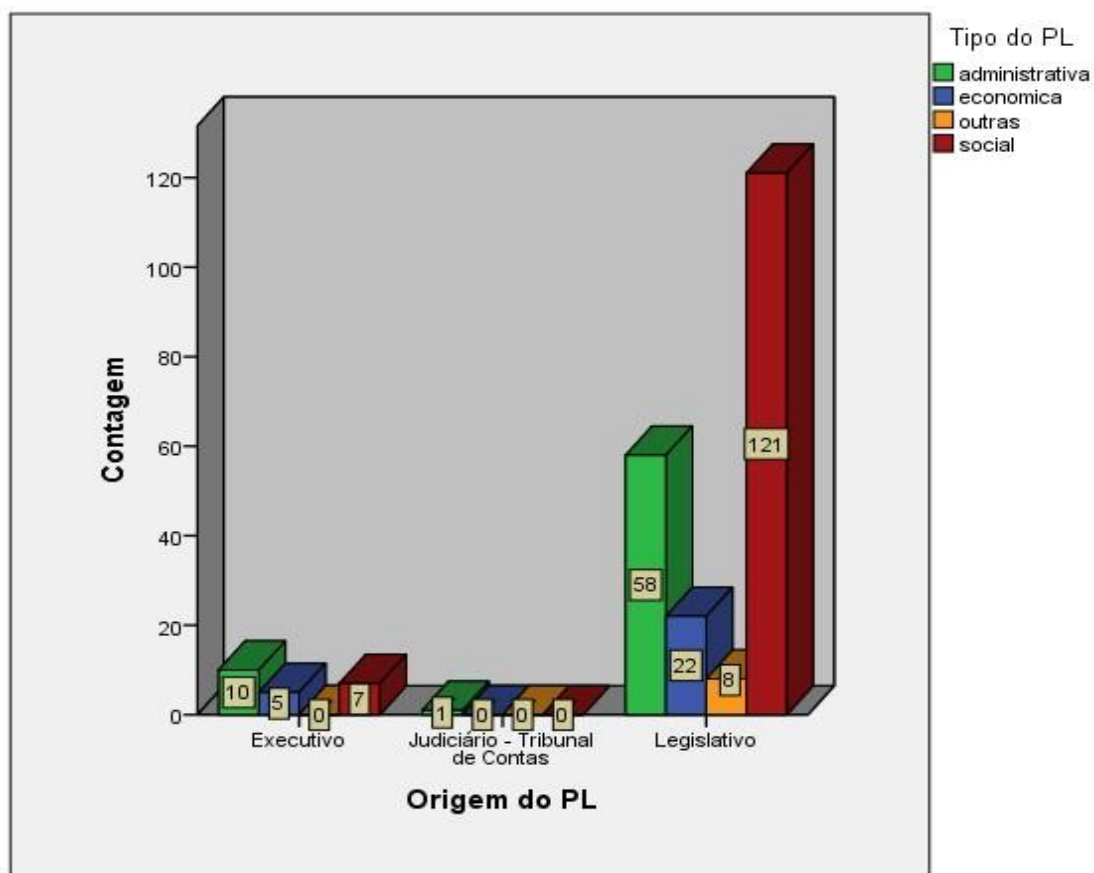
Note-se que, quanto à origem dos PLs, o predomínio do Legislativo é patente, atingindo 90,086% do total. O Executivo representa 9,48% e o Judiciário apenas 0,43%. No que se refere ao tipo dos PLs, buscou-se uma tipologia em Figueiredo e Limongi (2001). Recorde-se que os PLs analisados são aqueles que interessaram a FIEP e, então, passaram a fazer parte das ALIEP. Assim, poder-se-ia exigir uma tipologia mais apurada, com mais possibilidades, seguindo, por exemplo, a própria divisão proposta na ALIEP. Contudo, dado o recorte realizado pela entidade, os PLs podem ser classificados de acordo com a tipologia apresentada, a saber: econômica, administrativa, social ou outras, objetivando verificar os dados à luz das definições da literatura. (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p. 106) Assim, os PLs distribuíram-se do seguinte modo:

TABELA 25: TIPO DO PL

		Frequência	Porcentual
Válido	Administrativa	69	29,7
	Econômica	27	11,6
	Outras	8	3,4
	Social	128	55,2
	Total	232	100,0

Apura-se, assim, o alto número de PLs de temática “social” que interessaram à FIEP, compreendendo 55,2% do total, assim como temas que interessam à administração do estado (como questões de gerência e organização burocrática, de políticas e projetos – 29,7%) e, em terceiro lugar, de ordem econômica (11,6%). No modelo de Figueiredo e Limongi, a temática econômica referia-se a questões macroeconômicas, sendo perpassada, dado o contexto, por questões relativas a planos econômicos. Aqui, para o âmbito subnacional, alterações na tributação, como incentivos fiscais, entraram nessa categoria. O seguinte gráfico representa essa distribuição:

GRÁFICO 4: TIPO DO PL X ORIGEM DO PL



Esses dados também são apresentados na seguinte tabela, a fim de poder-se verificar com maiores detalhes:

TABELA 26: TIPO DO PL X ORIGEM DO PL

	Origem do PL			Total
	Executivo	Judiciário - Tribunal de Contas	Legislativo	
Administrativa	10	1	58	69
Econômica	5	0	22	27
Outras	0	0	8	8
Social	7	0	121	128
<u>Total</u>	<u>22</u>	<u>1</u>	<u>209</u>	<u>232</u>

Verifica-se, assim, a predominância da temática “social” para o Legislativo (57,89%), enquanto para o Executivo, o maior número de PLs concentra-se na categoria “administrativa” (45,45%). Para o Executivo, a segunda colocação fica para a temática “social” (31,81%), seguida de “econômica” (22,72%). Deste modo, pode-se concluir que a afirmação de Fabiano Santos, de que a agenda dos poderes difere, sendo predominantemente “social” para o Legislativo e “econômica” e “financeira” para o Executivo, é válida para o caso observado, da ALEP (SANTOS, 2001, p. 176). Incluiu-se, ainda, a categoria “administrativa”, de Limongi e Figueiredo. Assim, pode-se considerar a autonomia deste Legislativo estadual, que não se apresenta como mero homologador das decisões do Executivo em um sistema de “ultrapresidencialismo estadual”. Antes, a questão passa pela qualidade da agenda dos poderes – quais temas são controlados por quais poderes, como também houvera exposto França (2006). Contudo, mais uma vez, destaca-se que esses dados refletem os PLs de interesse da FIEP, isto é, que foram considerados importantes pelo Departamento de Assuntos Legislativos da entidade e, por ele, acompanhados.

Quando se compara a situação final dos PLs com sua origem tem-se o seguinte:



TABELA 27: ORIGEM DO PL X RESULTADO DO PL NA ALEP

		Resultado final do PL na ALEP				Total	
		Inconcluso	Insucesso	Sem informação	Sucesso		
Origem do PL	Executivo	Contagem	13	3	0	6	22
		% Origem	59,1%	13,6%	0,0%	27,3%	100,0%
		% Resultado na ALEP	61,9%	2,0%	0,0%	9,7%	9,5%
	Judiciário - Tribunal de Contas	Contagem	0	0	0	1	1
		% Origem	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
		% Resultado na ALEP	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%	0,4%
	Legislativo	Contagem	8	145	1	55	209
		% Origem	3,8%	69,4%	0,5%	26,3%	100,0%
		% Resultado na ALEP	38,1%	98,0%	100,0%	88,7%	90,1%
	Total		Contagem	21	148	1	62
	% Origem	9,1%	63,8%	0,4%	26,7%	100,0%	
	% Resultado na ALEP	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Verifica-se que para o Executivo, além do alto número de PLs inconclusos, a maior parte representou sucessos para a entidade. No caso dos PLs oriundos do Legislativo, 69,4% representaram insucessos para a entidade, o que também pode ser visto pela perspectiva do baixo número de PLs transformados em novas normas jurídicas oriundos do próprio Legislativo, como já afirmado anteriormente. Ainda assim, a FIEP apresentou um grande interesse pelo processo legislativo, o que pode ser pensado à luz da baixa blindagem do parlamento estadual. Comparando-se, então, os tipos de PLs e seus resultados finais como sucessos ou insucessos, tem-se o seguinte:

TABELA 28: ORIGEM DO PL X TIPO DO PL POR RESULTADO NA ALEP (%)

Resultado do PL na ALEP			Tipo de PL				Total
			Administrativa	Econômica	Outras	Social	
Insucesso	Origem do PL	Contagem	1	0	0	2	3
		% Em Origem	33,3%	0,0%	0,0%	66,7%	100,0%
		% Em Tipo de PL	2,4%	0,0%	0,0%	2,3%	2,0%
	Legislativo	Contagem	40	16	5	84	145
		% Em Origem	27,6%	11,0%	3,4%	57,9%	100,0%
		% Em Tipo de PL	97,6%	100,0%	100,0%	97,7%	98,0%
	Total	Contagem	41	16	5	86	148
		% Em Origem	27,7%	10,8%	3,4%	58,1%	100,0%
		% Em Tipo de PL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Sucesso	Origem do PL	Contagem	4	2	0	0	6
		% Em Origem	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%
		% Em Tipo de PL	21,1%	28,6%	0,0%	0,0%	9,7%
	Judiciário - Tribunal de Contas	Contagem	1	0	0	0	1
		% Em Origem	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% Em Tipo de PL	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,6%
	Legislativo	Contagem	14	5	2	34	55
		% Em Origem	25,5%	9,1%	3,6%	61,8%	100,0%
		% Em Tipo de PL	73,7%	71,4%	100,0%	100,0%	88,7%
	Total	Contagem	19	7	2	34	62
		% Em Origem	30,6%	11,3%	3,2%	54,8%	100,0%
		% Em Tipo de PL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Nesta tabela, considerando somente os sucessos e insucessos, pode-se verificar que os insucessos, tanto do Executivo quanto do Legislativo se concentraram na área “social”, com porcentagens não muito distantes (66,7% para Executivo e 57,9% para o Legislativo). No caso dos sucessos há uma variância. Enquanto o Executivo apresenta 66,7% de sucessos na temática administrativa, o Legislativo apresenta prevalência de sucessos na temática social, com 61,8% dos casos. Aqui, mais uma vez, reforça-se a tese da agenda diferenciada/negociada entre governador e deputados estaduais, sendo que o Legislativo atua e gera um número maior de

novas normas jurídicas nessa temática (FRANÇA, 2006). Além disso, conforme apontado por Tomio e Ricci, os deputados estaduais têm significativa responsabilidade na normatização de políticas públicas estaduais. Deste modo, pode-se verificar, conforme sugerido pelos autores, sustentada nessa responsabilidade do Legislativo, a atração exercida pela Assembleia de “[...] parte do eleitorado mais organizado, como sindicatos, associações, representações de categorias, grupos de pressão” (TOMIO; RICCI, 2012, p.211).

#### 4. O PISO DO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL E A AGENDA DO EXECUTIVO

A relação entre a gestão Rocha Loures e o Executivo estadual do mesmo período caracteriza-se por apresentar laços intensos, algumas vezes conturbada, sobretudo, no que se refere à questão do Salário Mínimo Regional. Este assunto, apesar de sua importância, esteve praticamente ausente das ALIEP, o que o torna obscuro quanto ao seu tratamento com o Legislativo.

O Salário Mínimo foi instituído no Brasil pela Lei nº 185, de 14 de Janeiro de 1936 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1936), portanto ainda no Governo Provisório de Vargas. A Constituição Federal de 1988 passou a garantir o salário mínimo como um direito social (BRASIL, 1988). No ano 2000, uma Lei Complementar instituiu e regulamentou sobre a possibilidade de instituição de um Piso do Salário Mínimo Regional por cada Unidade da Federação. Em seu artigo 1º essa lei dispõe o seguinte: “Os Estados e o Distrito Federal ficam autorizados a instituir, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, o piso salarial de que trata o inciso V do artigo 7º da Constituição Federal para os empregados que não tenham piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo de trabalho” (Diário Oficial, 2000).

O PSMR do estado do Paraná foi sancionado no dia 12 de maio de 2006. Proposta do Poder Executivo, conforme determina a lei federal de 2000, foi aprovado por unanimidade na ALEP. Entretanto, o projeto não encontrou a mesma unanimidade entre todos os grupos na sociedade e, talvez, mesmo entre os deputados. O jornal Gazeta do Povo de 13 de abril de 2006 trazia uma matéria intitulada “Força Sindical e Fiep iniciam debate do mínimo regional”. Informava que o presidente da ALEP, Deputado Hermas Brandão, abriria espaço para os posicionamentos de “representantes” dos trabalhadores e dos industriários. Em seguida, o jornal adiantou o posicionamento desses setores, positivo no caso dos trabalhadores e negativo no dos patrões. Sobre o posicionamento do segmento patronal, afirmou a reportagem que “[...] 20 lideranças de entidades sindicais patronais ligadas à indústria se reuniram com Hermas Brandão, para pedir a rejeição ao projeto proposto pelo governador Roberto Requião. Segundo os representantes da indústria, a lei, caso fosse aprovada, poderia trazer ‘graves consequências sociais’ para o estado, como o aumento do desemprego e da informalidade” (GAZETA DO POVO, 2006b).

A Gazeta do Povo Online da segunda-feira, 17 de abril de 2006 informava que nesse dia, na ALEP, o presidente da FIEP, Rodrigo Rocha Loures, fora defender o piso nacional, de

R\$ 350, em oposição à proposta do piso regional, de R\$ 437. Segundo a reportagem, “Loures apresentou uma pesquisa da Fiep onde mostra que a elevação do mínimo poderia gerar informalidade e desemprego. De acordo com a pesquisa, das 94 categorias da indústria, 75 têm piso inferior aos R\$ 437” (GAZETA DO POVO, 2006d). Consta nos diários da ALEP a fala de Loures, afirmando ser “[...] contra ao estabelecimento de um piso de um salário-mínimo regional, uma vez que [...] através das negociações entre os sindicatos patronais e dos trabalhadores, é perfeitamente possível equacionar a questão dos pisos salariais” (ALEP, 2006, p. 33). Na sua visão: “Vivemos em uma economia de mercado e uma economia de mercado tem as suas peculiaridades e, usualmente, o que tem se evidenciado é que as tentativas de intervenção na economia de regulação, sempre encontram dificuldades para se consolidarem, uma vez que as realidades do mercado se impõem” (ALEP, 2006, p. 33). Seu argumento foi na direção de que “[...] o Paraná faz parte de uma economia maior, que é a economia brasileira e nós [indústrias do Paraná] temos que estar competindo com indústrias de outros estados” (ALEP, 2006, p. 33).

Talvez percebendo a dificuldade em barrar sua aprovação, dados os esforços do Executivo nessa direção, defendeu: “[...] ainda que o Estado do Paraná possa viabilizar um salário-mínimo regional, isso deveria necessariamente considerar vir acompanhado de outras políticas públicas, como uma política industrial, políticas de financiamento, uma série de outras ações públicas que proporcionem aqueles ganhos de produtividade sem os quais não é possível viabilizar um salário mínimo regional” (ALEP, 2006, pp.33-34). O risco apresentado “[...] sob pena que em amplos setores da economia verifiquemos um crescimento do desemprego ou da informalidade” (ALEP, 2006, p.34). Questionado pelo deputado Rafael Greca, do mesmo partido do governador, o Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB), sobre incentivos recebidos pelo setor produtivo e sobre o fato de aumento salarial representar aumento de consumo, o presidente da FIEP argumentou: “Volto a insistir no seguinte: uma medida que seja impositiva de aumento de custo para as empresas, tem que, necessariamente, vir acompanhada de outras políticas públicas que proporcionem a essas empresas meios de produtividade, que lhes permitam poder financiar esse aumento de renda. Essa é uma questão sistêmica, Deputado” (ALEP, 2006, p. 35). Portanto, os argumentos do presidente da FIEP insistiam na necessidade, nesse contexto em que o Estado apresentava-se como ator destacado no que se refere às relações entre produtores e trabalhadores, adotando uma postura contrária

ao neoliberalismo defendido pela entidade, de apoiar a produção, desenvolvendo políticas industriais. Nesse sentido, afirmava Rocha Loures:

[...] o que faz crescer uma economia é investimento, conhecimento, know-how e empreendedorismo, não é o consumo e nem o aumento de salário. O aumento de salário sempre tem que ser consequência de um aumento da produção. Quando se faz um investimento se proporciona um melhor funcionamento dos elos de produção – é por aí que acontece. (ALEP, Diário, p.40).

Questionado pelo deputado Marcos Isfer, do Partido Popular Socialista (PPS), de oposição ao governador, se a FIEP acionaria a justiça caso aprovação do PSMR, Rocha Loures respondeu:

Tem um dispositivo federal que assegura que aqueles setores que são objeto de acordo coletivo não podem ser alcançados ao nível regional. Então, por esse prisma nós vamos recorrer. Temos que recorrer. Eu tenho que ter uma posição institucional, que é aquilo que a Federação deliberou. Na Federação, tivemos a totalidade dos sindicatos e os sindicatos se manifestaram contra a proposta do salário-mínimo regional. (ALEP, 2006, p. 43).

A Gazeta do Povo de 12 de maio de 2006 também publicou o interesse da FIEP, assim como da Associação Comercial do Paraná (ACP) e da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) (NEVES, 2006), em impetrar, o que acabou realizado no dia 04 de julho de 2006, sustentada pela decisão dos 96 sindicatos patronais que compunham a Federação, um mandato de segurança contra o mínimo regional, contudo, sem o efeito esperado pela entidade. O mesmo houvera ocorrido com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) no âmbito nacional (NEVES, 2006). As vitórias da Federação no campo jurídico se dariam somente para categorias que já tinham acordo coletivo de trabalho, como sobre os trabalhadores das empresas ligadas ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico (Sindimetal) de Campo Mourão (SINCABIMA (2012).

No dia 02 de maio de 2006 o próprio jornal, em artigo de Karlos Kohlbach, compartilhava das proposições do presidente da entidade de classe, afirmando, em manchete de reportagem, que “Mínimo regional aumenta renda, mas onera empresa” (KOHLBACH, 2006). Após a aprovação na Assembleia, mas ainda antes da sanção, a versão online de 10 de maio de 2006 trazia matéria intitulada “Novo salário é justificativa para demissões de domésticas”, onde apresentava dificuldades para patrões e sociedade. Nessa reportagem destacava o fato de 12 empregadas domésticas terem perdido empregos no estado, devido, segundo o jornal, ao novo salário mínimo (KOHLBACH, 2006). Esses dados, contudo, não refletiriam a realidade da

geração de empregos no estado naquele ano. Do setor de serviços, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), foram gerados 33.115 empregos, enquanto a indústria de transformação gerou 21.118 (IPARDES, 2014).

A pressão contra a instituição do PSMR no estado do Paraná foi realizada, sobretudo, por meio de manifestações públicas. Deste modo, utilizou-se da Tribuna da ALEP, abrindo-se espaço para que o presidente da FIEP pudesse apresentar a posição da entidade, apoiado pela oposição. O tema, também foi abordado, como se verifica, pela imprensa estadual, que chegou a apresentar simpatia pela causa do patronato.

Entre maio e setembro de 2006, a FIEP organizou uma série de seminários visando a integração da indústria, sob sua liderança, apresentando uma agenda unitária que destacava o “custo Brasil”, tema que envolve o PSMR e as leis trabalhistas em geral, como grande problema para a produção no Brasil (LOURES; SCHLEMM; CASTOR, 2007). Viu-se ainda que, após a aprovação do PSMR, a FIEP buscou a via jurídica para tentar derrubá-lo.

Entretanto, por mais que o tema tenha se mostrado relevante para a entidade, movendo-a a concertar ações contrárias à implementação do PSMR, não se pode encontrá-lo na maior parte dos anuários ALIEP. Há, portanto, limites na análise dos anuários como posição da entidade representativa. É sabida, a posição divergente da entidade, manifesta pela imprensa ou pelo Programa Lideranças Empresariais, em relação a um PSMR maior que o Mínimo Nacional (LOURES; SCHLEMM; CASTOR, 2007).

Portanto, aqui verificou-se limites na análise dos anuários, o que apresentou a necessidade de procurar a posição da FIEP fora dos anuários. O único PL sobre PSMR encontrado nos anuários foi o de 2004, proposto pelo deputado Mauro Moraes (PMDB). Cabe registrar que esse projeto, além de não receber apoio do Executivo, marcando um conflito entre o governo do estado e o deputado do PMDB, não partiu do Executivo, conforme rege a lei federal que instituiu o PSMR. Assim, tal projeto não poderia ser aprovado, como não foi. Cabe registrar que a tensão entre o governador e o deputado não se encerraria aí. Quando da sanção do PL, estabelecendo o PSMR no Paraná, o deputado Mauro Moraes ainda exigia reconhecimento pela criação da lei, o que era combatido pelo relator, deputado Hermes Fonseca do partido da base do governo, Partido dos Trabalhadores (PT) (GAZETADOPOVO, 2006a). O acirramento dessa relação culminou na saída do deputado do PMDB, ingressando no oposicionista Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 2009. Nas tabelas abaixo, verifica-se os dados acerca do PSMR nos anuários e na ALEP. Antes, contudo, observa-se que, apesar da aprovação do PL sobre o PSMR proveniente do Executivo, isso deve-se, sobretudo,

ao fato de a própria legislação assim reger. Entretanto, o projeto era bem quisto pelo Legislativo, ao ponto do deputado Mauro Moraes propô-lo ainda que havendo a impossibilidade regimental e, após a aprovação do PL do Executivo, reclamar sua autoria, além da aprovação unânime do PL do Legislativo. Mais uma vez, a ausência de blindagem e a “repercussão das questões em pauta na opinião pública” podem explicar a insistência do deputado numa matéria que não era de sua alçada (FRANÇA, 2006, p.134).

Sobre os dados referentes ao PSMR na ALEP, primeiramente, o N total de PLs sobre o tema no período pesquisado (dos anuários) é igual a 9. Quanto à posição da FIEP, somente no PL do deputado Mauro Moraes, de 2004, portanto de antes da aprovação do Salário Mínimo Regional, tem-se manifestação na ALIEP (divergente). O resultado encontrado na ALEP para esses PLs é o seguinte:

**TABELA 29: SITUAÇÃO DO PL NA ALEP (SMR)**

		Frequência	Porcentual
Válido	Arquivado	3	33,3
	Nova norma jurídica	6	66,7
	Total	9	100,0

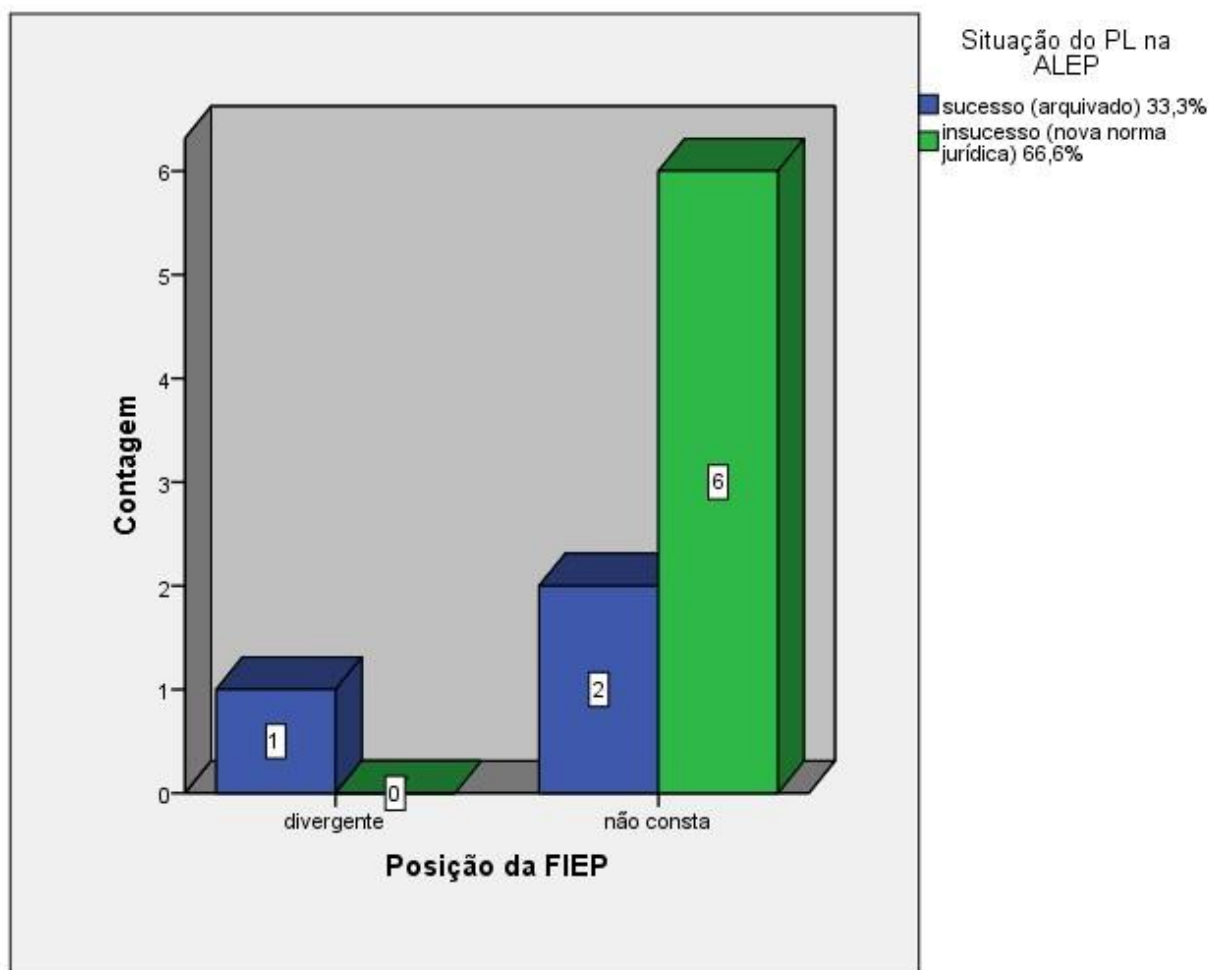
Ainda que o N baixo (9) dificulte uma apreciação porcentual, verifica-se que 2/3 foram aprovados e transformados em novas normas jurídicas, enquanto 1/3 acabou arquivado. Em comum nos PLs arquivados é o fato de terem sido propostos pelo Legislativo, o que o próprio regimento impede. Poder-se-ia creditar tal fato a um desconhecimento dos deputados, o que é bastante duvidável, preferindo-se, então, a preocupação com a opinião pública (FRANÇA, 2006). O PL do Deputado Mauro Moraes, 157/2004, que propunha a instituição do PSMR no Paraná, não foi adiante, parado ainda na Diretoria de Assistência ao Plenário (DAP). O PL 55/2008, do Deputado Antônio Belinati do Partido Progressista (PP), que propunha o reajuste do PSMR naquele ano, foi arquivado (ART. 33-A, § 2º) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o que era esperado dada a incorreta origem. O PL 685/2009, de autoria do deputado Antônio Anibelli (PMDB), visava impedir que o Estado contratasse profissionais ganhando por remuneração menor à do PSMR. Tal PL também foi arquivado pela CCJ (ART. 33-A, § 2º). Contudo, verifica-se o interesse do Legislativo pelo tema, buscando adiantar-se ao Executivo, dono da prerrogativa institucional. No caso do deputado Mauro Moraes, apesar da inconstitucionalidade do Projeto, ainda assim insistiu no reconhecimento de sua autoria.



Portanto, tem-se que os deputados não queriam se contrapor à valorização do PSMR, provavelmente prevendo desgaste eleitoral que tal posicionamento poderia ocasionar.

Relacionando a posição da FIEP, considerando-se, para isso, propostas de criação ou aumento do PSMR como divergentes, à situação dos PLs na ALEP, tem-se o seguinte gráfico:

GRÁFICO 5: SITUAÇÃO DO PL NA ALEP X POSIÇÃO DA FIEP (SMR)



Percebe-se que a única posição manifesta da entidade em anuário (era divergente) obteve sucesso, entretanto, como já explicitado, tal PL carecia de consistência jurídica e era proveniente de uma disputa entre o deputado proponente e o Executivo, o que não permite que se tire conclusões sobre esse resultado além da própria posição da entidade sobre o tema – contrária à política do PSMR. Os outros projetos arquivados, e, por isso, considerados sucessos, juntaram-se aos demais PLs silenciados pela entidade na ALIEP. Assim, não se pode considerar a ação em relação ao processo legislativo da entidade como fracassada. Entretanto, apresentase uma ausência de um tema que tramitou na ALEP sendo de interesse da FIEP, conforme sugerido

pelo próprio Programa Lideranças Empresariais da Indústria. Tal ausência pode, então, ser explicada pelo reconhecimento da entidade da divisão existente das agendas do Executivo e do Legislativo, até mesmo porque um PL sobre o tema teria de necessariamente partir do Executivo. Deste modo, o PSMR não seria tema da AL, ainda que parlamentares procuraram ligar-se ao tema. Por isso mesmo, a ação da FIEP em relação ao PSMR foi dirigida para outros canais, como a imprensa, o Programa Lideranças Empresariais ou a Rede, onde poderia pressionar o governador e ter mais chances de sucesso.

A política de Salário Mínimo e de PSMR precisa ser considerada dentro de um contexto de valorização, que se dava no período no país. O PSMR no Rio Grande do Sul sofreu, em alguns momentos, processo similar ao paranaense no que remete ao tratamento dado pelo Executivo e Legislativo e a entidade representativa do empresariado industrial local. O Jornal rio-grandense Zero Hora, do mesmo grupo do paranaense Gazeta do Povo, registrou que no ano de 2011 o projeto de reajuste do Piso proveniente do Executivo foi aprovado por unanimidade pelo Legislativo, apesar da contrariedade de entidades empresariais, como a federação comercial do estado, Federasul (COLUSSI, 2011).

No estado de São Paulo não se pode identificar a mesma oposição das entidades empresariais em relação ao PSMR. Desde 2001, contudo, líderes sindicais da Força Sindical e “empresários” integravam a “comissão de notáveis” que definia os valores do PSMR (Agência Estado, 2001). Vale destacar também a expansão moderada do PSMR em São Paulo, sendo que em 2008 o Salário Mínimo Nacional chegou a superar na faixa mais baixa o PSMR paulista, até sua correção no mês de abril, para R\$ 450,00 (CÉZARI, 2008). Ainda assim, repete-se o predomínio do Executivo no tema, assim como a unanimidade na AL.

De volta ao caso do Paraná, apesar da divergência quanto ao tema, o presidente da Federação, Rodrigo Rocha Loures manteve uma relação política muito próxima ao governador Roberto Requião, pelo menos até esse conflito. O sociólogo Ricardo Costa de Oliveira descrevia assim essa relação:

As relações da família governamental com o alto empresariado do Paraná materializam-se, entre outras redes, com o empresário Rodrigo Rocha Loures, dono da empresa Nutrimental e Presidente da Federação das Empresas do Estado do Paraná (FIEP), uma das maiores lideranças empresariais do estado, e membro de uma tradicional família, com três séculos de poder político na região. Em 2003, Rocha Loures contou com o apoio de Requião na sua eleição para Presidente da FIEP. O filho de Rocha Loures, Rodrigo Rocha Loures, foi chefe de gabinete de Requião em 2003/4 e, eleito deputado federal pelo PMDB em 2006, tem como chefe de gabinete o filho de Roberto Requião, Maurício (OLIVEIRA, 2007, p.156).

A diretoria da entidade também afirmava ciência da necessidade de relacionar-se diretamente com o Executivo, conforme pode-se observar das conclusões resultantes das entrevistas realizadas por Costa, Roks e Santos Filho: “Verificamos que praticamente todas as entidades têm ação intensa no poder Executivo estadual e avaliam tal ação como bem sucedida, utilizando todos os canais disponíveis, predominando os contatos pessoais” (COSTA, ROKS, SANTOS, 2012, p. 231).

Contudo, nem tudo foram flores nessa relação. O Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), replicou, em maio de 2007, matéria sobre o afastamento entre Rocha Loures e o governador nas vésperas das eleições para a presidência da entidade. Requião houvera apoiado Rocha Loures em 2003, mas, nas eleições seguintes, segundo o GVces, empenhou-se pessoalmente na campanha da chapa opositora, liderada pelo então vice-presidente da entidade Álvaro Scheffer (GVces, 2007). O centro de estudos da FGV-EAESP ainda relatava o alinhamento que Rocha Loures passava a buscar, com lideranças adversárias a Requião, seja do mesmo partido (PMDB), seja de outros, “[...] como o deputado Ricardo Barros, do PP, o senador Osmar Dias [PDT] e o ex-governador Paulo Pimentel [PMDB], que apontou todas as baterias de seus jornais contra o governador e contra Scheffer porque seu genro e agora inimigo declarado, Luís Mussi, é secretário de Requião e apoia a oposição” (GVces, 2007).

Apesar dos esforços do governador, Rocha Loures saiu vitorioso do pleito. O jornal Gazeta do Povo afirmou, a partir de declarações de Luís Mussi, assessor do governador, que o distanciamento entre Executivo e Presidência da FIEP deu-se em torno da administração do Porto de Paranaguá, dirigido pelo irmão do governador, Eduardo Requião (LIMA, 2007). O jornal Folha de S. Paulo, de 14 de agosto de 2007, um dia após as eleições da FIEP, expôs reclamações de Rocha Loures sobre a interferência e pressão exercida pelo Executivo sobre as eleições da entidade. Segundo o jornal, “[...] à frente da entidade, [Rocha Loures] distanciou-se do governador por patrocinar na Justiça uma ação contra o cerco do órgão ambiental do Estado às indústrias e divergir da proposta de salário mínimo regional” (FOLHA DE S.PAULO, 2007) A gota d’água seria a crise entre a administração do porto de Paranaguá e a FIEP na questão da abertura do porto aos transgênicos.

A agência de notícias da ALEP divulgou depoimento do deputado oposicionista Élio Rusch, do Democratas (DEM), afirmando que: “Depois que a Fiep se mostrou contrária à administração do Porto de Paranaguá, o Rocha Loures passou a ser considerado inimigo, tanto

que o governador apoiou uma outra chapa. Com o resultado, o governador Requião ganhou mais uma derrota” (ALEP, 2007). A relação entre Rocha Loures e Roberto Requião manteve-se abalada nos anos seguintes. Em 2012, Rocha Loures candidatou-se à prefeitura da cidade de São José dos Pinhais, onde localiza-se sua indústria de alimentos, pelo mesmo partido de Requião. Contudo não recebeu o apoio do, agora, senador. Segundo o jornal Vanguarda Política, Requião afirmou não poder apoiar a quem lhe “fez oposição durante oito anos” (CASTRO, 2012). Segundo o jornal, Requião destacou a postura da entidade sobre o PSMR. Requião teria afirmado que ajudou a eleger Rocha Loures em 2003, “[...] desbancando o grupo anterior ligado ao ex-governador Jaime Lerner”, mas que, então, passou a enfrentar “[...] uma campanha contra a então proposta de implantação do salário mínimo regional.” (CASTRO, 2007). Antes, em 2010, seu filho, Rodrigo Rocha Loures Filho, do PMDB, foi indicado para candidato a vice-governador na chapa de Osmar Dias (PDT). Essa decisão teria desagradado Requião. A Gazeta do Povo de 01 de julho de 2007 afirmava que tal indicação aumentava o conflito do governador com seu vice, Orlando Pessuti, que indicou Rocha Loures Filho (GAZETA DO POVO, 2007).

Apesar desse conflito, a presidência da FIEP buscava aproximar-se do Executivo, ao menos assim afirmava. Em 07 de outubro de 2007, a Gazeta do Povo relatava o desejo de “manter o diálogo”, expresso por Rocha Loures, com o governo do estado. O mesmo jornal afirmava que a FIEP já houvera, inclusive, iniciado essa aproximação, entregando uma “[...] proposta de política industrial [...] ao governo estadual” (RIOS, 2007). Rocha Loures teria, então expressado o desejo de que o estado “[...] apresente soluções para a modernização da infra-estrutura logística e que estabeleça marcos regulatórios que permitam novos investimentos por parte da iniciativa privada” (RIOS, 2007).

Deste modo, verifica-se como a presidência da FIEP buscou mecanismos alternativos de pressão, aqui entendida como *lobby*, para além de sua relação com o Legislativo, dirigindo-se diretamente ao Executivo. Essa relação, contudo, foi muitas vezes conflituosa, uma vez que envolvia interesses divergentes, como a implementação do PSMR. De qualquer modo, identifica-se a pressão, ou *lobby*, exercido pela entidade, estando, este exame dos padrões de ação política da FIEP, de acordo com o que houvera sido encontrado por Paulo R. N. Costa para a ACSP e Fecomércio-SP. Naquele caso, destaca-se, desde encontros entre membros do governo e da entidade, passando pela presença em Fóruns, Conselhos, até a presença de integrantes da entidade em cargos do Executivo estadual (COSTA, 2003, pp. 127-131).

No Paraná, a Agência Estadual de Notícias (AEN) disponibiliza arquivos somente desde o ano de 2011. Esse foi o primeiro ano de gestão do governador Carlos Alberto (Beto) Richa (PSDB), opositor do antigo governador. No dia 14 de fevereiro de 2011, a Agência divulgou um encontro entre o governo, na liderança do secretário da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, Ricardo Barros (PP) com lideranças da FIEP. Recorda-se que Ricardo Barros esteve presente no conflito entre governo e Rocha Loures nas eleições da entidade de 2007, apoiando a chapa vencedora da Federação. Nessa reunião, esteve presente, também, o presidente Rodrigo da Rocha Loures. Sobre os acordos firmados, destaca a AEN, Rocha Loures afirmou que: “Temos três linhas principais: educação, inovação e desenvolvimento local. É muito importante essa articulação da indústria com as forças do governo estadual. Estamos abertos a essa cooperação” (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS, 2011b). O mês de março de 2011 foi profícuo no estabelecimento das relações entre o novo governo e a entidade. A AEN divulgou notícias de reuniões e acordos firmados no Programa Paraná em Ação, na área de desenvolvimento local, e com a Secretaria de Educação. (AEN, 2011a,c)

Essas relações entre Executivo e FIEP apontam para as formas de *lobby* que a entidade buscou exercer em relação ao Executivo. Um exemplo da participação da entidade representativa da indústria, ainda durante o governo anterior à 2011, foi a implementação da Política de Desenvolvimento Produtivo do Paraná (PDP) e a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento Produtivo (CEDP). Ainda que assinadas já pelo vice-governador Orlando Pessuti, essas iniciativas partiram de acordos entre o Governo do Estado, a FIEP e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e passaram a ter como integrantes do conselho, membros do Governo e da FIEP (CASA CIVIL, 2010).

Tem-se, portanto, uma série de tentativas por parte de membros da diretoria, aqui visto na própria figura do presidente da entidade, de aproximação ao Executivo estadual, visando obter resultados positivos para os interesses da entidade representativa do empresariado industrial paranaense. Registra-se, contudo, que não se pode verificar unanimidade dentro da entidade, como se viu nas eleições de 2007. Ainda assim, a FIEP apresentou alguns interesses uniformizados, sobretudo em relação a assuntos econômicos, atuando unitariamente no seu encaixe.

Deste modo, pode-se verificar que esta entidade sindical patronal do estado do Paraná, que possui mecanismos desenvolvidos de pressão e *lobby* em relação ao Legislativo estadual, vendo nesse poder um importante ator na formulação de políticas públicas, pode reconhecer a agenda diferenciada e negociada entre o Legislativo e o Executivo. Assim, quando se tratou de

um tema fora da alçada do parlamento, buscou formas alternativas, visando influenciar as decisões do Executivo, seja utilizando-se, para isso, da imprensa, de canais de comunicação na própria ALEP, ou por um contato mais direto e pessoal. Ainda assim, a política do PSMR apresentou-se como ponto central do programa do Executivo, não somente no Paraná, culminando na dificuldade não transpassada que a FIEP encontrou para barrar ou amenizar sua implantação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um texto de 2009, Bresser-Pereira e Eli Diniz verificaram uma crescente preocupação com a macroeconomia e, decorrente disso, uma maior atuação política do empresariado nos anos 2000, que deixou de manter preocupações somente com interesses particularistas e imediatistas. Nessa constatação, destacaram, entre as entidades estaduais, a ação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná durante a presidência de Rodrigo Costa da Rocha Loures (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 95). Disso decorreu, a necessidade de exame dos padrões de ação política dessa entidade.

Assim, buscou-se examinar a capacidade de organização e os padrões de ação política da FIEP, observando-se seu modo de atuação para fazer prevalecer suas preferências, para o que se teve em vista o sucesso/insucesso de suas posições manifestas em relação, sobretudo, ao Legislativo estadual, mas também ao Executivo. Em consequência disso, um tema que percorreu a pesquisa foi a “tese da debilidade política da indústria no Brasil” que indicava a fragilidade de ação e sucesso das entidades de representação patronal, criticada em trabalhos recentes.

Portanto, foram abertas três frentes de análise, visando examinar os padrões de ação política da FIEP. Privilegiou-se as relações com o Legislativo, mas, também, verificou-se a atuação frente à sociedade e ao Executivo.

O fato de se haver privilegiado as relações com o Legislativo, deveu-se, além da maior importância que esse Poder passa a receber (DINIZ & BOSCHI, 2000, p.23) à dedicação da entidade para a pesquisa da produção legislativa estadual, do que, verificou-se, um conjunto de ações, além de posicionamento político. Além disso, confirmou-se o indicado pela literatura, o empenho que as entidades representativas de classe dão aos Legislativos estaduais, dada a responsabilidade na normatização de políticas públicas estaduais dessas casas (TOMIO; RICCI, 2012, p.211). Esta confirmação também acompanhou a hipótese sugerida a partir das proposições de Figueiredo e Limongi, Fabiano Santos, Tomio e Ricci e Andressa Terra França, da existência de autonomia das ALs, sem que essas se caracterizassem por uma blindagem que tornaria os deputados como meros homologadores das decisões do Executivo em troca de prerrogativas paroquialistas.

Aqui, pelo contrário, confirmou-se a hipótese da agenda diferenciada/negociada entre o Executivo e o Legislativo, mas com um Legislativo como importante ator na produção de políticas públicas e, então, alvo da pressão de grupos, eleitores e Executivo. Verificou-se a predominância de temas de caráter “social” na agenda legislativa enquanto a agenda do Executivo girou, predominantemente, em torno de temas da “administração”. Esse fator pode explicar a atuação da FIEP em relação ao Piso do Salário Mínimo Regional (PSMR), praticamente não abordado nas ALIEP, mas, não negligenciado. Verificou-se a preferência dada pela entidade patronal em promover essa pressão quanto ao tema na imprensa, publicamente na ALEP ou na sua formação de lideranças políticas, o que pode representar *lobby* sobre o Executivo, dono da prerrogativa institucional de proposição de leis referentes ao PSMR. O tema do PSMR não foi, praticamente, abordado na relação com o Legislativo nem com a sociedade. As posições da FIEP em relação ao PSMR foram, em grande medida, observadas pela imprensa, seja oficial ou privada. Uma das explicações para a ausência do tema na relação com o Legislativo é encontrada exatamente no reconhecimento, pela FIEP, da qualidade diferenciada da agenda de cada um dos Poderes.

Não obstante, as relações entre FIEP e Executivo não se resumiram a esse tema. Verificou-se como a entidade privilegiou uma relação direta entre membros de sua cúpula e do Executivo. Ainda que se tenha observado uma relação conflituosa, sobretudo atravessada pelo tema do PSMR, sobre o qual a entidade se opunha enquanto o Governo do Estado o tinha como uma de suas principais bandeiras, pode-se perceber desde relações pessoais até a participação de membros da FIEP no governo. De todo modo, é possível identificar o exercício de pressão, ou, mais especificamente para esse caso, de *lobby* pela entidade.

No que se refere à intervenção junto à sociedade, verificou-se que a entidade atuou no período estudado, sobretudo, por meio da Rede de Participação Política. Isto propiciou pensar os padrões de ação política da entidade, verificando-se, contudo, uma experiência mais constante da gestão Rocha Loures.

As ações promovidas pela FIEP apresentaram uma natureza não-isolada, envolvendo várias entidades de diferentes setores, como instituições de Ensino Superior (Vigilantes da Democracia) e empresas. A entidade sindical assumiu custos de ação política, formulando uma série de iniciativas, muitas vezes inovadoras, para configurar-se como representante do empresariado local, ou para atrair a simpatia e defender suas preferências. A Rede de Participação Política foi a locomotiva do estabelecimento de um padrão de ação propositivo, e de formação, em relação à sociedade e não somente às instituições que controlam a agenda do



processo decisório. Deste modo, atuou na coordenação de ações diretamente com a sociedade, não sendo, apenas, responsável por defender as preferências da indústria, como se fossem interesse da própria sociedade, mas extrapolando a pressão direta ao poder público. As ações da FIEP caracterizaram-se, também, pela integração entre elas, o que pode indicar a presença de um padrão complexo de atuação. Nesse sentido, pode-se verificar ações como o Movimento A Sombra do Imposto, iniciativa que procurou mobilizar a sociedade em torno dos temas considerados pertinentes, como a “corrupção” e a “alta carga tributária”. Outra iniciativa de destaque, o Programa Lideranças Empresariais na Política, visou formar lideranças políticas capazes de fortalecer a ação política “da Indústria” (FIEP).

Assim, o sucesso ou insucesso dos projetos não pode ser descrito como medida para a ação ou não da entidade e torna-se difícil achar o percentual exato para afirmar sua força ou debilidade. Neste caso, percebeu-se que a hipótese sugerida, de que poderia considerar-se forte, ao se verificar um alto índice de sucessos em relação aos PLs, de acordo com seu posicionamento “convergente” ou “divergente”, precisaria considerar a qualidade dos sucessos e insucessos e comparar a outros setores. Verificou-se, então, que a maior parte dos insucessos devia-se a PLs não aprovados (sendo convergentes aos interesses da entidade). Do número total de PLs, 66,8% foram arquivados. Quando considerados os insucessos, 91,9% eram PLs com posição convergente.

Ao se buscar outros setores, no caso, Indústria e comércio, Agricultura e Bancos, enquanto setores econômicos, e Cultura, Direitos humanos e Educação, enquanto setores nãoeconômicos, para ver-se a quantidade de PLs transformados em novas normas jurídicas, podese perceber, em grande medida, para esses assuntos, um valor próximo ou mesmo menor a cerca de 1/3, tal qual o índice de sucesso nas ALIEP. É possível, desse modo, reconhecer o valor de 1/3 de sucessos obtidos pela entidade como significativo, desde que considerada a qualidade do padrão de ação política da entidade.

Assim, considerando que a FIEP mobilizou, mais que empresários, a sociedade, caracterizando uma ação inusitada de valorização de uma concepção acerca da política, considera-se que se estabeleceu como influente grupo de interesse e pressão. Verifica-se, portanto, a atuação da Federação das Indústrias do Paraná para além de um grupo de interesse, uma vez que se dedicou a exercer pressão e, também, conforme esperado, *lobby*.

Sugeriu-se, sustentando-se na literatura, uma tipologia para os grupos de interesse, pressão e *lobby*. Tal diferença foi estabelecida, sobretudo, pela atuação do grupo. Deste modo, enquanto os grupos de interesse caracterizam-se por um comportamento uniformizado,

compartilhando de preferências comuns, tornam-se grupos de pressão ao pressionar a sociedade e o poder público em relação às suas preferências (MAYNAUD, 1966; DAHL, 1989; TRUMAN, 1951). No caso de *lobby*, por buscar constranger especificamente membros do Legislativo e do Estado em favor de suas preferências – característica tradicional dos grupos em sistemas pluralistas.

Estabelecer tal natureza para a FIEP deve-se às suas características de organização e ação. A Federação mostrou-se capaz de assumir os custos para ações políticas, visando nortear a ação do empresariado industrial, apresentando-se como representante desse. A FIEP apresentou-se, deste modo, como grupo que atuou com objetivo de interferir na agenda e criar um ambiente favorável às suas preferências e interesses, defendidos pela entidade como “interesses da indústria”, perante demais grupos e cidadãos, pressionando, desse modo, também o Estado. A hipótese de que se constitui como grupo de pressão, e, anteriormente, interesse político, é verificada de modo positivo por meio das formas de organização e ação da entidade. Observou-se, também, que a FIEP foi capaz de organizar-se para pressionar o Estado, seja o Legislativo, assumindo os custos de produzir um anuário para coordenar sua ação, assim como o Executivo, dirigindo-se à imprensa ou promovendo um programa de formação de lideranças políticas. Deste modo, também atuou por meio de *lobby*.

Contudo, ainda que não se identifique um fracasso em sua ação, não se pode verificar os mesmos índices de sucesso encontrados para a CNI nos anos finais de 1990 e início de 2000. Ainda assim, corrobora-se as críticas à “tese da debilidade política da indústria”, dada, sobretudo, a capacidade de organização, assumindo os custos para isso. Verificou-se como a FIEP estabeleceu um padrão de ação considerado inusitado, uma vez que fora da relação com as instituições do processo decisório, mas em relação direta com a sociedade. Também se averiguou que a entidade visou promover uma valorização da política a partir de seus próprios valores e preferências, coordenando uma série de ações de formação política de jovens e de desenvolvimento local em comunidades. Buscou atuar, nessa frente, sem ligação com o poder público, mas como *entrepreneur*.

Em vista disso, considerando-se, a atuação da FIEP, como seu monitoramento da política, do processo legislativo ou de formação de lideranças, pode-se constatar o inverso da argumentação tradicionalmente aceita por parte da literatura, de que as entidades subnacionais de representação empresarial atuam tendo por objetivo os “[...] interesses imediatos das entidades, ficando de fora as questões relacionadas a processos de longo prazo que ultrapassem o cotidiano das atividades empresariais, como, por exemplo, a reforma política.” (COSTA;

ROKS; SANTOS FILHO, 212, p.235). Isso vale pelo menos para o Paraná, onde a FIEP assumiu os custos de uma ação dirigida à sociedade e às instituições do processo decisório (Legislativo e Executivo), defendendo, até mesmo, uma reforma política. Ainda que esses autores apontem para a Rede de Participação Política como uma “exceção que confirma a regra”, quando se verifica sua integração às demais formas de atuação, pode-se perceber um padrão de ação política, isto é, um padrão adotado pela entidade para defender suas preferências, interesses ou, mesmo, valores referentes à política no estado, ocupando, pelo menos, um recorte temporal de, aproximadamente, uma década.

Esses resultados, entretanto, limitam-se à ação da Federação das Indústrias do Paraná, que ainda que seja um caso a ser melhor observado, como proposto por Bresser-Pereira e Eli Diniz (2009), pode não refletir a realidade das entidades representativas da indústria no país. Disso decorre a necessidade de outros trabalhos que pensem os padrões de ação política de outras entidades representativas estaduais e suas relações com as ALs. Outro ponto negligenciado por este trabalho, mas nem por isso pouco pertinente, refere-se à necessidade de se verificar o processo legislativo em outros estados do país. Viu-se que no Paraná uma menor quantidade de PLs tornam-se novas normas jurídicas em relação àqueles que são arquivados. Esses dados poderiam contribuir para o entendimento do processo legislativo no âmbito subnacional no Brasil. Por fim, este trabalho ocupou-se do período da presidência de Rocha Loures (2003-2011), sem que se realizasse uma comparação com períodos anteriores ou posteriores. Sugere-se, o que, contudo, precisaria ser melhor avaliado, que as ações proativas e, assim, inusitadas da FIEP, caracterizadas por um movimento em direção à sociedade, tenham se concentrado nesse período, sem que se possa verificar um padrão similar em outras Federações ou mesmo fora desse recorte.

Este trabalho ocupou-se da relação entre empresários e o regime democrático no Brasil. Verificou-se a importância do modelo pluralista-corporativista no país, assim como uma presença central do parlamento na relação entre os grupos de interesse/pressão/*lobby* e a formulação de políticas públicas (ainda que oriundas do Executivo). O empresariado apresentou-se como significativo ator político, extrapolando uma pressão por temas imediatos ou particularistas. Muitas vezes apresentou um conjunto de ações proativas em relação à sociedade, estabelecendo-se como um “empreendedor político”. Por sua vez, o parlamento, mesmo subnacional, muitas vezes apresentado como mero homologador do Executivo, expôs-se como uma importante arena em que os vários grupos de interesse visam influenciar. Não obstante, apresentou-se como atento aos eleitores, sem uma blindagem que os protegesse, ainda

que pressionado por grupos organizados e pelas prerrogativas institucionais do Executivo. Assim, pode-se concluir pela presença de um modelo não-insulado.

A presença de grupos organizados de um lado, pressionando por suas preferências, e a ausência de blindagem aos parlamentares de outro, possibilitando a pressão por eleitores, aponta para a possibilidade de uma maior participação política dos cidadãos desde que promova-se incentivos nessa direção. De outro modo, o parlamento estadual é bastante sensível à atuação lobística de grupos organizados.

## REFERÊNCIAS

BIANCHI, Álvaro. Crise e representação empresarial: o surgimento do Pensamento Nacional de Bases Empresariais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, nº 16, p. 123-142, jun. 2001.

\_\_\_\_\_. **Hegemonia em construção: a trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais**. 226 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, CampinasSP, 1999.

BORCHERT, Jens. Ambition and Opportunity in Federal Systems: The Political Sociology of Political Career Patterns in Brazil, Germany and the United States. **American Political Science Association (APSA)**, Toronto, p. 1-21, 2009. Disponível em <SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1450640>> Acesso em 20/06/2013 as 14:35.

BOSCHI, Renato R. **Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil**. Trad.: Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado Industrial, Democracia e Poder Político. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, nº.84, p.83-99, 2009.

CARDOSO, Fernando H. Estado e Sociedade no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Autoritarismo e Democratização**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 165 – 186.

COSTA, Paulo R. Neves. **Empresariado e Democracia no Brasil (1984 - 1994)**. 378 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2003.

COSTA, Paulo R. Neves; FRANÇA, Andressa S. T. Da Responsabilidade Social à Responsabilidade Política: A Rede de Participação Política. In: DALLA COSTA, Armando et. al. **Desenvolvimento e crise na América Latina**. Curitiba: CRV, 2012, p. 179-200.

COSTA, Paulo R. Neves; ROKS, Tiago Júnior; SANTOS FILHO, Guatimozin de Oliveira. Recrutamento, Valores e Padrões de Ação Política da Elite Empresarial. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 43, p. 221-246, 2012.

COUTO, Cláudio. Negociação, decisão e governo: padrões interativos na relação ExecutivoLegislativo e o caso paulistano. In: ANDRADE, Regis de Castro (org.). **Processo de Governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo**. Editora da Universidade de São Paulo, 1998, p. 41-72.

DAHL, Robert A. Uma crítica do modelo de elite dirigente. In: **Sociologia Política II**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970, p. 90-100.

\_\_\_\_\_. **Who Governs? Democracy and Power in an American City**. New Haven and London: Yale University Press, 1989.

DINIZ, Eli. Corporativismo em transição. In: \_\_\_\_\_. **Crise, Reforma do Estado e Governabilidade: Brasil 1985-95**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 11-39.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Globalização, herança corporativa e representação dos interesses empresariais: novas configurações no cenário pós-reformas. In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000, p. 15-88.

\_\_\_\_\_. Globalização e Elites Empresariais: padrões alternativos de relações entre os setores Público E Privado no Brasil. In: 24º Encontro Anual da ANPOCS, 2000, Petrópolis-RJ. Anais do Encontro. Petrópolis-RJ. Disponível em:  
[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=455%3Aana%20is-do-encontro-st&catid=1047%3A24o-encontro&Itemid=357](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=455%3Aana%20is-do-encontro-st&catid=1047%3A24o-encontro&Itemid=357) Acesso em: 15/12/2014.

DOCTOR, Mahrukh. Business and Delays in Port Reform in Brazil. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 22, nº 2 (86), Abril-Junho 2002, p. 79-101.

EASTON, David. Teoria e pesquisa de comportamento. In: \_\_\_\_\_. **Uma teoria da análise política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968, p. 19-46.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FIGUEIREDO, Argelina C. LIMONGI, Fernando. Poder de agenda, disciplina e apoio partidário na Câmara dos Deputados. In: \_\_\_\_\_. **Executivo e Legislativo na nova ordem institucional**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 101-123.

FRANÇA, Andressa Silvério Terra. **A Assembleia Legislativa do Paraná: organização interna e processo decisório na 14ª Legislatura (1999-2002)**. 206 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

GOMES, Ângela M. de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IUPERJ, 1988.

GUNNELL, John G. The genealogy of american pluralism: from Madison to Behaveoralism. **International Political Science Review**. vol. 17. nº 3. 1996, p. 253-265.

HARDIN, R. Collective action and prisoner's dilemma. In: **Collective action**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982, p. 16–37.

IBM Corp. IBM SPSS Statistics for Windows, Version 21.0. Armonk, NY: IBM Corp, 2012.

LOURES, Rodrigo Costa da Rocha; SCHLEMM, Marcos Mueller; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim (org.). **Para o Brasil voltar a crescer: evidências, reflexões e caminhos**. Curitiba: Ibipex, 2007.

LUKES, Steven. **O Poder: curso de introdução à Ciência Política**. Brasília-DF: UnB, 1980.

MAYNAUD, Jean. **Os grupos de pressão**. Trad.: Pedro Lopes de Azevedo. Lisboa: EuropaAmérica, 1966.

MANCUSO, Wagner Pralon. O *Lobby* da Indústria no Congresso Nacional: Empresariado e Política no Brasil Contemporâneo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, nº 3, 2004, p. 505-547.

\_\_\_\_\_. **O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Edusp, 2007.

MANCUSO, Wagner P.; LEOPOLDI, Maria Antonieta P.; Iglecias, Wagner. **Estado, empresariado e desenvolvimentismo no Brasil: novas teorias, novas trajetórias**. São Paulo: Editora de Cultura, 2010.

MANCUSO, Wagner P.; OLIVEIRA, Amancio Jorge de. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. **Lua Nova**, nº.69, São Paulo, 2006, p. 147-172.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Dennison. A cultura dos assuntos públicos: o caso do “custo Brasil”. **Revista de Sociologia e Política**, nº 14, 2000, p. 139-161.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, 2007, p. 150-169.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. Trad.: Fabio Fernandez. São Paulo: EdUSP, 2011.

PIZZETA, Diego Eugênio. **A coalizão empresarial brasileira nas negociações da Alca**. 168 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SANTOS, André Marengo dos. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: tendências e descompassos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, p. 69-83, 2001.

SANTOS, Fabiano G. M. (org.). A dinâmica legislativa no estado do Rio de Janeiro: análise de uma legislatura. In: \_\_\_\_\_. **O poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2001, p. 163-188.

SANTOS, Fabiano G. M.; PEGURIER, Fabiano J. H. Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation. **Regional & Federal Studies**, v. 21, n. 2, p. 165-183, 2011.

SANTOS, Hermílio. Grupos de interesse e redes de políticas públicas: uma análise da formulação de política industrial. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**. Ano 2, nº 1, 2002.

SCHMITTER, Phillippe C. Development, Political Groups and Interest Politics. In: \_\_\_\_\_. **Interest Conflict and Political Change in Brazil**. Stanford-CA: Stanford University Press, 1971, p. 3-19.

SCHWARTZMAN, Simon. **As bases do autoritarismo brasileiro**. 4ªed. Rio de Janeiro: Publitz Soluções Editoriais, 2007.

SIABELIS, Peter & MORGENSTERN, Scott. Reclutamiento e Selección de Candidatos en América Latina. Un marco para análisis. In: FREIDENBERG, Flávia & SAEZ, M. A. **Selección de Candidatos, Política Partidista y rendimiento democrático**. México: Tribunal Electoral del Distrito Federal, Universidad Federal Autónoma de México e Instituto Iberoamérica, 2009.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo. Alfa-Ômega, 1976.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas; RICCI, Paolo. O Governo Estadual na Experiência Política Brasileira: os desempenhos legislativos das Assembléias Estaduais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, nº 41, p. 193-217, 2012.

TRUMAN, David. B. Groups and Society. In: \_\_\_\_\_. **Governmental Process: Political Interests and Public Opinion**. New York: Alfred A. Knopf, 1951, p. 11-44.

WOOTON, Graham. **Grupos de Interesse: Grupos de Pressão e “Lobbying”**. Trad.: Edmond Jorge. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

## OUTRAS FONTES:

AGÊNCIA ESTADO. Assembléia de SP define comissão do mínimo. 21 de março de 2001. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,assembleia-de-sp-definecomissao-do-minimo,20010321p36246> Acesso em: 26/07/2014 às 17:15.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS (AEN). AEN. Fiep vai ampliar a participação no programa Paraná em Ação. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=62604&tit=Fiep-vai-ampliara-participacao-no-programa-Parana-em-Acao> Acesso em: 17/07/2014 às 16:39.

AEN. Governo e Fiep vão fortalecer sistema produtivo paranaense. 14 de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=62037&tit=Governo-e-Fiepvao-fortalecer-sistema-produtivo-paranaense> Acesso em: 17/07/2014 às 16:20.

AEN. Secretaria da Educação e Fiep vão ampliar ações de formação profissional. 15 de março de 2011. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=62539&tit=Secretaria-daEducacao-e-Fiep-vao-ampliar-acoes-de-formacao-profissional> Acesso em: 17/07/2014 às 16:40.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (ALEP). Pesquisa Legislativa. Disponível em: [http://www.alep.pr.gov.br/atividade\\_parlamentar/pesquisa\\_legislativa](http://www.alep.pr.gov.br/atividade_parlamentar/pesquisa_legislativa).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ (ALEP). Notícias. Oposição Considera Vitória de Rocha Loures Derrota do Governo. Curitiba, 14 de agosto de 2014. Disponível em: [http://www.alep.pr.gov.br/sala\\_de\\_imprensa/noticias/11136-oposicaoconsidera-vitoria-de-rocha-loures-derrota-do-governo](http://www.alep.pr.gov.br/sala_de_imprensa/noticias/11136-oposicaoconsidera-vitoria-de-rocha-loures-derrota-do-governo) Acesso em: 17/06/2014 às 15:34.

CASA CIVIL. Decreto 8029, de 17 de Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=57833&indice=1&totalRegistros=27> Acesso em: 17/07/2014 às 16:29.

CASTRO, Elizabete. Requião diz que Rocha Loures fez oito anos de oposição ao governo do PMDB. **Vanguarda Política**. Curitiba, 19 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.vanguardapolitica.com.br/2012/07/requiao-diz-que-rocha-loures-fez-oito-anos-deoposicao-ao-governo-do-pmdb> Acesso em 17/06/2014 às 15:47.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA EAESP (GVes). Requião apóia chapa da oposição na Fiep. Disponível em: <http://www.gvces.com.br/> Acesso em 17/06/2014 às 15:13.

CEZÁRI, Marcos. Confira o que muda com o novo mínimo. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 01 de março de 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u377569.shtml> Acesso em: 25/07/2014 às 16:20.

COLUSSI, Joana. Líderes empresariais se ausentam de votação e centrais sindicais comemoram reajuste de 11,6%. 05 de abril de 2011. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/economia/noticia/2011/04/lideres-empresariais-seausentam-de-votacao-e-centrais-sindicais-comemoram-reajuste-de-11-6-3264627.html> Acesso em: 25/07/2014 às 15:32.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI), **Coalizão Empresarial Brasileira**. Disponível em: <http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF80808121B517F40121B54C1068470D.htm> Acesso em 11/12/2013 às 17:55.

Deputados discutem autoria do projeto. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 17 maio 2006. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=564391&tit=Deputadosdiscutem-autoria-do-projeto> Acesso em: 17/02/2014 às 16:45.

Empresário acusa Requião de interferir na Fiep. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 14 de agosto de 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1408200719.htm> Acesso em: 17/06/2014 às 15:28.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ (FIEP). Movimento A Sombra do Imposto. Disponível em: <http://www.fiepr.org.br/acoesinstitucionais/FreeComponent20774content172524.shtml.>> Acesso em 11/12/2013 as 16:39.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ (FIEP). Rede de Participação Política. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/acoes-institucionais/rede-de-participacaopolitica-1-20774-170386.shtml>> Acesso em 11/12/2013 às 16:33.

FIEP. **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba-PR: Federação das Indústrias do Paraná. 2005.

FIEP. **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba-PR: Federação das Indústrias do Paraná. 2006.

FIEP. **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba-PR: Federação das Indústrias do Paraná. 2007.

FIEP. **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba-PR: Federação das Indústrias do Paraná. 2008.

FIEP. **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba-PR: Federação das Indústrias do Paraná. 2009.

FIEP. **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba-PR: Federação das Indústrias do Paraná. 2010.

FIEP. **Agenda Legislativa da Indústria do Estado do Paraná**. Curitiba-PR: Federação das Indústrias do Paraná. 2011.

FIEP. Agência de Notícias. Disponível em: <http://www.agenciafiep.com.br/interna/noticia> Acesso em: 25/07/2014 às 15:34.

Força Sindical e Fiep iniciam debate do mínimo regional. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 13 abril 2006. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=554559&tit=ForcaSindical-e-Fiep-iniciam-debate-do-minimo-regional> Acesso em 17/02/2014 as 14:50.

FRANCO, Augusto de. **Alfabetização democrática: o que podemos pensar (e ler) para mudar nossa condição de analfabetos democráticos**. Curitiba: FIEP, Rede de Participação Política do Empresariado, 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Curitiba-PR, 2014. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/emprego\\_formal.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/emprego_formal.pdf) Acesso em 18/07/2014 às 16:08.

KOHLBACH, Karlos. Novo salário é justificativa para demissões de domésticas. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 10 maio 2006. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=562325&tit=Novosalario-e-justificativa-para-demissoes-de-domesticas> Acesso em: 17/02/2006 às 15:23.

LIMA, Caio Castro. Roberto Requião rompe apoio a presidente da Fiep. **Gazeta do Povo**, 29 de março de 2007. Disponível em:

<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=648556&tit=RobertoRequi-ao-rompe-apoio-a-presidente-da-Fiep> Acesso em: 17/06/2014 às 15:20.

Mínimo regional aumenta renda, mas onera empresa. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 02 maio 2006. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=559708> Acesso em: 17/02/2014 às 15:12.

NEVES, Daniela. Patrões estudam meios de derrubar mínimo regional. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 12 maio 2006. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=562827> Acesso em: 17/02/2014 às 15:29.

OBSERVATÓRIO DA INDÚSTRIA. Curitiba: FIEP, 2004-2012.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Regimento Interno**. Diretoria Legislativa. 3ª Seção Legislativa. 17ª Legislatura, 2013. Disponível em: [http://www.alep.pr.gov.br/sites/default/files/corpo/file/Regimento\\_Interno.pdf](http://www.alep.pr.gov.br/sites/default/files/corpo/file/Regimento_Interno.pdf) Acesso em: 01/07/2014.

PROJETO DE INICIATIVA POPULAR DE REFORMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA E ELEIÇÕES LIMPAS: por um sistema político identificado com as reivindicações do povo. Brasília-DF, 2013.

RIOS, Cristina. Presidente quer reaproximar a Federação do governador Requião. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 07 de outubro de 2007. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=702458&tit=Presidente-querreaproximar-a-Federacao-do-governador-Requiao> Acesso em: 17/06/2014 às 15:23.

Rocha Loures é vice de Osmar. Pessuti e Requião têm atrito. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 01 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?id=1020203> Acesso em: 17/06/2014 às 15:56.

Salário mínimo regional divide opiniões no Paraná. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 17 abril 2006. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=555660> Acesso em 17/02/2014 às 14: 58.

## ANEXOS

### Anexo 1: ALIEP

ALIEP-2005	posição entidade	situação ALEP	resultado ALEP	destino
PL 10/2003, do Deputado Tadeu Veneri (PT/PR), institui incentivo fiscal às indústrias que se instalem em municípios de baixa renda.	convergente	arquivado	insucesso	22/09/2005 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º - (REG INTERNO 2005)
PL 157/2004, do Deputado Mauro Moraes (PL/PR), autoriza o Poder Executivo a implantar salário mínimo de R\$ 400,00 em todo o território do Estado do Paraná.	divergente	arquivado	sucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)

PL 129/2003, do Deputado Augustinho Zucchi (PDT-PR), cria o Programa de Habitação Rural – PHR.	convergente	Arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 292/2004, do Deputado André Vargas (PT/PR), permite a transferência de crédito do ICMS a título de pagamento aos avicultores rurais e aos seus respectivos estabelecimentos rurais para aquisição de maquinários, implementos agrícolas, instalações, caminhões, insumos, pintainhos e materiais de embalagens, estilizados na cadeia produtiva.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	14/12/2006 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
PL 268/2003, do Deputado Augustinho Zucchi (PDT/PR), altera o item III e inclui o item IV no art. 5º; e altera o item I do artigo 10 da Lei nº 12.020 de 09 de janeiro de 1998 do Poder Executivo.	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	05/01/2005 VETADO TOTAL 24/11/2004 APROVADO 05/01/2005 DIRETORIA LEGISLATIVA
PL 382/2003, do Deputado Vanderlei Iensen (PMDB/PR), obriga as distribuidoras de combustíveis a colocar lacres eletrônicos nos tanques dos postos de combustíveis e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	24/08/2005 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR

PL 477/2003, do Deputado Artagão Júnior (PMDB/PR), dispõe sobre preços em desacordo com o anunciado ou exposto e os praticados por estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	4/05/2004 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
PL 44/2004, do Deputado Alexandre Khuri (PMDB/PR), obriga as concessionárias e revendedoras de veículos usados a informarem ao DETRAN sobre a operação de venda de veículos e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	22/09/2005 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º - (REG INTERNO 2005)
PL 192/2004, do Deputado Mauro Moraes (PL/PR), proíbe a cobrança de tarifa de assinatura aos usuários de telefone, no Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	14/12/2006 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
PL 05/2003, do Deputado Geraldo Cartário (PSL/PR), dispõe sobre a contratação de controladores de velocidade para fins de fiscalização nas rodovias estaduais.	convergente	arquivado	insucesso	22/09/2005 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º - (REG INTERNO 2005)
PL 266/2003, do Deputado Luiz Fernando Ribas Carli (PP/PR), proíbe a instalação e funcionamento de caça-níqueis em todo o território do Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 293/2003, do Deputado Mauro Moraes (PL/PR), define critérios para instalação de equipamentos de controle e fiscalização eletrônico de velocidade nas rodovias e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 693/2003, dos Deputados Waldir Leite (PPS/PR) e Ratinho Junior (PPS/PR), dispõe sobre a Universidade para o Desenvolvimento do Litoral do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 712/2003, do Deputado Hermas Brandão (PSDB/PR), disciplina regras para publicidade obrigatória de todos os atos públicos e privados no âmbito do Estado do Paraná.	convergente	lei sancionada	sucesso	28/12/2004 LEI SANCIONADA
PL 219/2003, do Deputado Luiz Fernando Ribas Carli (PP/PR), obriga a construção de 3ª e 4ª faixas pelas concessionárias de rodovias no Estado do Paraná, nos locais das estradas onde existir faixa contínua.	divergente	inconcluso	inconcluso	22/04/2003 DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA

PL 354/2003, da Deputada Luciana Rafagnin (PT/PR), dispõe sobre a proibição de construções de rodovias sem acostamento no Estado do Paraná, e dá outras providências.	divergente	arquivado	sucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 331/2003, do Deputado Rafael Greca (PMDB/PR), institui o combate à dendroclastia mediante a obrigatoriedade da instalação de cruzetas nos fios elétricos do perímetro urbano, segundo os critérios que determina, e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	22/09/2005 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º - (REG INTERNO 2005)
PL 702/2003, do Deputado Artagão de Mattos Leão Junior (PMDB/PR), autoriza a instalação da Usina Termoelétrica, localizada no Distrito Industrial de Atalaia, no município de Guarapuava.	divergente	arquivado	sucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 147/2003, do Deputado Nereu Moura (PMDB/PR), considera relevante, no impacto sócio-ambiental, o remanejamento e reassento de contingente populacional em área onde são implantados empreendimentos de barragens no Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 176/2004, do Deputado Artagão Júnior (PMDB-PR), estabelece a obrigatoriedade de sinalização em rios mananciais de abastecimentos.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 417/2003, do Deputado José Maria Ferreira (PDT/PR), institui a obrigatoriedade de programas de reciclagem de lixo em todos os municípios do Estado do Paraná e dá outras providências.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 233/2004, do Deputado Natálio Stica (PPB/PR), dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas.	divergente	arquivado	sucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 377/2003, do Deputado Waldir Leite (PPS/PR), institui o programa de Incentivo ao Custeio do Ensino Superior no Estado do Paraná e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 13/2004, do Deputado Alexandre Khury (PMDB/PR), dispõe sobre a criação	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	5/01/2005 VETADO TOTAL

e implantação do índice paranaense de responsabilidade social - IPRS.				
PL 25/2003, da Deputada Luciana Rafagnin (PT/PR), isenta os municípios do Estado do Paraná, do pagamento de ICMS na aquisição de máquinas, veículos e caminhões novos.	convergente	arquivado	insucesso	22/09/2005 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º - (REG INTERNO 2005)
PL 267/2003, do Deputado Reni Pereira (PSB/PR), institui o Programa Emprego a Vida Toda, para estimular o emprego de jovens sem experiência profissional e de pessoas com mais de 40 anos de idade.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 12/2004, da Deputada Reni Pereira (PSB/PR) concede atualização monetária aos créditos do ICMS, na forma que especifica.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	22/09/2005 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º - (REG INTERNO 2005)
PL 22/2004, do Deputado Jocelito Canto (PTB/PR), dispõe sobre a redução da alíquota do ICMS nas operações internas com brinquedos educativos para 7,5%.	convergente	arquivado	insucesso	22/09/2005 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º - (REG INTERNO 2005)
PL 29/2004, do Deputado Jocelito Canto (PTB/PR), dispõe sobre a redução da alíquota do ICMS nas operações internas para empresas que usam lixo reciclado como matéria-prima em seus produtos.	convergente	arquivado	insucesso	22/09/2005 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º - (REG INTERNO 2005)
PL 125/2004, do Deputado Reni Pereira (PSB/PR), institui incentivo fiscal para compensar o valor do pedágio pago no transporte rodoviário de cargas.	convergente com ressalvas	inconcluso	inconcluso	22/04/2004 DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO
PL 368/2004, do Poder Executivo, dispensam de pagamento de impostos sobre propriedade de veículos automotores – IPVA, automóveis passíveis de apropriação indébita, e dos créditos tributários os automóveis leiloados pelo DETRAN em condição de sucata.	convergente	lei sancionada	sucesso	02/12/2004 LEI SANCIONADA
PL 421/2004, do Poder Executivo, estabelece mudanças na Lei 14.260 de 22 de dezembro de 2003, dispensando do pagamento de IPVA sobre embarcações e aeronaves.	convergente	lei sancionada	sucesso	15/12/2004 LEI SANCIONADA



PL 726/2003, do Deputado Plauto Miro Guimarães (PFL/PR), prevê tarifa diferenciada para a demanda noturna de energia elétrica por estabelecimentos consumidores industriais, comerciais ou prestadores de serviços, urbanos ou rurais no desenvolvimento ou ampliação de sua atividade produtiva.	convergente	arquivado	insucesso	22/09/2005 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
PL 278/2004, do Deputado Rafael Greca de Macedo (PMDB/PR), dispõe sobre a isenção da cobrança de taxa na expedição da 1ª carteira de identidade a todos os cidadãos que ainda não possuem registro perante o instituto de identificação do Estado do Paraná e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	22/09/2005 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º - (REG INTERNO 2005)
PL 59/2003, do Deputado Dr. Luciano Ducci (PSB/PR), dispõe sobre a isenção de tarifas dos serviços públicos de energia elétrica e água para famílias de baixa renda no Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 151/2003, do Deputado Mauro Moraes (PL/PR), dispõe sobre a gratuidade na expedição de carteiras de identidade para pessoas carentes e desempregados.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 449/2003, do Deputado Mauro Moraes (PL/PR), autoriza o poder executivo a implantar assistência psicológica e psicopedagógica nos estabelecimentos de ensino público e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 541/2003, do Deputado Angelo Vanhoni (PT/PR), institui o programa estadual de auxílio ao estudante do ensino médio profissionalizante e do ensino superior, através de um programa de crédito educativo, mediante a criação do fundo estadual de financiamento ao estudante do ensino médio profissionalizante e do ensino superior – FEMESPR.	convergente	prejudicado/arquivado (76/03)	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005) - 76/2003
PL 624/2003, do Deputado Miltinho Pupio (PSDB/PR), autoriza o Poder Executivo a determinar como prioridade a instalação de telefones públicos em vilas rurais no Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)

PL 168/2004, do Deputado Luiz Accorsi (PSDB/PR), institui a disciplina de educação ambiental no ensino público estadual.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 24/2003, da Deputada Luciana Rafagnin (PT/PR), autoriza o Poder Executivo a criar, junto à secretaria de segurança pública, serviço especializado de atendimento para receber denúncias de violência contra a mulher, criança e adolescente.	convergente	inconcluso	inconcluso	sem informações
PL 554/2003, do Deputado Rafael Greca (PMDB/PR), dá continuidade ao Programa Violência Zero, impondo ao poder público estadual a criação de programas de assistência ao idoso, via telefone, segundo os critérios que determina, e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 649/2003, do Deputado Mauro Moraes (PL/PR), dispõe sobre o desemplacamento de veículos automotores.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 178/2003, do Deputado Ratinho Júnior (PPS/PR), dispõe sobre os usuários dos serviços públicos de saúde.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 277/2003, do Deputado Padre Paulo Campos (PT/PR), torna obrigatória a exibição de filme publicitário esclarecendo as conseqüências do uso de drogas antes das sessões principais, em todos os cinemas do Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 650/2003, do Deputado Mauro Moraes (PL/PR), autoriza o Poder Executivo a instituir o 'Programa de Prevenção e Conscientização do Alcoolismo Juvenil' no Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PL 581/2003, do Deputado Padre Paulo (PT/PR), dispõe sobre a divulgação das receitas tributárias e execução orçamentária dos órgãos públicos estaduais na internet.	convergente	arquivado	insucesso	14/12/2006 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
PL 642/2003, do Deputado Durval Amaral (PFL/PR), altera a redação da Lei nº 14.156, de 15 de outubro de 2003, estimula o	convergente	arquivado	insucesso	18/02/2004 ARQUIVADO

pagamento de débitos tributários, permitindo que os honorários advocatícios devidos nas ações de cobrança executiva, sejam parcelados no mesmo número de prestações concedidas para o pagamento do respectivo débito fiscal.				PEDIDO DO AUTOR
PL 306/2004, do Deputado Rafael Greca (PMDB/PR), dispõe sobre a prioridade na tramitação dos processos e procedimentos administrativos de interesse de idosos e dá outras providências.	convergente	lei sancionada	sucesso	31/05/2006 LEI SANCIONADA
ALIEP - 2006	posição entidade	situação ALEP	resultado ALEP	destino
Projeto de Lei 375/2005 Autor: Dep. Rafael Greca (PMDB) Ementa: Institui o Programa de Produção do Biodiesel Paranaense e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 382/2005 Autor: Dep. José Domingos Scarpelini (PSB) Ementa: Revoga a Lei nº. 14.525/2004 (obrigatoriedade do uso de lacre na parte de fora das latas e garrafas).	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 92/2005 Autor: Poder Executivo Ementa: Altera Lei nº. 12.020/1998, que dispõe sobre a distribuição dos recursos destinados ao Fundo Paraná, e a administração desta entidade.	convergente	lei sancionada	sucesso	18/05/2006 LEI SANCIONADA
Projeto de Lei 530/2005 Autor: Dep. Ângelo Vanhoni (PT) Ementa: Institui o Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 38/2005 Autor: Dep. Durval Amaral (PFL) Ementa: Institui normas para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito Estadual.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 276/2005 Autor: Dep. Cida Borghetti (PPB) Ementa: Fica Instituído o Programa de Incentivo ao Esporte, no âmbito do Estado do Paraná.	convergente com ressalvas	lei sancionada	sucesso	12/09/2006 LEI PROMULGADA
Projeto de Lei 464/2005 Autor: Dep. Ratinho Junior (PPS). Ementa: Estabelece a exigência de utilização de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns.	convergente	lei sancionada	sucesso	12/05/2006 LEI SANCIONADA
Projeto de Lei 278/2005 Autor: Dep. Delegado Bradock (PMDB) Ementa: Institui a obrigatoriedade de realização de perícia anual, com a apresentação dos respectivos laudos técnicos, em pontes e viadutos	convergente com ressalvas	sem informação	sem informação	

integrantes das rodovias e estradas estaduais.				
Projeto de Lei 402/2005 Autor: Dep. Geraldo Cartário (PSL) Ementa: Ficam alterados dispositivos da Lei nº 13.032/2000, alterada pela Lei nº 13.399/2001, que criou o Fundo Estadual de Conservação Rodoviária.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/11/2006 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 423/2005 Autor: Dep. Dobrandino da Silva (PMDB) Ementa: Fixa prazo de vida útil de veículo para transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento.	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	23/11/2005 APROVADO / 27/12/2005 VETADO TOTAL
Projeto de Lei 55/2005 Autor: Dep. Alexandre Khury (PMDB) Ementa: Autoriza a reativação das centrais hidrelétricas de Saci e Cotia, situadas no município de Antonina.	convergente	inconcluso	inconcluso	DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO
PDL 03/2005 Autor: Dep. Elio Rusch (PFL) Ementa: Susta os efeitos do Decreto nº 3.320, de 12/07/2004 , que aprovou os critérios, normas, procedimentos e conceitos aplicáveis ao SISLEG.	convergente	arquivado	insucesso	31/01/2007 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 379/2005 Autor: Dep. Delegado Bradock (PMDB) Ementa: Dispõe sobre incentivo fiscal para as pessoas jurídicas domiciliadas no Estado do Paraná.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 702/2005 Autor: Dep. Pedro Ivo Ilkiv (PT) Ementa: Institui o Programa Paranaense de Recompensa Ambiental.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 343/2005 Autor: Poder Executivo Ementa: Altera dispositivos da lei nº. 12.726/1999, a fim de proporcionar condições organizacionais e administrativas no sentido de que a SUDERHSA – Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos, exerça funcionalmente as atribuições a ela cometidas pelo decreto nº. 1.651/2003.	divergente	arquivado	sucesso	15/12/2005 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
Projeto de Lei 78/2005 Autor: Dep. Mauro Moraes (PMDB/PR) Ementa: implanta o Programa Lixo Reciclado na Escola, na rede pública estadual de ensino.	convergente	inconcluso	inconcluso	10/03/2005 DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO 10/03/2005 COMIS
Projeto de Lei 574/2005 Autor: Dep. Miltinho Pupio (PSDB) Ementa: Institui a Lei de Responsabilidade Social, que estabelece em 5% a alíquota de ICMS para empresas que venham a exercer atividade industrial e de capacitação de pessoal	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)

nas penitenciárias industriais do Estado do Paraná				
Projeto de Lei 25/2003 Autor: Deputada Luciana Rafagnin (PT/PR) Ementa: Isenta os municípios do Estado do Paraná do pagamento de ICMS na aquisição de máquinas, veículos e caminhões novos.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	22/09/2005 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 12/2004 Autor: Deputado Reni Pereira (PSB/PR) Ementa: Concede atualização monetária aos créditos do ICMS.	convergente	arquivado	insucesso	22/09/2005 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 110/2005 Autor: Dep. Hermas Brandão (PSDB) Ementa: Permite o pagamento ou a compensação dos débitos de ICMS, decorrentes das operações de importação e inscrito em dívida ativa, por meio de precatórios do Estado do Paraná.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	28/04/2005 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
Projeto de Lei 608/2005 Autor: Dep. Durval Amaral (PFL) Ementa: Dispõe sobre questões relativas à administração tributária do ICMS.	convergente	arquivado	insucesso	23/11/2005 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
Projeto de Lei 689/2005 Autor: Dep. Jocelito Canto (PTB) Ementa: Dispõe sobre o parcelamento débitos junto à Receita Estadual	convergente	arquivado	insucesso	20/11/2006 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 407/2005 Autor: Dep. Hermas Brandão (PSDB) Ementa: Acrescenta alínea "Z", ao inciso II do art. 14, da lei nº. 11.580/1996. Síntese: Diminui a alíquota de 18% para 12% de ICMS para os produtos classificados na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias: assentos (9401); móveis (9403); suportes elásticos para camas (9404.10); colchões (9494.2); e mobiliário para medicina, cirurgia, odontologia ou veterinária (código 94.02).	convergente	arquivado	insucesso	20/11/2006 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 324/2005 Autor: Dep. Hermas Brandão (PSDB) Ementa: Altera a redação do art. 4º da Lei nº. 13.976/2002, alterada pela Lei nº. 14.278/2004, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/11/2006 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 564/2005 Autor: Dep. Hermas Brandão (PSDB) Ementa: Fixa o valor da Taxa de Coleta e Tratamento de Esgoto, cobrada pela SANEPAR, em até 50% sobre o montante do valor da fatura de água.	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	13/12/2005 APROVADO CIDA BORGHETTI 23/01/2006 ENCAMINHADO À SANÇÃO 08/02/2006 VETADO TOTAL

Projeto de Lei 258/2005 Autor: Dep. Carlos Simões (PTB) Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.	convergente	lei sancionada	sucesso	01/06/2006 LEI SANCIONADA
Projeto de Lei 231/2005 Autor: Dep. Padre Paulo (PT) Ementa: Assegura aos assentados do MST, como cota universitária de inclusão social, 06 vagas nas universidades públicas estaduais de ensino superior do Estado do Paraná.	divergente	arquivado	sucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 546/2005 Autor: Dep. Carlos Simões (PTB) Ementa: Implanta o Programa de Alimentação Especial nas Escolas da Rede Pública do Estado.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 206/2005 Autor: Dep. Arlete Caramês (PPS) Ementa: Obriga hospitais e maternidades públicas e privadas do Paraná a exigirem apresentação de certidão de nascimento dos recém-nascidos na alta das gestantes.	convergente	aprovado	sucesso	19/06/2006 APROVADO O PROJETO 26/06/2006 ENCAMINHADO À PROMULGAÇÃO
Projeto de Lei 336/2005 Autor: Dep. Mauro Moraes (PMDB/PR) Ementa: Dispõe sobre a concessão de subvenção para compra de aparelhos aos portadores de deficiência especial.	convergente	arquivado	insucesso	20/11/2006 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 125/2005 Autor: Dep. Valdir Rossoni (PSDB) Ementa: Dispõe sobre aprovação prévia, pelo legislativo, da escolha do titular da administração dos portos de Paranaguá e Antonina - APPA.	convergente	arquivado	insucesso	14/12/2006 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
Projeto de Lei 127/2005 Autor: Dep. Tadeu Veneri (PT) Ementa: Veda nomeações de parentes de agentes políticos para cargos comissionados na Assembléia Legislativa do Paraná, Tribunal de Contas do Paraná e Poder Executivo.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 327/2005 Autor: Tribunal de Contas Ementa: Regulamenta o inciso VIII e parágrafo 3º do artigo 75 da Constituição Estadual, que dispõe sobre o controle externo exercido pela Assembléia Legislativa com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TC.	divergente	arquivado	sucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
ALIEP - 2007	posição entidade	situação ALEP	resultado ALEP	destino
Projeto de Lei 108/2006 Autor: Dep. Aílton Araújo (PPS) Ementa: Autoriza o Poder Executivo a mover ação judicial contra as indústrias [de cigarro] que menciona e dá outras providências.	divergente	arquivado	sucesso	20/11/2006 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 148/2006 Autor: Dep. Delegado Bradock (PMDB)	convergente	inconcluso	inconcluso	30/03/2006 DAP - DIRETORIA

Ementa Proíbe a comercialização de peças de veículos sinistrados, sem a devida identificação de origem.				DE ASSISTÊNCIA AO
Projeto de Lei 444/2006 Autor Dep. Pedro Ivo Ilkiv (PT) Ementa Estabelece normas e procedimentos para compra e pesagem de fumo em folha nas propriedades rurais do Estado do Paraná.	divergente	arquivado	sucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 039/2006 Autor Dep. Delegado Bradock (PMDB) Ementa Dispõe sobre os veículos dados como Perda Total pelas Seguradoras, e dá outras providências.	convergente	arquivado	sucesso	20/11/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 423/2006 Autor Dep. Cida Borghetti (PP) Ementa Determina às empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipal a obrigatoriedade da instalação de sanitários nos veículos utilizados nessas linhas.	convergente	arquivado	insucesso	18/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 434/2006 Autor Dep. Marcos Isfer (PPS), Dep. Durval Amaral (PFL) , Arlete Caramês (PPS), Elio Rush (PFL), Nelson Justus (PFL), Ailton Araújo (PPS), Waldir Leite (PPS), Plauto Miro (PFL), Ratinho Júnior (PPS). Ementa Dispõe sobre normas específicas em matéria de parceria público-privada no âmbito do Estado do Paraná.	convergente com ressalvas	lei sancionada	sucesso	22/12/2006 LEI SANCIONADA
Projeto de Lei 235/2006 Autor Dep. Dobrandino da Silva (PMDB) Ementa Dispõe sobre a vida útil de veículo utilizado na execução de serviços especiais de fretamento.	divergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	05/07/2006 ENCAMINHADO À SANÇÃO 25/07/2006 VETADO TOTAL
Projeto de Lei 266/2006 Autor Dep. Tadeu Veneri (PT) Ementa Cria no Estado do Paraná, programa de conservação e uso racional da água nas edificações públicas estaduais e dá outras providências.	convergente	inconcluso	inconcluso	22/05/2006 DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO P
Projeto de Lei 78/2005 Autor: Dep. Mauro Moraes (PMDB/PR) Ementa: implanta o Programa Lixo Reciclado na Escola, na rede pública estadual de ensino.	convergente com ressalvas	inconcluso	inconcluso	10/03/2005 DAP - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO 10/03/2005 COMISS
Projeto de Lei 417/2003 Autor: Dep. José Maria Ferreira (PDT/PR) Ementa Institui a obrigatoriedade de programas recicladores de lixo em todos os municípios do Estado do Paraná e dá outras providências.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 014/2006 Autor Dep. Marcos Isfer (PPS) Ementa Altera a lei n°. 8.927/1988, dispensando o pagamento do Imposto sobre a Transmissão	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)

"Causa Mortis" e Doação de quaisquer Bens e Direitos as pessoas comprovadamente carentes.				
Projeto de Lei 061/2006 Autor Dep. Cida Borghetti (PP) Ementa Altera a redação do artigo 14, inciso II, da Lei n°. 11.580/96 (ICMS).	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	21/12/2006 ENCAMINHADO À SANÇÃO 22/12/2006 VETADO TOTAL
Projeto de Lei 072/2006 Autor Dep. Reni Pereira (PSB) Ementa Atribui crédito presumido em operações com sucatas, conforme especifica.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	27/11/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 114/2006 Autor Dep. Ademar Traiano (PSDB) Ementa Dispõe sobre a concessão de Tratamento Tributário diferenciado para os estabelecimentos industriais dos Setores Têxteis.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 367/2006 Autor Dep. Hermas Brandão (PSDB) Ementa Dá nova redação ao art. 14, da Lei n°. 11.580, de 14 de novembro de 1996.	convergente	arquivado	insucesso	18/12/2006 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
Projeto de Lei 430/2006 Autor Dep Hermas Brandão (PSDB) Ementa Concede redução de base de cálculo do ICMS nas operações com apesuntado, banha de porco, mortadela e outros, e adota outras providências sobre o tributo..	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	26/01/2007 ENCAMINHADO À SANÇÃO 15/02/2007 VETADO TOTAL
Projeto de Lei 468/2006 Autor Dep Reni Pereira (PSB) Ementa Isenta do ICMS artigos e aparelhos para fisioterapia e reabilitação, conforme especifica.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 204/2006 Autor Dep. Mauro Moraes (PMDB) Ementa Dispõe sobre a doação de brinquedos, material escolar e peças de vestuários infantis apreendidas no Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/11/2006 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 177/2006 Autor: Dep. Hermes Fonseca (PT) Ementa Proíbe a instalação de Sistema de Catracas Eletrônicas nas Escolas da rede privada dos ensino fundamental, médio e superior a título de controle de acesso dos alunos e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 313/2006 Autor Dep. Mauro Moraes (PMDB) Ementa Dispõe sobre a matrícula de alunos portadores de deficiências locomotoras nas escolas públicas mais próximas de suas residências, e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	14/12/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 030/2006 Autor: Dep. Rafael Greca (PMDB) Ementa Fica instituído que após as 22 horas os motoristas de ônibus urbanos ficam obrigados a parar a marcha do veículo em qualquer local que faça parte do percurso da linha, ainda que fora dos	convergente	arquivado	insucesso	20/11/2006 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)



locais previamente determinado com pontos de ônibus.				
Projeto de Lei 075/2006 Autor: Dep. Reni Pereira (PSB) Súmula: Concede tratamento diferenciado aos hospitais que especifica.	convergente	arquivado	insucesso	20/11/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 172/2006 Autor: Dep. Luiz Accorsi (PSDB) Súmula: Autoriza a instalação de ala para queimados no Hospital Regional de Paranaíba.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/11/2006 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto Emenda Constituição 022/2006 Autor Dep. Hermas Brandão (PSDB) Dep. Geraldo Cartário (PMDB) Dep. Nereu Moura (PMDB) Ementa Dá nova redação ao caput do art. 61 da Constituição Estadual, dispondo que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á de 2º de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.	convergente com ressalvas	lei sancionada	sucesso	08/05/2006 LEI SANCIONADA
Projeto de Lei 037/2006 Autor Dep. Tadeu Veneri (PT) Ementa Dispõe sobre a destinação de recursos ao Fundo Estadual de Cultura, e adota outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	14/06/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 095/2006 Autor Dep. Ailton Araújo (PTB) Ementa Torna obrigatória a realização de processo licitatório para escolha de banco que for gerir recursos financeiros dos órgãos públicos no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	03/05/2006 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 105/2006 Autor Dep. Tadeu Veneri (PT) Ementa Dispõe sobre o prazo máximo para respostas a requerimentos formulados por servidores públicos e cidadãos junto ao Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2006 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
ALIEP-2008	posição entidade	situação ALEP	resultado ALEP	destino
Projeto de lei nº 019/2007 Autor: Dep. Reni Pereira Súmula: Regulamenta o disposto no art. 47 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto das Microempresas).	convergente com ressalvas	retirado	insucesso	14/03/2007 RETIRADO 20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 182/2007 Autor: Dep. Luiz Fernando Litro Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005, que dispõe o “Selo de Qualidade Paraná”.	convergente com ressalvas	retirado	insucesso	ARQUIVADO A PEDIDO DO AUTOR. PROTOCOLO Nº 4638/08
Projeto de Lei nº 499/2007 Autor: Dep. Luiz Malucelli Súmula: Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Incentivo à Indústria de Móveis – Pró-Móveis.	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	01/03/2011 APROVADO 01/03/2011 VETO MANTIDO

Projeto de Lei nº 011/2007 Autor: Dep. Pedro Ivo Ilkiv Súmula: Inclui no programa de alimentação escolar do Estado do Paraná o fornecimento aos alunos como fonte de proteína animal a carne suína.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 250/2007 Autor: Dep. Carlos Simões Súmula: Dispõe sobre a criação da “Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados de Cana-de-Açúcar” e dá outras providências.	convergente	retirado	insucesso	02/08/2007 RETIRADO 20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 341/2007 Autor: Dep. Augustinho Zucchi Súmula: Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Pecuária de Leite.	convergente	retirado	insucesso	22/08/2007 RETIRADO 20/12/2007 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 433/2007 Autor: Dep. Edgar Bueno Súmula: Institui o Programa de Condomínios Industriais em parcerias que poderão ser firmadas pelo Governo do Estado com as Prefeituras Municipais e dá outras providências.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 348/2007 Autor: Dep. Antonio Belinati Súmula: Obriga a divulgação do custo de produto colocando à venda.	divergente	arquivado	sucesso	20/12/2007 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 649/2007 Autor: Dep. Mauro Moraes Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de aparelho sensor de vazamento de gás nos estabelecimentos comerciais, industriais e prédios residenciais do Estado do Paraná.	convergente com ressalvas	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	04/11/2008 APROVADO 27/11/2008 VETADO TOTAL 01/03/2011 VETO MANTIDO
Projeto de Lei nº 658/2007 Autores: Dep. Rosane Ferreira e Dep. Edson Praczyk Súmula: Dispõe sobre a instalação de hidrômetros individuais e dá outras providências.	convergente com ressalvas	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	17/12/2009 APROVADO 17/02/2010 VETADO TOTAL 14/03/2011 VETO MANTIDO
Projeto de Lei nº 802/2007 Autor: Dep. Marcelo Rangel Súmula: Dispõe sobre o atendimento personalizado ao consumidor no estabelecimento do prestador de serviços públicos.	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	09/09/2008 APROVADO 27/11/2008 VETADO TOTAL 01/03/2011 VETO MANTIDO
Projeto de Lei nº 394/2007 Autor: Dep. Professor Luizão Súmula: Dispõe sobre a construção de calçamento	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	18/02/2008 APROVADO 20/02/2008

para pedestres e ciclovias nas obras de pavimentação ou recuperação de pavimento em vias públicas onde haja participação financeira do governo estadual.				VETADO TOTAL 23/02/2011 VETO MANTIDO
Projeto de Lei nº 765/2007 Autor: Dep. Péricles de Mello Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sensores e painéis eletrônicos nas praças de pedágio no Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	13/01/2011 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 861/2007 Autor: Dep. Felipe Lucas Súmula: Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP) no Estado do Paraná e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 191/2007 Autor: Dep. Reinhold Stephanes Junior Súmula: Proíbe o tráfego de locomotivas e composições de carga no perímetro urbano dos municípios do Estado do Paraná, no período noturno e dá outras providências.	divergente	arquivado	sucesso	05/11/2009 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 475/2007 Autor: Dep. Plauto Miró Guimarães Súmula: Dispõe sobre tarifa reduzida de energia elétrica a empresas, no período noturno.	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	17/12/2008 APROVADO 19/02/2009 VETADO TOTAL 02/03/2011 VETO MANTIDO
Projeto de Lei nº 790/2007 Autor: Dep. Alexandre Curi Súmula: Autoriza a construção de Usina Termoelétrica no Município de Agudos do Sul.	convergente	lei sancionada	sucesso	30/11/2009 LEI PROMULGADA
Projeto de lei nº 304/2007 Autor: Dep. Reinhold Stephanes Junior Súmula: Ficam obrigadas as empresas de telecomunicação energia elétrica a usar tubulações subterrâneas e “rede compacta” nos municípios que especifica no Estado do Paraná e dá outras providências.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	02/06/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 603/2007 Autor: Dep. Marcelo Rangel Súmula: Torna obrigatória a publicação da relação de infratores, reincidentes, que tenham sofrido sanções administrativas aplicadas por condutas lesivas ao meio ambiente no Estado.	divergente	arquivado	sucesso	04/11/2009 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 065/2007 Autor: Dep. Mauro Moraes Súmula: Institui o programa-lixo reciclado na escola, na rede pública estadual de ensino.	convergente	arquivado	insucesso	13/06/2007 APROVADO 16/07/2007 VETADO TOTAL 16/02/2011 VETO MANTIDO

Projeto de Lei nº 398/2007 Autor: Dep. Reinhold Stephanes Junior Súmula: Dispõe sobre a eliminação da queima da palha da cana-de-açúcar no Estado do Paraná e dá outras providências.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	24/09/2007 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
Projeto de Lei nº 168/2007 Autor: Dep. Luiz Eduardo Cheida Súmula: Dispõe sobre a instalação de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água e adota outras providências.	convergente	lei sancionada	sucesso	LEI Nº 15.672 13/11/2007  Publicado no Diário Oficial Nº 7597 de 13/11/2007
Projeto de Lei nº 576/2007 Autor: Dep. Luiz Nishimori Súmula: Fica criado o Projeto Rio Limpo no Estado do Paraná, com o objetivo de implementar revitalização das margens dos rios do nosso território.	convergente	lei sancionada	sucesso	ei 15659 - 08 de Outubro de 2007
Projeto de Lei nº 096/2007 Autor: Dep. Ney Leprevost Súmula: Autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir o Programa de incentivo à separação do lixo e dá outras providências.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 293/2007 Autor: Dep. Ney Leprevost Súmula: Estabelece a criação de benefícios fiscais para empresas que ajudarem na ressocialização de presos	convergente	arquivado	insucesso	05/11/2009 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 115/2008 Autor: Dep. Alexandre Curi, Nelson Justus, Luiz Cláudio Romanelli e Ademar Traiano. Súmula: Altera a legislação do ICMS, conforme especifica e adota outras providências.	convergente	lei sancionada	sucesso	LEI Nº 15.513 04/06/2007  Publicado no Diário Oficial nº 7504 de 02/07/2007
Projeto de lei nº 272/2007 Autor: Dep. Artagão Júnior Súmula: Dispõe que o Secretário de Estado da Fazenda parcelará o pagamento dos créditos líquidos e certos a que o Estado tenha direito, no termos da presente Lei.	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	17/12/2007 APROVADO 20/02/2008 VETADO TOTAL 23/02/2011 VETO MANTIDO
Projeto de lei nº 320/2007 Autora: Dep. Cida Borghetti Súmula: Altera a redação do artigo 14, inciso II, da Lei nº 11.580/1996 (ICMS).	convergente	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 419/2007 Autor: Dep. Reni Pereira Súmula: Altera os dispositivos que especifica Lei nº 14.985, de 06/01/2006.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)

Projeto de Lei nº 452/2007 Autor: Dep. Caíto Quintana Súmula: Autoriza o Poder Executivo Estadual a reduzir a alíquota de ICMS sobre a produção de vinhos no Estado do Paraná.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	04/11/2009 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 044/2007 Autor: Dep. Mauro Moraes Súmula: Institui o percentual fixo de 40% para a tarifa de esgoto, a ser cobrada pela Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 471/2007 Autor: Dep. Osmar Bertoldi Súmula: Institui a obrigatoriedade de tradução simultânea aos portadores de deficiência auditiva nas propagandas oficiais veiculadas pelo Estado do Paraná.	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	17/09/2007 APROVADO 27/11/2007 VETADO TOTAL 22/02/2011 VETO MANTIDO
Projeto de Lei nº 462/2007 Autor: Dep. Teruo Kato Súmula: Cria o Programa de Educação Integral na Rede Oficial de Ensino.	convergente	arquivado	insucesso	04/11/2009 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 557/2007 Autor: Dep. Geraldo Cartário Súmula: Institui normas na elaboração e aplicação de provas para concursos públicos e vestibulares conforme especifica:	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de lei nº 299/2007 Autor: Dep. Elio Rush Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de equipamentos de videoconferência nas unidades prisionais e nas varas criminais.	convergente	arquivado	insucesso	23/06/2009 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 466/2007 Autor: Dep. Douglas Fabrício Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos jornais editados no Estado do Paraná a publicarem advertência quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes nas condições que especifica.	convergente	arquivado	insucesso	10/07/2007 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
Projeto de Lei nº 568/2007 Autor: Dep. Marcelo Rangel Súmula: Dispõe sobre programa de colaboração entre a Secretaria de Segurança Pública e os motoristas de táxi dos municípios paranaenses.	convergente	arquivado	insucesso	04/11/2009 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 122/2007 Autor: Dep. Marcelo Rangel Súmula: Torna obrigatória a fixação de cartaz contendo a relação de medicamentos proibidos pelo Ministério da Saúde nas farmácias, drogarias e estabelecimentos congêneres do Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	05/11/2009 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)

Projeto de Lei nº 145/2007 Autor: Dep. Dr. Batista Súmula: Torna obrigatório o funcionamento de centros de atendimento dos planos de assistência à saúde nos hospitais privados do Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	05/11/2009 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei nº 020/2007 Autor: Dep. Reni Pereira Súmula: Altera o art. 8º e revoga a Tabela VII, da Lei nº 13.611, de 04 de junho de 2002, que dispõe sobre o Regimento dos Atos Judiciais.	convergente	lei sancionada	sucesso	06/12/2010 LEI PROMULGADA
Projeto de Lei nº 689/2007 Autor: Dep. Jocelito Canto Súmula: Estabelece critérios para a publicação de atos relativos à arrecadação de tributos ou procedimentos fiscais.	convergente	arquivado	insucesso	26/09/2007 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
ALIEP-2009	posição entidade	situação ALEP	resultado ALEP	destino
Projeto de Lei n. 190/2008 Autor: Deputado Estadual Nereu Moura (PMDB) Súmula: Assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) em todo o Estado do Paraná.	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	13/05/2009 APROVADO 24/07/2009 VETADO TOTAL 14/03/2011 VETO MANTIDO
Projeto de Lei n. 462/2008 Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida (PMDB) Súmula: Institui no âmbito do sistema público estadual de ensino fundamental e médio do Paraná a Merenda Escolar Orgânica.	divergente	lei sancionada	insucesso	29/12/2010 LEI PROMULGADA
Projeto de Lei n. 252/2008 Autor: Deputado Estadual Elio Rusch (DEM) Súmula: Dispõe sobre a cobrança proporcional ao tempo efetivamente utilizado pelos serviços de estacionamentos de veículos em estabelecimentos destinados ao aluguel de vagas.	convergente com ressalvas	lei sancionada	sucesso	11/01/2011 LEI PROMULGADA
Projeto de Lei n. 281/2008 Autor: Deputado Estadual Reinhold Stephanes Junior (PMDB) Súmula: Fica assegurado ao consumidor informações claras sobre a procedência dos produtos alcoólicos, comercializados no Estado do Paraná.	divergente	arquivado	sucesso	02/06/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei n. 150/2008 Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost (PP) Súmula: Dispõe sobre a criação de dispositivos para Prevenção de incêndios no Estado do Paraná dá outras providências.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 188/2008 Autor: Deputado Estadual Luiz Fernando Litro (PSDB) Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade de orientação de segurança e procedimento de	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)

emergência nos recintos onde são realizados eventos que reúnam público em geral.				
Projeto de Lei 235/2008 Autor: Deputado Estadual Luiz Malucelli (PSDB) Súmula: Proíbe a cobrança de taxa pela expedição de diplomas universitários por instituições de ensino superior privadas, universidades públicas e fundações públicas de direito privado estaduais.	convergente	arquivado	insucesso	07/12/2009 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
Projeto de Lei n. 480/2008 Autor: Deputado Estadual Jocelito Canto (PTB) Súmula: Proíbe que o Governo do Estado do Paraná libere financiamento para construção de novas obras através do Paraná Urbano em Municípios onde existam obras financiadas abandonadas.	convergente	arquivado	insucesso	23/06/2009 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei n. 429/2008 Autor: Poder Executivo Súmula: Fica autorizada a construção de usina hidrelétrica denominada UHE Mauá, localizada no rio Tibagi, nos municípios de Telêmaco Barba e Ortigueira, no Estado do Paraná, de latitude 24° 01' 37 "S e longitude 50° 41' 37" W	convergente	inconcluso	inconcluso	22/10/2008 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Projeto de Lei n. 052/2008 Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida (PMDB) e Deputada Estadual Rosane Ferreira (PV) Súmula: Cria o período de auto denúncia para a localização e quantificação de BHC e demais agrotóxicos proibidos no Estado do Paraná, e dá outras providências.	convergente com ressalvas	lei sancionada	sucesso	17/04/2009 LEI SANCIONADA
Projeto de Lei n. 201/2008 Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida (PMDB) e Deputado Estadual Teruo Kato (PMDB) Súmula: Dispõe sobre a recuperação e o manejo sustentável da Reserva Legal no Estado do Paraná instituindo a Reserva Legal Sustentável – RLS, para garantir aos proprietários e aos possuidores rurais o manejo sustentável destas áreas, em regime de condomínio ou não, as quais deverão obrigatoriamente estar averbadas conforme norma do SISLEG.	convergente	lei sancionada	sucesso	11/01/2011 LEI PROMULGADA
Projeto de Lei n. 219/2008 Autor: Deputado Estadual Luiz Fernando Carli Filho (PSB) Súmula: Regulamenta prazos e procedimentos relativos à concessão de licenças ambientais pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei n. 380/2008 Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi (PMDB) Súmula: Acrescenta o parágrafo 6º, no art. 1º, da Lei 7.827, de 29 de dezembro de 1983, que dispõe sobre a distribuição e comercialização no Estado do Paraná de produtos agrotóxicos e outros biocidas.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)

Projeto de Lei n. 458/2008 Autor: Deputado Estadual Osmar Bertoldi (DEM) Súmula: Dispõe sobre a utilização do biodiesel na renovação da frota de veículos de propriedade ou uso das Secretarias e demais órgãos do Governo Estadual.	convergente	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei n. 484/2008 Autor: Deputado Estadual Caito Quintana (PMDB) Súmula: Obriga a divulgação de informação no rótulo das embalagens de óleo comestível sobre a destinação correta do produto após o uso e dá outras providências.	convergente	lei sancionada	sucesso	10/02/2010 LEI SANCIONADA
Projeto de Lei n. 515/2008 Autor: Poder Executivo Súmula: O projeto de lei tem por objetivo a extinção da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental – SUDERHSA e a criação do Instituto Paranaense das Águas - IPAGUAS, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA.	convergente com ressalvas	lei sancionada	sucesso	30/11/2009 LEI PROMULGADA
Projeto de Lei n. 053/2008 Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel (PPS) Súmula: Institui a política de reciclagem de entulhos de construção civil e dá outras providências.	divergente	aprovado/vetado executivo	insucesso/sucesso executivo	14/04/2008 APROVADO 18/06/2008 VETADO TOTAL 28/02/2011 VETO MANTIDO
Projeto de Lei n. 253/2008 Autor: Deputado Estadual Osmar Bertoldi (DEM) Súmula: Institui o Programa Estadual de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PETE)	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei n. 255/2008 Autor: Deputado Estadual Osmar Bertoldi (DEM) Súmula: Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS.	convergente	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei n. 449/2008 Autor: Deputado Estadual Mauro Moraes (PMDB) Súmula: Concede isenção do ICMS à prestação de serviço de transporte intermunicipal de cargas, desde que realizada por transportador autônomo.	convergente	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei n. 271/2008 Autor: Deputado Estadual Edgar Bueno (PDT) Súmula: Dispõe sobre a adequação dos guichês de atendimento no Estado do Paraná às pessoas portadoras de deficiência que utilizem cadeiras de roda.	convergente	lei sancionada	sucesso	23/04/2009 LEI PROMULGADA
Projeto de Lei n. 460/2008 Autor: Deputado Estadual Luiz Accorsi (PSDB) Súmula: A presente lei concede o desconto de	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO



20% no transporte coletivo intermunicipal para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.				ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei n. 413/2008 Autor: Deputado Estadual Luiz Nishimori (PSDB) Súmula: Institui a Semana da Leitura no Estado do Paraná e dá outras providências. A presente Lei cria a Semana da Leitura no Estado do Paraná a ser comemorada todos os anos no período em que celebra o Dia da Criança, denominado DIA DA LEITURA E DA ESCRITA	convergente	arquivado	insucesso	24/06/2009 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
Projeto de Lei n. 084/2008 Autor: Deputado Estadual Edgar Bueno (PDT) Súmula: Dispõe sobre a Instalação de Detectores de Metais em Terminais Rodoviários e dá outras providências.	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	18/11/2008 APROVADO 26/02/2009 VETADO TOTAL 02/03/2011 VETO MANTIDO
Projeto de Lei n. 334/2008 Autor: Deputado Estadual Caíto Quintana (PDT) Súmula: Dispõe sobre a criação de um Cadastro de Compra e Venda de Cabos de Cobre nos Ferros Velhos do Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei n. 351/2008 Autor: Deputado Estadual Caíto Quintana (PMDB) Súmula: Estabelece penalidades para pessoa física ou jurídica que contratar e fornecer serviço clandestino de vigilância patrimonial e de proteção de clientes, bem como contratar trabalhador para exercer esse serviço sem a devida habilitação legal	convergente	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei n. 278/2008 Autor: Deputado Estadual Dr. Batista (PMN) Súmula: Torna obrigatória a apresentação da Caderneta de Saúde da Criança no ato de inscrição de crianças em creches, escolas maternas, jardins de infância, e dá outras providências.	convergente	lei sancionada	sucesso	19/05/2010 LEI SANCIONADA
Projeto de Lei n. 414/2008 Autor: Deputado Estadual Mauro Moraes (PMDB) Súmula: Institui a Campanha Permanente de Incentivo e Esclarecimento sobre a Doação de Órgãos no Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei n. 118/2008 Autor: Deputado Estadual Stephanes Junior (PMDB) Súmula: Revoga a lei n. 13.228, de 18/07/101, que criou o Fundo de Apoio ao Registro de Pessoas Naturais - Funarpen.	convergente	arquivado	insucesso	02/02/2010 ARQUIVADO PEDIDO DO AUTOR
Projeto de Lei n. 496/2008 Autor: Poder Executivo	divergente	lei sancionada	insucesso	06/07/2009 LEI SANCIONADA

Súmula: Concede anistia aos servidores públicos e empregados da Administração Pública Estadual, autárquica e fundacional, bem como aos empregados de empresas públicas e de sociedades de economia mista sob o controle do Estado, que, no entre período de 1º de janeiro de 1983 a 31 de dezembro de 1988, tenham sido despedidos e dispensados, com violação de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou de cláusula constante de acordo, convenção ou sentença normativa; e exonerados, demitidos ou dispensados por motivação política, devidamente caracterizada ou por interrupção de atividade profissional em decorrência de movimentação grevista.				
Projeto de Lei n. 511/2008 Autor: Deputado Estadual Jocelito Canto (PTB) Súmula: Fica vedada a participação remunerada de qualquer pessoa, em mais de um conselho administrativo, fiscal, de ética ou equivalente, de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista no Estado do Paraná.	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	07/04/2009 APROVADO 18/05/2009 VETADO TOTAL 02/03/2011 VETO MANTIDO
ALIEP-2010	posição da entidade	situação ALEP	resultado ALEP	destino
PROJETO DE LEI Nº 421/2009 Autora: Deputada Estadual Cida Borghetti (PP) Súmula: Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com necessidades especiais nos contratos de órgãos públicos estaduais com empresas prestadores de serviços.	divergente	arquivado	sucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI Nº 019/2009 Autor: Deputado Estadual Élio Rusch (DEM) Súmula: Dispõe sobre a forma de inscrição no Cadastro de Produtores Rurais (CAD/ PRO).	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI Nº 528/2009 - ANEXADO AO PROJETO DE LEI Nº 038/2010 Autor: Deputado Estadual Élio Rusch (DEM) Súmula: Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados no Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI 539/2009 Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel (PPS) Súmula: Dispõe sobre a necessidade das instituições financeiras informarem aos consumidores, anteriormente a prestação dos serviços tarifados em caixas eletrônicos, telefone ou internet, o valor que será cobrado pelos mesmos.	convergente com ressalvas	nova norma jurídica	insucesso	29/12/2010 LEI SANCIONADA
PROJETO DE LEI 586/2009 Autor: Deputado Estadual Pastor Edson Praczyk (PRB) Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade	divergente	arquivado	sucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)

de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-foods e similares.				
PROJETO DE LEI Nº 636/2009 Autor: Deputado Estadual Antonio Belinati (PP) Súmula: Fixa critério para Hospedagem em hotéis e pousadas do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI Nº 531/2009 Autor: Deputado Estadual Antonio Anibelli (PMDB) Súmula: Proíbe a circulação de caminhões conduzindo cana de açúcar acoplados com duas ou três carretas nas estradas pedagiadas do estado do Paraná. Veda a circulação de caminhões conduzindo cana de açúcar acoplados com duas ou três carretas nas estradas pedagiadas do Estado do Paraná.	divergente	arquivado	sucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI Nº 081/2009 Autores: Deputados Estaduais Marcelo Rangel (PPS), Douglas Fabrício (PPS) e Péricles de Mello (PT). Súmula: Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxas dos eixos suspensos dos caminhões nas praças pedagiadas.	convergente	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI Nº 428/2009 Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida (PMDB) Súmula: Fica instituída a política estadual de geração distribuída com energias renováveis - GDER, no estado do Paraná e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	13/01/2011 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI Nº 143/2009 Autor: Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida (PMDB) Súmula: Institui o pagamento pelos serviços ambientais do Estado do Paraná e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI Nº 254/2009 Autor: Deputado Estadual Elton Welter (PT) Súmula: Regulamenta mecanismos de proteção e utilização sustentável dos recursos florestais de povoamento natural e plantados do Pinheiro do Paraná (Araucária angustifolia)	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI 721/2009 Autor: Deputado Estadual Plauto Miró (DEM) Súmula: Dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de 2ª via de documentos roubados ou furtados, quando expedidos por órgãos públicos do Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI Nº 086/2009 Autor: Deputado Estadual Professor Lemos (PT) Súmula: Fica instituído o meio passe nas passagens de ônibus intermunicipais, aos estudantes que estejam matriculados em estabelecimentos de ensino localizados em	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)

municípios diversos de seus domicílios no estado do Paraná e dá outras providências.				
PROJETO DE LEI Nº 545/2009 Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel (PPS) Súmula: Dispõe sobre a colocação de brinquedos para portadores de necessidades especiais em parques, praças e outros locais públicos que são destinados à prática de esportes e lazer.	convergente	nova norma jurídica	sucesso	19/05/2010 LEI SANCIONADA
PROJETO DE LEI Nº 642/2009 Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel (PPS) Súmula: Dispõem sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos escolares disponibilizarem a “Carteira Escolar Inclusiva - CEI” e dá outras providências.	convergente	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI Nº 565/2009 Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel (PPS) Súmula: Dispõem sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de vigilância, por meio de câmeras de vídeo, nas arenas de multiuso e estádios de futebol credenciados para a realização de jogos oficiais.	convergente	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI 466/2009 Autor: Deputado Estadual Artagão Júnior (PMDB) Súmula: Proíbe a instalação de fábricas de fumo e produtos derivados do tabaco; cria os programas de controle da produção de tabaco e o de subsídios e incentivo fiscal aos produtores fumíferos no estado do Paraná, que aderirem ao programa de produção de cultura alternativa com a redução proporcional da cultura fumígera.	divergente	arquivado	sucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
PROJETO DE LEI 596/2009 Autor: Deputado Estadual Dr. Batista (PMN) Súmula: Autoriza o Poder Executivo a conceder o benefício que especifica e dá outras providências. O Poder Executivo fica autorizado a conceder auxílio financeiro mensal, de interesse das áreas de assistência social e saúde do Estado, mediante pagamento das contas de água e serviço de tratamento de esgoto, à entidades prestadoras de serviços de terapia renal substitutiva .	convergente	arquivado	insucesso	20/08/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
ALIEP-2011	posição entidade	situação ALEP	resultado ALEP	destino
Proposta de Emenda à Constituição 08/2010 (Mensagem 07/2010) Poder Executivo Súmula: Acresce o art. 140-E e seus parágrafos 1º e 2º à Constituição Estadual do Paraná.	divergente	lei sancionada	insucesso	12/05/2010 LEI SANCIONADA
Projeto de Lei 06/2010 (Mensagem 08/2010) Poder Executivo Súmula: Dispõe que todas as pessoas, físicas ou jurídicas, que venham a participar ou já participaram de processo licitatório para	divergente	inconcluso	inconcluso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA

<p>prestarem serviços em órgãos e empresas públicas da administração direta e indireta do estado, inclusive as autarquias e sociedades de economia mista, deverão remunerar seus funcionários com, no mínimo, o valor atribuído ao piso salarial do estado do Paraná.</p> <p>Emenda apresentada pelo Deputado Estadual Fernando Scanavacca: exclui as categorias que possuem acordo coletivo ou convenção coletiva.</p>				
<p>Projeto de Lei 339/2010 (Mensagem 065/2010) e Projeto de Lei 344/2010 (Mensagem 72/2010)</p> <p>Poder Executivo</p> <p>Súmula: Dispõe sobre a fiscalização da produção, distribuição, armazenamento, transporte, propaganda, comercialização do uso de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes destinados a agricultura; e de sementes de mudas, respectivamente.</p>	divergente com ressalvas	inconcluso	inconcluso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA
<p>Projeto de Lei 302/2010 (Mensagem 059/2010)</p> <p>Poder Executivo</p> <p>Súmula: Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Paraná que objetiva promover a economia solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, visando sua integração no mercado, autossustentabilidade de suas atividades e a geração de trabalho e renda.</p> <p>São considerados, dentre outros, agentes executores da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária o sistema "S" (SEBRAE, SENAR, SENAI, SENAC, SENAT) e entidades privadas sem fins lucrativos que atuem segundo os objetivos desta Lei.</p> <p>A sua formulação, gestão e execução serão acompanhadas pelo Poder Executivo Estadual, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, devendo ser articulada, inclusive, com as políticas voltadas para a agricultura familiar, preservação ambiental, turismo, educação, ciência e tecnologia.</p>	convergente	inconcluso	inconcluso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA
<p>Projeto de Lei 351/2010 (Mensagem 029/2010)</p> <p>Poder Executivo</p> <p>Súmula: Institui o Sistema Meteorológico do Paraná - SIMEPAR.</p>	convergente	inconcluso	inconcluso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA
<p>Projeto de Lei 405/2010 (Mensagem 078/2010)</p> <p>Poder Executivo</p> <p>Súmula: Estabelece medidas de Incentivo à Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em ambiente produtivo.</p>	divergente	inconcluso	inconcluso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA
<p>Projeto de Lei 216/2010</p> <p>Deputado Estadual Reni Pereira (PSB)</p> <p>Súmula: Dispõe sobre as sanções previstas na Lei</p>	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	13/01/2011 ARQUIVADO

nº 8078, de 11 de setembro de 1990, em relação a empresas de prestação de serviços de comunicação e de fornecimento de energia elétrica e adota outras providências.				ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 376/2010 Deputado Estadual Stephanes Júnior (PMDB) Súmula: Autoriza execução de pinturas e/ou obras de arte nas edificações, cria incentivos e dá outras providências. (Foi apresentado projeto – PL 55/11 - com mesmo teor em 2011, pelo dep. Stephanes Júnior)	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 486/2010 Deputado Estadual Marcelo Rangel (PPS) Súmula Dispõe sobre a permissão do uso de propaganda publicitária em veículos de transporte coletivo intermunicipal que sejam permissionárias e/ou concessionárias do Estado do Paraná.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	13/01/2011 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 127/2010 (Mensagem 025/2010) Poder Executivo Súmula: Autoriza o Poder Executivo a alterar a denominação e os fins sociais da ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A. – FERROESTE, criada pela Lei nº 9.892, de 31 de Dezembro de 1991, que passa a denominar-se FERROVIA DA INTEGRAÇÃO DO SUL – FERROSUL S.A., modificando-se, em consequência, todas as decorrentes citações na referida Lei e na Lei Complementar 76, de 21 de Dezembro de 1995, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar 79, de 02 de Dezembro de 1996.	convergente	aprovado/vetado executivo	sucesso/ insucesso no executivo	09/06/2010 APROVADO 06/07/2010 VETADO TOTAL 30/11/2011 DISCUSSÃO ÚNICA 30/11/2011 APROVADO 30/11/2011 VETO MANTIDO
Projeto de Lei 371/2010 Deputado Estadual Dr. Batista (PMN) Súmula: Dispõe que as famílias residentes em áreas de risco deverão ter atendimento prioritário nos programas habitacionais desenvolvidos pelo Poder Executivo Estadual.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 028/2010 (Mensagem 09/2010) Poder Executivo Súmula: Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado do Paraná.	divergente	insucesso	insucesso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA
Projeto de Lei 033/2010 Deputada Estadual Cida Borghetti (PP) Súmula: Institui o diagnóstico dos riscos geotécnicos e ambientais no estado do Paraná.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 072/2010 (Mensagem 014/2010) Poder Executivo Súmula: Extingue-se o Fundo Paranaense de Mineração - FUPAM, a que se refere o artigo 1º da Lei nº 6938, de 21/10/77.	convergente	inconcluso	inconcluso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA

Projeto de Lei 155/2010 Deputado Estadual Osmar Bertoldi (DEM) Súmula: Dispõe sobre a obrigatoriedade do incentivo ao uso do tijolo ecológico na elaboração de projetos habitacionais no Estado do Paraná e dá outras providências.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 301/2010 (Mensagem 057/2010) Poder Executivo Súmula: Institui a Política Estadual sobre Mudança de Clima, fixa seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos.	convergente	inconcluso	inconcluso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA
Projeto de Lei 073/10 Deputada Estadual Beti Pavin (PMDB) Súmula: Dispõe sobre a isenção de ICMS na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência físicas e seus representantes legais.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 492/2010 (Mensagem 102/2010) Poder Executivo Súmula: Objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.580, que dispõe sobre o ICMS.	convergente	inconcluso	inconcluso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA
Projeto de Lei 494/2010 (Mensagem 104/2010) Poder Executivo Súmula: Institui a comunicação eletrônica entre a Secretaria de Estado da Fazenda e o sujeito passivo dos tributos estaduais.	convergente	inconcluso	inconcluso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA
Projeto de Lei 378/2010 (Mensagem 074/2010) Poder Executivo Súmula: Consolida, com base no inciso I do art. 2 da Constituição da República, a legislação relativa à Taxa de Vistoria e Documentação no Estado do Paraná.	divergente	inconcluso	inconcluso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA
Projeto de Lei 059/2010 Deputado Estadual Ney Leprevost (PP) Súmula: Faculta aos produtores e organizadores de eventos, shows e similares a cobrança de meio ingresso, na forma em que estabelece.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 246/2010 Deputada Estadual Rosane Ferreira (PV) Súmula: Altera a Lei nº 15.876, de 07 de julho de 2008, que institui a “meia entrada” para o ingresso em estabelecimentos e/ou em casas de diversões, praças esportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural, aos professores da rede de ensino público e particular de todo o território do Estado do Paraná.	divergente com ressalvas	arquivado	sucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 421/2010 (Mensagem 90/10) Poder Executivo Súmula: Regulamenta o Conselho Estadual de Cultura - CONSEG.	convergente com ressalvas	inconcluso	inconcluso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA
Projeto de Lei 431/2010 Deputado Estadual Marcelo Rangel (PPS)	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Habitação Social, destinado à população de baixa renda no Estado do Paraná.				ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 356/2010 Deputado Estadual Dr. Batista (PMN) Súmula: Institui o Projeto Paranaense de Prática de Esportes e Desenvolvimento de Atletas e Para-Atletas e dá Outras Providências.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 394/2010 Deputado Estadual Rafael Greca (PMDB) Súmula: Impõe ao Poder Público Estadual a criação de um programa obrigatório de educação para a internet no ensino fundamental e médio nas escolas da rede estadual de ensino, segundo os critérios que determina, e dá outras providências.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 154/2010 Dep. Estadual Osmar Bertodi (DEM) Súmula: Dispõe sobre a notificação Compulsória da Violência Contra a Mulher, o Idoso e o Portador de Necessidades Especiais, atendidos em serviços de urgência e emergência de unidades de saúde públicas e privadas do Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 035/2010 Deputado Estadual Cida Borghetti (PP) Súmula: Obriga a inserção de mensagem informativa nos rótulos ou embalagens dos produtos cariogênicos.	divergente	aprovado/vetado executivo	insucesso/sucesso executivo	31/05/2010 APROVADO 24/11/2010 VETADO TOTAL 05/04/2011 APROVADO 05/04/2011 VETO MANTIDO
Projeto de Lei 161/2010 Dep. Estadual Osmar Bertoldi (DEM) Súmula: Determina aos hospitais, as casas de saúde e as clínicas conveniadas com o SUS a colocarem em local visível e de maior circulação de público o seguinte dizer: “ATENDIMENTO GRATUITO PELO SUS”, na forma que menciona.	convergente	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 436/2010 Deputado Estadual Ney Leprevost (PP) Súmula: Cria o Programa Paranaense de Assistência aos Portadores de Doença Celíaca e dá outras providências.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 271/2010 (Mensagem 049/2010) e Projeto de Lei 272/2010 (Mensagem 50/2010) Poder Executivo Súmula: Autoriza o Poder Executivo a constituir por meio da COPEL ou de subsidiária integral desta, consórcios ou sociedades de propósito específico com a Eletrosul e Eletronorte, respectivamente, com a finalidade de participação conjunta em leilões de contratação de energia	convergente com ressalvas	inconcluso	inconcluso	21/02/2011 DIRETORIA LEGISLATIVA



proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão, nas usinas hidrelétricas dos Estados de Santa Catarina e Pará (Eletrosul) e do Mato Grosso (Eletronorte).				
Projeto de Lei 282/2010 Deputado Estadual Artagão Júnior (PMDB) Súmula: Extingue a arrecadação do laudêmio no Estado do Paraná.	convergente	arquivado	insucesso	13/01/2011 ARQUIVADO ART. 273 (REG INTERNO 2005)
Projeto de Lei 454/2010 Deputado Estadual Stephanes Júnior (PMDB) e Deputado Estadual Élio Rusch (DEM) Súmula: Dispõe sobre o prazo de divulgação de pesquisas eleitorais no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.	convergente com ressalvas	arquivado	insucesso	20/12/2010 ARQUIVADO ART. 33-A, § 2º (REG INTERNO 2005)

## Anexo 2: PSMR

Projeto de Lei	Posição anuário	Resultado ALEP	teor do PL
385/2010	não consta	nova norma jurídica	EMPRESAS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, DEVERÃO PAGAR A SEUS EMPREGADOS MENSALMENTE O SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL
26/2010	não consta	nova norma jurídica	reajuste do SMR
685/2009	não consta	arquivado	FICA VEDADA A CONTRATAÇÃO DIRETA OU INDIRETA DE SERVIDORES, AINDA QUE TERCEIRIZADOS, QUE PERCEBAM OU PERCEBERÃO PISO SALARIAL INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL
79/2009	não consta	nova norma jurídica	reajuste do SMR
116/2008	não consta	nova norma jurídica	reajuste do SMR
55/2008	não consta	arquivado	reajuste do SMR
173/2007	não consta	nova norma jurídica	reajuste do SMR
02/2006a	não consta	nova norma jurídica	cria SMR
157/2004	divergente	arquivado	cria SMR